

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS NATURAIS E EXATAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA E
GEOCIÊNCIAS**

**PROPRIEDADES FAMILIARES MULTIFUNCIONAIS
NO MEIO RURAL NOS DISTRITOS ARROIO GRANDE
E SÃO VALENTIM - SANTA MARIA/RS**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Joel Albino Rabaioli

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

**PROPRIEDADES FAMILIARES MULTIFUNCIONAIS NO
MEIO RURAL NOS DISTRITOS ARROIO GRANDE E SÃO
VALENTIM - SANTA MARIA/RS**

Joel Albino Rabaioli

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências, área de concentração em Análise Ambiental e Dinâmica Espacial da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia.**

Orientadora: Prof^a. Dr^a Vera Maria Favila Miorin

**Santa Maria, RS, Brasil
2013**

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

RABAIOLLI, Joel Albino
Propriedades familiares multifuncionais no meio rural
nos distritos Arroio Grande e São Valentim - Santa
Maria/RS / Joel Albino RABAIOLLI.-2013.
119 p.; 30cm

Orientadora: Vera Maria Favila MIORIN
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Programa de
Pós-Graduação em Geografia e Geociências, RS, 2013

1. Agricultura Familiar 2. Meio Rural 3.
Multifuncionalidade 4. Santa Maria 5. Geografia Agrária
I. MIORIN, Vera Maria Favila II. Título.

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Naturais e Exatas
Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
Aprova a Dissertação de Mestrado

**PROPRIEDADES FAMILIARES MULTIFUNCIONAIS NO MEIO RURAL
NOS DISTRITOS ARROIO GRANDE E SÃO VALENTIM -
SANTA MARIA/RS**

Elaborada por

Joel Albino Rabaiolli

Como requisito para obtenção do grau de
Mestre em Geografia

COMISSÃO EXAMINADORA

Vera Maria Favila Miorin, Dr^a
(Presidente/Orientadora)

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, Dr^a (UNESP)

Cesar de David, Dr. (UFSM)

Santa Maria, 27 de setembro de 2013.

Dedico este trabalho aos meus pais.

Ambos representam: a família, os
agricultores familiares e os professores.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por mais esta oportunidade.

À Universidade Federal de Santa Maria e ao Programa de Pós Graduação em Geografia e Geociências, por possibilitar a realização deste Curso.

A CAPES pelo apoio ao ensino e a pesquisa através de recursos financeiros.

À minha orientadora, Prof. Dr^a Vera Maria Favila Miorin, por compartilhar seu conhecimento ao longo destes anos de convívio. Tens todo meu respeito, admiração e confiança.

Aos professores: Dr. Eduardo Schiavoni Cardoso e Dr^a Gilda Maria Cabral Benaduce, pelas contribuições oferecidas na qualificação e a banca de defesa de Mestrado que se dispôs a avaliar este trabalho.

Ao colega Luiz Carlos Lorenzoni, pela colaboração durante os trabalhos de campo e ao Daniel Junges Menezes pelo auxílio na preparação dos mapas.

Aos colegas do LEPeR, especialmente ao Giácomo André Borghetti, pela amizade e convívio diário.

Ao Prof. Dr. Marco Antônio Verardi Fialho pela leitura e contribuições prestadas.

Ao Prof. Me. Olavo José Bortolotto pelos subsídios e correções realizadas na escrita da língua portuguesa;

À Cristiane Dambrós e Greyce Arrua Storgatto, que tiveram fundamental importância para a organização final deste trabalho.

Aos agricultores familiares, que gentilmente nos receberam em suas propriedades.

À Agência do IBGE de Santa Maria, pela eficiência em disponibilizar as informações solicitadas.

À minha família, especialmente à minha esposa Silvia, meus pais, Jandir e Theresinha, e meu irmão, Janderle. Todo meu amor e agradecimento a vocês que se dedicam a nossa felicidade e sucesso.

Aos meus filhos de quatro patas (Francisco, Melissa e Gelatina) é emocionante a alegria como me recebem diariamente. Vocês deram alento ao cotidiano desta etapa de minha formação.

Aos demais que não foram aqui citados, mas contribuíram com este trabalho. A todos vocês, ... “muito obrigado”!

Agir, eis a inteligência verdadeira.
Serei o que quiser.
Mas tenho que querer o que for.
O êxito está em ter êxito, e não em ter
condições de êxito.
Condições de palácio têm qualquer terra
larga, mas onde estará o palácio se não
o fizerem ali?

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Dissertação de Mestrado

Programa de Pós-Graduação em Geografia e Geociências

Universidade Federal de Santa Maria

PROPRIEDADES FAMILIARES MULTIFUNCIONAIS NO MEIO RURAL NOS DISTRITOS ARROIO GRANDE E SÃO VALENTIM - SANTA MARIA/RS

AUTOR: JOEL ALBINO RABAIOLLI

ORIENTADORA: VERA MARIA FAVILA MIORIN

Local e data da defesa: Santa Maria, 27 de setembro de 2013

A presente pesquisa analisa transformações do setor agrícola de Santa Maria - RS, perspectivas de desenvolvimento sócio-econômico, tendo como objetivo principal estudar, avaliar e interpretar estas transformações que representam a categoria sócio-espacial denominada meio rural. Tais alterações são focadas na óptica da multifuncionalidade das propriedades familiares do meio rural. Mesmo apresentando dificuldades de acesso, ausência de serviços de saúde, educação, emprego, salário e “desconforto” de vida, as expectativas sinalizam para novos papéis com importância no contexto do desenvolvimento contemporâneo para o meio rural. Para evitar a evasão do campo e o eminente colapso no abastecimento interno, o Estado brasileiro ampliou políticas de recuperação e promoção das pequenas propriedades no meio rural, apoiando as múltiplas funções e a exploração dos saberes culturais nas atividades produtivas. O estudo desta categoria geográfica adotou a metodologia sistêmica, originada na Teoria Geral dos Sistemas (TGS), trabalhada por Bertalanffy, as ideias de sistema de Morin e da periodização do tempo/espço com base no período Técnico-Científico-Informacional, de Santos, para reconhecer, avaliar e interpretar suas dinâmicas atuantes, assim como a complexidade de suas ações estabelecidas nas relações com o urbano que lhe serve de mercado consumidor. A utilização do método misto permitiu angariar dados quantitativos e informações qualitativas possibilitando a compreensão da atual organização sócio-espacial. Conclui-se que é ampla a abrangência das atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas no meio rural variando suas funções cuja identificação pode ser realizada pelas análises, interpretações e reflexões a respeito dos subsistemas, englobando seus fixos e fluxos.

Palavras-chave: Agricultura familiar, Multifuncionalidade, Meio rural, Propriedades familiares.

ABSTRACT

Masters Dissertation

Post Graduate Program in Geography and Geociences

Universidade Federal de Santa Maria

MULTIFUNCIONAL FAMILY PROPERTIES IN THE RURAL CLASS IN DISTRICTS OF ARROIO GRANDE AND SÃO VALENTIM - SANTA MARIA, RS

AUTHOR: JOEL ALBINO RABAIOLLI

ADVISER: VERA MARIA FAVILA MIORIN

Date and Location of Defense: Santa Maria, September 27, 2013.

This research analyzes the transformations of agrarian sector of Santa Maria – RS, perspective of socioeconomic development, with the main objective of studying, evaluating and interpreting these transformations that represent the socio-spatial class called rural. These changes are focused on the optical properties of the multifunctional family of rural class. Even presenting difficulties as access, lack of health services, education, employment, salary and "discomfort" of life, expectations point to new roles that are important in the context of contemporary development to the rural class. To avoid the emptying of the countryside and the imminent collapse of the internal supply, the Brazilian government increased recovery policies and promotion of small properties of class, supporting multiple functions and exploration of cultural knowledge in productive activities. The study of this geographical category adopted the systemic methodology, originated in general systems theory (TGS), crafted by Bertalanffy, the ideas of Morin's system and periodization of time/space based on the Scientific-Technical-Informational period, of Santos, to recognize, evaluate and interpret their dynamics that are in action, as well as the complexity of their actions established in relationships with the city that serves as the consumer market. The use of mixed method allowed to get both: qualitative data and qualitative information enabling to understand the current socio-spatial organization. We conclude that is ample the scope of agricultural and non-agricultural activities developed in the rural class and there are several functions wich identification can be performed by analysis, interpretations and reflections about the subsystems, including its fixed and flows.

Key words: Familiar agriculture, Multifunctionality, Rural class, Familiar properties.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Mapa de localização do município de Santa Maria.....	15
Figura 2 -	Estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar no RS.....	18
Figura 3 -	Estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar.....	19
Figura 4 -	Mapa de Santa Maria e em destaque os distritos de Arroio Grande e São Valentim.....	24
Figura 5 -	Esquemática do modelo sistêmico de análise espacial.....	30
Figura 6 -	Diagrama com as categorias priorizadas nos Subsistemas Fixos...	31
Figura 7 -	Diagrama com as categorias priorizadas nos Subsistemas Fluxos.	32
Figura 8 -	Quadro síntese dos atributos analisados em cada variável.....	40
Figura 9 -	Mapa da produção do espaço geográfico em “ilhas econômicas”.....	53
Figura 10 -	Gráfico da evolução das exportações de café.....	55
Figura 11 -	Mapa da espacialização dos ciclos econômicos.....	56
Figura 12 -	Quadro comparativo entre os modelos patronal e familiar de agricultura.....	62
Figura 13 -	Fotografia dos produtos agrícolas processados.....	92
Figura 14 -	Fotografia das costuras, salgados e doces.....	93
Figura 15 -	Fotografia da transformação artesanal de abóbora em doce.....	94
Figura 16 -	Fotografia dos artesanatos realizados por mulheres.....	94
Figura 17 -	Fotografia dos trabalhos artesanais desenvolvidos por homens....	95
Figura 18 -	Fotografia dos locais de lazer.....	96
Figura 19 -	Fotografia do local de visitas para compra de produtos.....	97
Figura 20 -	Quadro com a distribuição dos fixos e fluxos da agricultura familiar	99

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Valor pago pela produção de Cana-de-açúcar.....	47
Tabela 2 -	Estabelecimentos agropecuários em 1950.....	58
Tabela 3 -	Estabelecimentos com lavoura temporária.....	87
Tabela 4 -	Estabelecimentos com horticultura e floricultura.....	88
Tabela 5 -	Estabelecimentos com pecuária e criação de outros animais.....	89

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice – A	Instrumento de Investigação.....	111
Apêndice – B	Fotografias dos distritos de Arroio Grande e São Valentim.....	116

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO 1 - APORTE METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO	26
1.1 Abordagens metodológicas em Geografia.....	26
1.2 Abordagem dos procedimentos da investigação	33
3.3 Processo de desenvolvimento da pesquisa.....	39
CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO DAS CATEGORIAS DE PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL.....	43
CAPÍTULO 3 - O DESEMPENHO DA PRODUÇÃO DE PEQUENO PORTE E TRABALHO FAMILIAR NO BRASIL	65
CAPITULO 4 – ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	84
4.1. Análise e interpretação das variáveis quantitativas a respeito do município de Santa Maria	85
4.2. Análise e interpretação das variáveis qualitativas dos distritos estudados	89
4.3. Resultados do comportamento da agricultura familiar: fixos e fluxos	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS.....	103

INTRODUÇÃO

A dificuldade no emprego de tecnologias em propriedades de produção de pequeno porte como é o caso da exploração familiar que corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família (Lamarche, 1993, p.15), seja por problemas financeiros ou pelas características das propriedades, é um dos fatores que diferenciam o modo de produção da agricultura familiar dos demais modos de produção voltados especificamente para o mercado interno e/ou externo. A busca por novas oportunidades para a manutenção das pequenas propriedades, obtenção de trabalho, renda e condições adequadas de vida traduzem as dinâmicas promovidas e atuantes no meio rural.

O desenvolvimento rural em áreas de predomínio de propriedades de produção de pequeno porte, a exploração familiar, advém das ações instituídas na busca da sobrevivência familiar consentindo, como alternativa, os ganhos econômicos à preservação do meio ambiente. Decorrente das ações estabelecidas resulta a diversidade de oferta de produtos in natura e/ou transformados cuja qualidade e natureza advêm de saberes tradicionais, que os diferenciam dos produtos industrializados em larga escala, e podem ser considerados como alternativas eficazes à manutenção da pequena propriedade definida por Lamarche (1993).

Essas formas de produção instituídas nas unidades, até então, meramente agrícolas com exploração familiar, diversificam o sistema produtivo e colocam no mercado uma variedade significativa de produtos que se definem por sua qualidade, sabores, diversidade de produção e se caracterizam como um retorno às antigas formas de produzir, partindo dos saberes culturais inerentes aos diversos grupos sociais. Esta diversidade de produção determina a variedade de mercadorias em oferta e se confrontam com os produtos oriundos de processos advindos da intensa industrialização que obedecem à dinâmica do capitalismo e disputam os mesmos mercados, porém a exploração familiar tem suas vantagens ao trabalhar com processos naturais de produção e de transformação, tão ao gosto das políticas de alimentação natural e ecologicamente correta.

Deve-se levar em conta que a maioria destas unidades de produção de pequeno porte com exploração familiar localiza-se em paisagens únicas contendo uma tradição no modo de vida e de produção, permitindo que se explorem também estas qualidades paisagísticas e culturais em um momento em que a sociedade busca a paz, o sossego, o bem estar, o ar puro e, principalmente, o contato com a natureza, constituindo o que alguns denominam de capital social e natural.

Devido a esse conjunto de elementos analisados entende-se que a procura destas particularidades específicas do meio rural tem permitido o retorno do homem ao campo para desfrutar a curto, médio ou longo prazo, destes ambientes aprazíveis. A valorização do capital social comum a grupos de agricultores familiares promove novas formas incentivadoras de produção e, conseqüentemente, de oferta de novos produtos e de desenvolvimento do meio rural em que estão localizados, promovendo, inclusive, a sustentação das pequenas propriedades.

Entretanto, a sustentabilidade das pequenas propriedades de exploração familiar destacando-se o “agricultor familiar” requer, do grupo familiar, contínuas estratégias para que haja comprometimento na manutenção e sustentação da produção, do produto e do próprio ambiente. É comum observar iniciativas que por meio de novas funções criam oportunidades de crescimento e desenvolvimento.

A qualidade de vida hoje observada nas pequenas propriedades rurais de Santa Maria - RS resulta da diversificação da produção alimentar, obtenção de produtos com qualidade, geração de renda adicional à produção agrícola, conservação e uso racional dos recursos naturais. A figura do agricultor familiar guarda em si o conjunto de técnicas, práticas econômicas, sociais e ambientais coerentes com a realidade do seu sistema de produção no qual a interação dos fatores permite explicar as distintas maneiras de atuação homem/natureza.

O município de Santa Maria está localizado no centro do Estado do Rio Grande do Sul e se destaca por ser um pólo regional, contendo uma população de 261.031 habitantes, distribuídos em 1779 Km² (IBGE, 2010). De acordo com a Fundação de Economia do Estado do Rio Grande do Sul (FEE, 2010) em torno de 248.347 habitantes vivem no meio urbano, junto à sede municipal, e 12.684 habitantes no meio rural, distribuídos nos distritos de São Valentim, Pains, Arroio Grande, Arroio do Só, Passo do Verde, Boca do Monte, Palma, Santa Flora e Santo Antônio (Figura 1).

características da população, constituída por um público exigente devido ao grau de conhecimento e escolaridade. Ao serem analisados os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil (PNUD) observa-se que a população do município de Santa Maria tem um nível de conhecimento cultural de médio a elevado e seu Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é comparável a de populações urbanas europeias, portanto, trata-se de uma população possuidora de um grau de exigência alimentar, de valorização de suas áreas adjacentes e consciente da importância que o meio rural pode fornecer em termos de qualidade de vida.

A população compreendendo a importância da relação entre meio rural e meio urbano, no que se refere aos valores culturais, modo vida e equilíbrio ambiental, realiza seguidamente “a fuga” ao campo em busca de qualidade de vida e da boa alimentação, entre outros valores.

A cidade por ser de porte médio, em termos de RS, tem a plena capacidade de interagir com seu meio rural e consumir a sua produção hortifrutigranjeira, seu artesanato valorizado, a sua agroindústria, além de desfrutar do ambiente rural através de caminhadas, permanência em fins de semana buscando as formas de lazer disponíveis nestes ambientes. Devido a todos estes elementos reconhecidos por sua população, estudos desta natureza tornam-se valorizados pela importância que representam para a ciência geográfica no que diz respeito às relações homem/natureza.

Historicamente o desenvolvimento do município iniciou com a chegada de militares demarcadores de fronteiras internacionais (Espanha e Portugal), por volta da segunda metade do século XVIII, criando o primeiro povoado. Mais tarde, no século XIX, após a Revolução Farroupilha, teve início um processo de colonização constituído por imigrantes europeus, que uma vez assentados em lotes coloniais desenvolveram as atividades agrícolas (PESAVENTO, 1982).

A importância desse processo colonial iniciado com a incorporação de tecnologias trazidas de suas áreas originárias hoje apresenta uma importância singular no desenvolvimento das atividades rurais no que tange a produção agrícola e não agrícola. Por outro lado, ressalta-se uma estrutura fundiária diversa no município, os militares portugueses ocuparam grandes porções de terras e desenvolveram a pecuária em áreas da Depressão Central, enquanto que os

imigrantes europeus foram para as colônias localizadas em áreas do Rebordo do Planalto ocupando terrenos declivosos com pequenas lavouras.

Por volta de 1900 houve nova transformação espacial no município, surgindo as ferrovias e Santa Maria tornando-se um entroncamento Ferroviário ao se posicionar no centro do Estado, o que foi responsável pelo rápido aumento populacional urbano, voltado principalmente para a prestação de serviços, como: engenheiros, comerciantes e profissionais ligados à construção. Mais tarde, com o surgimento da Universidade Federal de Santa Maria e da Base Aérea Federal, o município se consolidou por conter uma economia voltada para a prestação de serviços (BELTRÃO, 1958).

A instalação dos quartéis também teve sua importância na consolidação da população urbana e reforçou o caráter central do município no Estado. Atualmente o município possui um dos maiores contingentes militares do Brasil devido à localização privilegiada e estratégica para o deslocamento em direção à fronteira Cone-sul.

Ao se analisar os dados demográficos do IBGE observa-se o intensivo e crescente aumento populacional no período compreendido entre os anos de 1910 a 2010 fez com que Santa Maria despontasse como um dos mais populosos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. O aumento populacional trouxe mercado para a produção agrícola local e regional, dinamizando os distritos, aperfeiçoando-os e os adequando para garantir espaço no crescente mercado consumidor. Surgiram inúmeras agroindústrias no meio rural que agregaram valor à produção através da transformação da matéria prima oriunda, principalmente, da agricultura familiar e resultando em uma produção diversificada.

As características apresentadas pelo município de Santa Maria seguem a lógica do estado do Rio Grande do Sul que tem sua economia sustentada por uma sólida atividade agropastoril de modo que no ano de 2006 o Estado possuía, segundo o Censo do IBGE, 441.472 estabelecimentos agropecuários. Destes, 378.543 foram classificados pelo Censo como familiares¹, ocupando seis milhões de hectares, onde o valor da produção superou nove bilhões de reais (Figura 2).

¹ O IBGE (2006) define Agricultura Familiar como a atividade econômica realizada pela agricultura e empreendimentos familiares rurais, assim considerados os que atendem simultaneamente aos critérios definidos pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, quais sejam: a área do estabelecimento ou empreendimento rural não excede 4 módulos fiscais; a mão de obra utilizada nas atividades econômicas desenvolvidas é predominantemente da própria família; a renda familiar é predominantemente originada dessas atividades e o estabelecimento ou empreendimento é dirigido pela família.

Na observação do cartograma nota-se a maior concentração da agricultura familiar em duas áreas do Estado: uma próxima a Santa Maria e outra a noroeste do Estado.

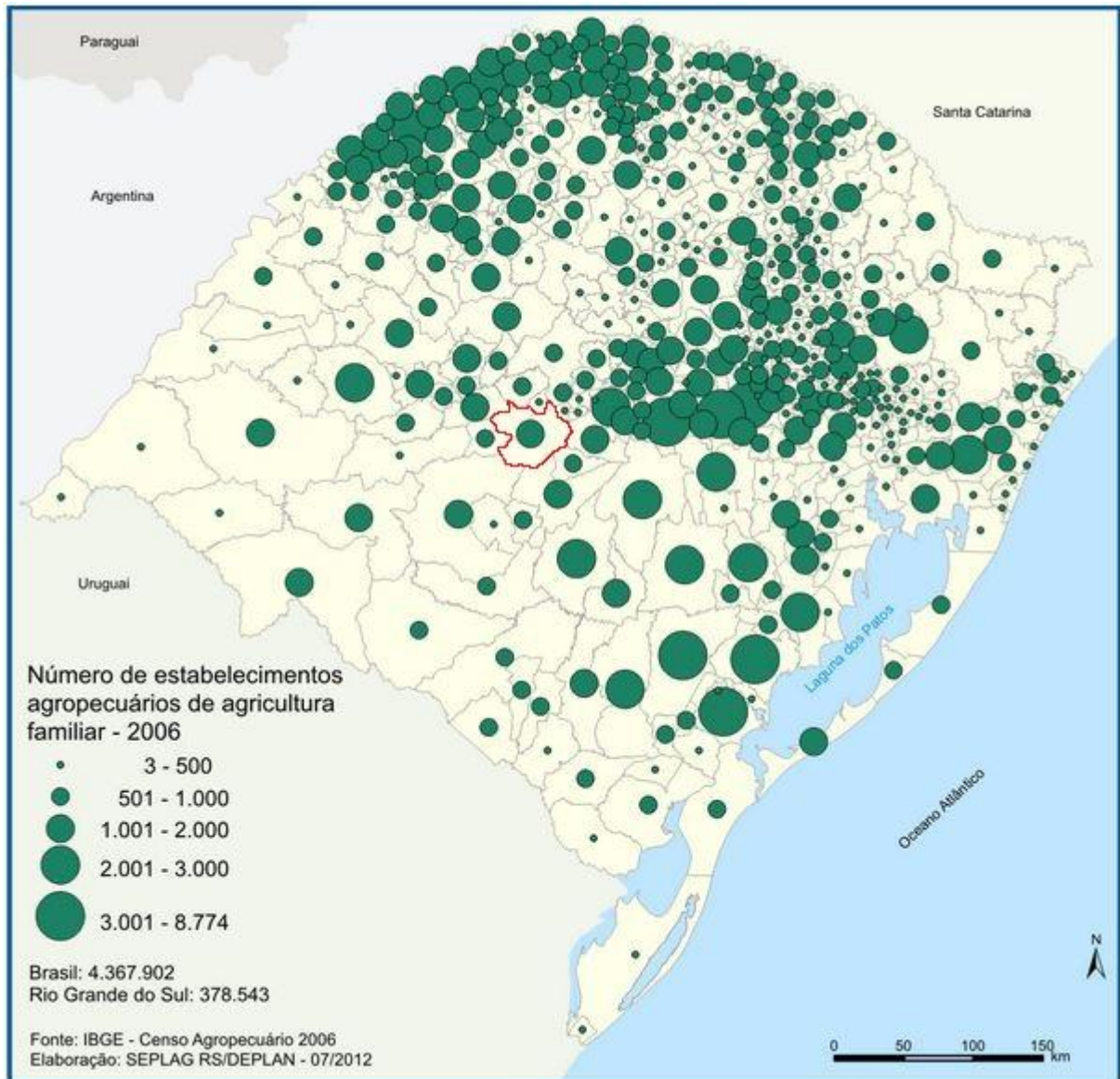


Figura 2: Estabelecimentos agropecuários de agricultura familiar no estado do RS, 2006.
Nota: Em destaque vermelho o município de Santa Maria.

Por outro lado, os agricultores considerados não familiares pelo IBGE, totalizaram 62.921 estabelecimentos, com uma ocupação de quatorze milhões de hectares e com um valor gerado pela sua produção em torno de sete bilhões e meio de reais. Estes estabelecimentos de agricultura não familiar encontram-se

relativamente bem distribuídos por todo o Estado, excetuando as áreas onde a concentração da agricultura familiar ocorre em maior número, e contam com um contingente de pessoal ocupado da ordem de 239.732 pessoas (Figura 3).

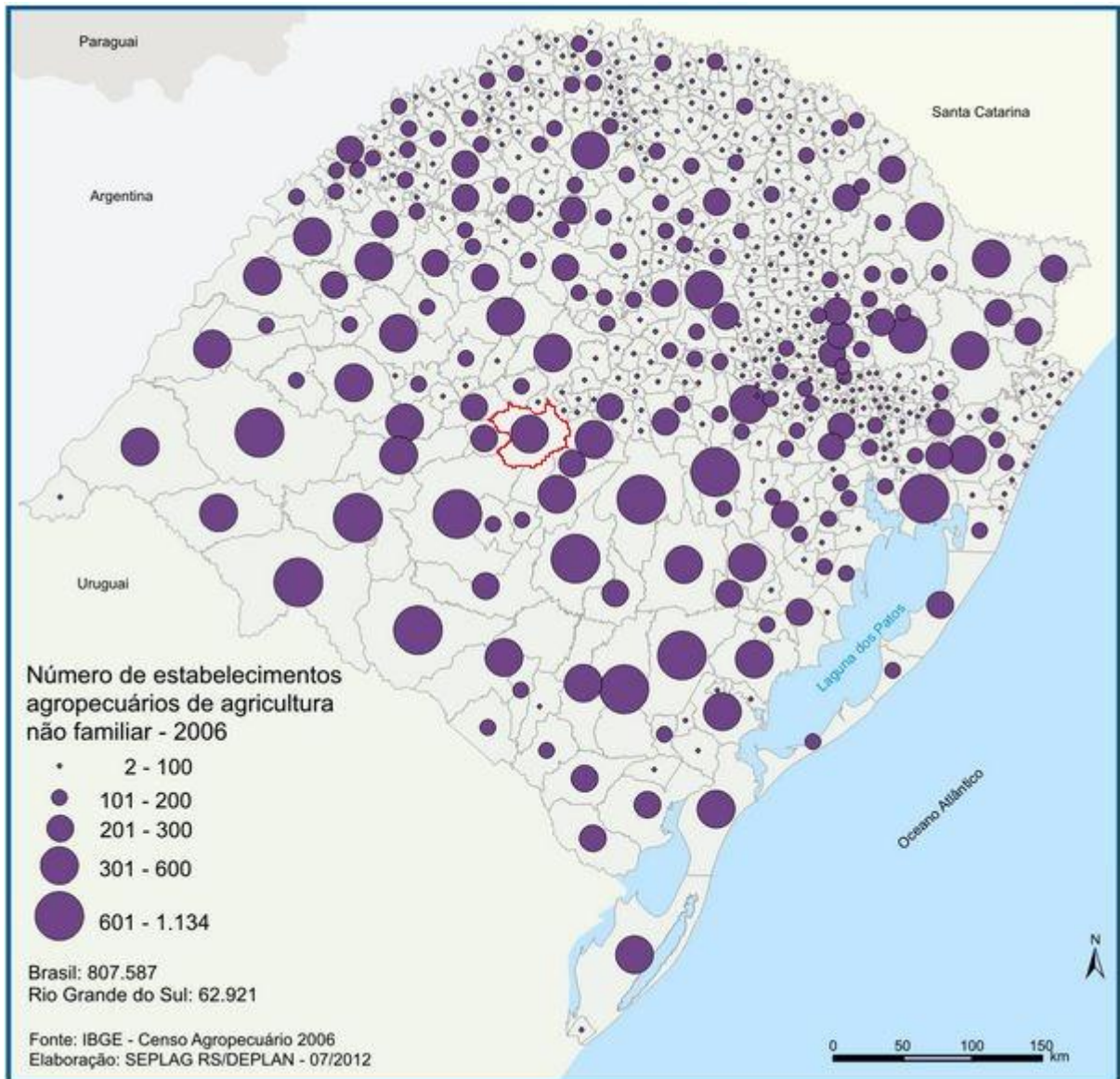


Figura 3: Estabelecimentos agropecuários de agricultura não familiar no estado do RS, 2006.
Nota: Em destaque vermelho o município de Santa Maria.

Diante das características assumidas, social e economicamente, pela agricultura familiar, atualmente aguça a ciência geográfica o interesse em desvendar estas novas atividades que reorganizam o meio rural em outro nível de relações permitindo aos pequenos produtores novas oportunidades de produção e renda.

Deste modo, se faz necessário estudar, avaliar e interpretar as dinâmicas sociais atuantes, principalmente, em espaços rurais localizados em áreas próximas do urbano possibilitando contato imediato com a cidade, geralmente de porte médio ou grande. Do ponto de vista da espacialidade geográfica esta proximidade entre o meio rural e o urbano é também reconhecida e denominada pelo termo *continuum*, quando não há nítida transição. Isto se aplica a alguns dos distritos de Santa Maria como Arroio Grande, São Valentim e Boca do Monte, uma vez que é imperceptível, na prática, a visualidade do limite do que constitui o urbano em relação ao que constitui o rural. Reforçando esta percepção da transição, Silva escreve:

[...] está cada vez mais difícil delimitar o que é rural e o que é urbano. Mas o tema que aparentemente poderia ser relevante, não o é: a diferença entre o rural e o urbano é cada vez menos importante. Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como um *continuum* do urbano, do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária. Em poucas palavras, pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, do outro, do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (Silva, 1999, p.1).

É praticamente imperceptível na prática, na visualidade, o limite do que constitui o urbano em relação ao que constitui o rural. Em geografia é costume denominar de relações campo-cidade ou cidade-campo os estudos desenvolvidos nestas áreas limítrofes, embora seja difícil estabelecer uma metodologia compatível com uma análise de relações complexas envolvendo ao mesmo tempo espacialidades com dinâmicas distintas. Acredita-se que o processo de aceleração da produção da agricultura familiar, nestas áreas de contato com o urbano, deve-se à necessidade de acompanhar a dinâmica urbana de mercado e de consumo.

A importância deste estudo pode ser explicitada pela necessidade de se diferenciar a realidade socioeconômica e cultural do universo destas duas categorias sócio-espaciais (rural e urbano) e, também, os efeitos sobre a população local no que diz respeito às relações culturais e econômicas, bem como da resignificação do rural. Entende-se que o processo de globalização seja um fator de aceleração do procedimento de mudanças no espaço rural, e isto reforça a ideia de que as

alterações espaciais que ocorrem neste *continuum* possuem especial significado para os estudos geográficos no que se refere às transformações espaciais e à dinâmica de sua complexidade.

Portanto, a determinação da multifuncionalidade da ruralidade local possibilita reconhecer as múltiplas funções, suas transformações e suas complexas dinâmicas estabelecidas nos espaços que servem de “palco” a estas múltiplas relações estabelecidas pelos homens entre si e no espaço. Para o entendimento destas dinâmicas e de suas relações deve-se dar atenção às representações sociais e econômicas que este tempo de pós-modernidade instiga às ações humanas, entendendo que elas decorrem de processos sociais desenvolvidos no meio rural/agrário e por vezes advindos do urbano que instiga uma ação sustentável nas relações de oferta e procura da produção.

As ações sustentáveis, de acordo com o IBGE, têm promovido a presença de uma população economicamente ativa cujas pessoas, ocupadas na atividade agrícola vêm diminuindo em comparação ao aumento do número de pessoas ocupadas em atividades produtivas não agrícolas e na sua diversidade.

Seguindo esta linha de pensamento, entende-se que se faz necessário reconhecer através do estudo, da avaliação e interpretação, as dinâmicas sociais atuantes na categoria sócio-espacial meio rural, assim como a complexidade de suas ações estabelecidas nas relações com o urbano que lhe serve de mercado de consumo. Para desenvolver estes propósitos de estudar, avaliar e interpretar estas transformações que marcam a categoria sócio-espacial meio rural é necessário:

- Estabelecer os componentes que constituem a presença da multifuncionalidade na ruralidade dos distritos de Arroio Grande e São Valentim do município de Santa Maria, situados a sudoeste e a nordeste respectivamente da cidade de Santa Maria, no objetivo de tecer uma análise interpretativa.
- Diferenciar as atividades agrícolas e não agrícolas avaliando os produtos que correspondem a cada uma destas atividades.
- Interpretar as transformações que cada uma das atividades promove no meio rural, estudando especialmente as atividades não agrícolas que possibilitam ações dinâmicas a curto tempo na ruralidade.
- Identificar e registrar as transformações ocorridas no meio rural advindas de atividades como lazer, segunda residência, turismo,

gastronomia, estudando a importância destas atividades nas transformações da espacialidade rural.

- Caracterizar a presença dos meios: comunicação terrestre (estradas, transporte coletivo, facilidade de acesso); comunicação virtual (televisão, telefonia e internet) e a infraestrutura adequada às atividades que identificam a multifuncionalidade dos distritos.

Para atender aos objetivos foram considerados os aportes teóricos e metodológicos e a seleção dos distritos que devido às características que apresentam identificam a presença da multifuncionalidade e suas relações com o conjunto municipal. Desta maneira os aportes teóricos metodológicos assumidos tratam do período Técnico-Científico-Informacional, permitindo assim a definição estrutural, funcional e a formação socioeconômica da espacialidade selecionada, bem como a realização do estudo, da interpretação e das análises necessárias para compreender as dinâmicas impostas pela multifuncionalidade manifestadas por meio de seus Fixos e Fluxos identificáveis na ruralidade do meio rural dos distritos que a constituem.

A seleção da área de estudo do município de Santa Maria deve-se a determinados fatores como a importância econômica de alguns de seus distritos, como é o caso de Arroio Grande e São Valentim, no conjunto da economia municipal no que se refere a procedência da oferta variada de produtos em mercados, feiras, quitandas e quiosques, além da variedade e qualidade destes produtos, bem como da facilidade de colocação imediata, diminuindo o tempo entre produção e consumo. Nestes termos a produção familiar dos distritos se diferencia por garantir disponibilidade contínua ao abastecimento. Os produtos provenientes destes distritos promovem significativas transformações no mercado de abastecimento, visíveis através da oferta variada apresentando produtos *in natura* e transformados. Dada a importância destes distritos no conjunto da população santa-mariense, é visível o fluxo de pessoas que se dirigem aos distritos em busca de lazer, participação em festividades populares e religiosas, bem como para degustarem a gastronomia variada e farta ofertada em cantinas, restaurantes, agroindústrias e nas propriedades familiares.

O distrito de Arroio Grande possui uma área de 130,71 km², com população considerada rural, segundo o IBGE (2010), de 2374 habitantes equivalendo a 87,86% de sua população e a partir deste percentual considera-se que menos de

13% da população reside na sede distrital. Trata-se de uma população de descendência italiana, oriunda da fase de formação da Quarta Colônia de Imigração Italiana criada em 1877 com a denominação de Colônia Silveira Martins. Devido a esta origem colonial, as propriedades são de pequena extensão com produção intensiva, predominando a horticultura e a criação de peixes, além de atividades agrícolas, destacando-se a produção do arroz (como maior produtor), e as atividades não agrícolas que abastecem a demanda do município.

Devido a esta base cultural a religiosidade Católica Apostólica Romana é dominante em mais de 90% da população. Assim, resulta que se trata de uma área homogênea, ligada pela cultura expressada através da religiosidade, do modo de vida, da gastronomia, da língua e do tipo humano a semelhança do centro-norte italiano (Vêneto, Udine e Friuli).

O distrito de São Valentim tem uma área de 133,38 km² e uma população rural de 551 habitantes, correspondendo a 97,52% da população do distrito, portanto menos de 3% da população reside na sede do distrito. A ocupação da área ocorreu após a demarcação das fronteiras entre Espanha e Portugal e por estar situado a oeste do município em direção a Campanha gaúcha recebeu povoamento diverso proveniente da expedição demarcadora das fronteiras e para o distrito se dirigiram alguns descendentes de alemães e italianos. Por se tratar de uma área com ondulações suaves predominam o criatório sobre as lavouras e apenas nas áreas que não são ocupadas pelo exército brasileiro desenvolve-se atividades da agricultura familiar em pequenas áreas denominadas de chácaras cuja produção está voltada para o abastecimento urbano.

Para apreender a localização dos distritos em relação ao município chama-se o mapa anterior trazendo os devidos destaques (Figura 4).

O capítulo dois procura destacar os elementos teórico-conceituais e terminologias utilizadas, permeados na revisão da literatura a respeito da evolução das categorias de propriedade da terra no Brasil.

O terceiro capítulo aborda o atual desempenho da pequena propriedade no Brasil, mostrando o seu surgimento de acordo com cada período histórico da formação socioeconômica do País.

No quarto capítulo são apresentados os resultados obtidos em campo, os cruzamentos das análises realizadas de modo qualitativo e quantitativo, as discussões e reflexões que conduziram às conclusões.

Por fim, as conclusões destacam os produtos resultantes das atividades agrícolas e não agrícolas, as atividades desenvolvidas pelos produtores familiares e as transformações resultantes das novas ações, que chegam ao meio rural, impostas pelas dinâmicas estabelecidas pelas relações campo/cidade no que tange à oferta nos mercados de consumo, à prestação de serviços e de lazer, turismo e gastronomia. Nestas análises são apontadas as relações de produção agrícola e não agrícola, seus fixos e fluxos que permitem à produção familiar manter-se e se relacionar social e economicamente com o meio urbano que lhe é próximo. Também as condições de comunicação terrestre e virtual mereceram destaque nas conclusões dado a sua importância no que se refere ao fluxo de informações e de pessoas.

CAPITULO 1 - APORTE METODOLÓGICO DA INVESTIGAÇÃO

1.1 Abordagens metodológicas em Geografia

Os conhecimentos propostos pela Ciência ou mesmo àqueles ligados às atividades do cotidiano estimulam a atenção, curiosidade e raciocínio através de questionamentos ou dúvidas. Isto se dá, conforme Alves-Mazzotti et all. (2002), quando algo não ocorre de acordo com as perspectiva, quando não há elementos capazes de auxiliar na explicação de um fenômeno, ou quando as explicações tradicionais são insuficientes, ou seja, quando há problemas complexos que necessitam minúcias para o seu conhecimento. Isto é a chave fundamental para a definição da temática e da metodologia a ser utilizada na pesquisa.

Desse modo, compreende-se que a metodologia é uma das etapas mais importantes da pesquisa, uma vez que garante, através de procedimentos práticos, suporte necessário à abordagem teórica adotada. Entende-se que, assim, é possível atingir um desenvolvimento coerente e criterioso na melhor solução ao problema proposto. É neste sentido que se dá importância aos procedimentos metodológicos ao longo de todas as etapas de classificação das variáveis (elementos pertinentes ao conhecimento do objeto em seus desdobramentos qualitativos e quantitativos), coleta e análise das informações. Assim como se deve dar atenção ao uso de técnicas processuais que melhor orientem a verificação do objeto em sua estrutura, processo, função e forma, que surgem no contexto da dinâmica sócio-espacial.

Quando um estudo abrange um campo amplo e dinâmico, como é o caso da interação sócio-espacial, a organização parte da noção de sistema, devido à existência de inúmeras variáveis dependentes. Neste sentido, a produção agrícola é compreendida como uma interação sócio-espacial da categoria geográfica meio rural e apresenta-se como uma organização em que seu estudo está relacionado com suas partes constituintes e que devem ser entendidas no contexto de suas interações com o todo, o sistema maior.

Os estudos das interferências sofridas pelo sistema permitem visualizar as mudanças no modo de produção agrícola. Para tais estudos, da categoria geográfica

meio rural, vale-se da metodologia sistêmica, originada na Teoria Geral dos Sistemas (TGS), trabalhada por Bertalanffy, das idéias de sistema de Morin, e da periodização do tempo/espaço com base no período Técnico-Científico-Informacional, de Santos.

A Teoria Geral dos Sistemas (TGS) de Bertalanffy, desenvolvida no século XX, procurava o entendimento e a explicação das transformações em curso. Neste período ocorreram as grandes mudanças tecnológicas acompanhadas de significativas alterações nas relações econômicas, sociais e políticas, as quais se refletiram na produção, na transformação, no comércio e na sociedade em geral.

Pode-se dizer que a Ciência passou a trabalhar com complexos, totalidades ou sistemas em todos os seus campos do conhecimento, implicando na reorientação do pensamento científico. Para tanto, foi necessário romper a ideia de simplicidade, de racionalidade ordenada e de estudo fracionado/estudo geral para uma concepção de complexidade na qual os vários campos da ciência passam a se integrarem a um nível de aprofundamento segundo determinado grau de relações a serem analisadas, pois nenhum campo da Ciência hoje se apresenta isolado ou fechado em si mesmo. Neste sentido, a geografia, que se assenta na ampla relação homem/natureza e natureza/homem, trabalha com variado nível de aspectos, possíveis de relações na fronteira do conhecimento com outras ciências, alimentando sua concepção de complexidade (BERTALANFFY, 1975).

A Geografia não deve se limitar a um estudo de visão quantitativa e/ou qualitativa de análises técnicas. É preciso compreender as relações heterogêneas, da sociedade que se estabelecem no espaço, bem como, as influências das variadas e diversas espacialidades sobre o comportamento humano determinando a singularidade² das paisagens. Assim, entende-se que a utilização de uma metodologia sistêmica, baseada na Teoria Geral dos Sistemas, possibilita uma análise dos fenômenos de maneira mais aprofundada através de um princípio de reciprocidade que aproxima a visão de dois elementos quando combinados entre si. Desta forma, as relações que se estabelecem entre sociedade/natureza podem também servir como apoio às análises, tanto locais e pontuais como globais e gerais. Com isto, cada um de seus elementos torna-se peça fundamental para a

² Termo utilizado na concepção de La Blache (1921) e George (1959).

compreensão da organização estabelecida, ainda que não visível em seu todo, no sistema complexo.

A teoria dos sistemas, segundo Morin (1990), abrange um campo vasto onde qualquer realidade conhecida pode ser entendida como um sistema, ou seja, é uma associação de diferentes elementos combinados. Para o autor, ao observar externamente um sistema tem-se uma incerteza sobre ele, mas ao se trabalhar nele é possível identificar distintos caminhos de análise que são, de certa forma, contraditórios. Um sistema possui seu grau de complexidade e, sua integralidade, não pode ser reduzida à soma de suas partes constituintes. Ao se analisar um sistema, a lógica desenvolvida tende a ser reducionista, isto é, decompõe o todo em partes, porém a análise sistêmica não pode permitir tal ocorrência, uma vez que o funcionamento de um sistema não depende só dos elementos que o compõem, mas também da inter-relação entre estes elementos, pois poderá ocorrer um erro interpretativo, que é o de ter o todo como a soma das partes e não o todo constituído por todas as suas partes.

Conforme Santos (1997b), a abordagem sistêmica permite compreender o período Técnico-Científico-Informacional, o homem que se organiza em sociedade e, igualmente, os arranjos que determinam o espaço, além da concepção das mudanças espaciais oriundas de sua utilização. Os elementos que constituem a natureza estão organizados em torno da estrutura, forma e função passando por sucessivos processos. Decorrente desta estrutura se dá a identificação e diferenciação de cada sistema podendo haver semelhanças e especificidades.

A organização espacial é atrelada a diferentes fatores sendo eles físicos, sociais e ambientais, sendo eles que definem os processos a serem desenvolvidos e o uso que se faz do espaço (natureza). Santos coloca que:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida (...) o espaço deve ser considerado como um conjunto de funções e formas que se apresentam por processos do passado e do presente (...) o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p. 122).

Para tal análise deve-se levar em conta a conceituação posterior dada por Santos (1997b) ao se referir à estrutura, processo e função, na qual a estrutura implica na inter-relação das partes do todo, mediante o modo como se organizam; o processo determina uma ação contínua que se desenvolve em direção a um resultado; a função indica uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa; e a forma se manifesta como um dos aspectos da função e/ou do processo marcando através da alteração da paisagem em um determinado tempo.

A presença de um sistema indica a existência de atividades decorrentes de um processo interligado. O meio rural caracteriza-se como um Sistema complexo, composto por subsistemas passíveis de identificação. Pode-se afirmar que há uma relação de complementaridade e dependência, ao analisar o Sistema de Produção Agrícola em estudo, onde os subsistemas e elementos que os compõem possuem particularidades sendo responsáveis por variações internas no Sistema.

De acordo com Santos (1988) quanto maior o grau de modernização na atividade agrícola, mais amplas são as suas relações e mais longínquo o seu alcance. Portanto, a abrangência das atividades agrícolas e suas funções podem ser identificadas a partir da concepção de um sistema que se organiza de acordo com seus subsistemas definidos, para serem analisados. Seguindo Santos (1985) ao tratar das formas, funções processos e estruturas como categorias do método geográfico assumindo-se a visão holística e entendendo a espacialidade em análise como uma totalidade. Esta, por sua vez, passa a ser uma construção válida no exame da complexidade de fatores a serem examinados na análise do contexto espacial. (SANTOS, 1985, p.51)

Assim, a categoria meio rural assume a posição de sistema contendo suas formas, funções, processos e estruturas que se alteram dada a fluidez do espaço submetido a irradiação do meio técnico-científico-informacional com a globalização (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p.53). Destaca-se que uma das características do presente período histórico é a necessidade de criar condições para a vida, vivências e circulação do produto, das mercadorias, dos homens, do dinheiro, da informação, da técnica e outras mais, permitindo que se reconheça a presença da fluidez nas mais distintas espacialidades.

A fluidez pode originar, transformar ou extinguir formas, funções, processos e estruturas ocasionando diferentes tipos de espacialidades, analisados por Santos

(2011). Em presença da dinâmica acelerada ocorrem mudanças constantes, de modo que nada é permanente o tempo todo, mas torna-se fixo e/ou fluxo, ao fluir ou permitir a fluidez nos e entre os círculos de cooperação referentes aos círculos espaciais da produção e do mercado. (SANTOS; SILVEIRA, 2011). Deste modo, foram determinados os subsistemas como fixos e fluxos e analisadas as características pertencentes a cada um (Figura 5).

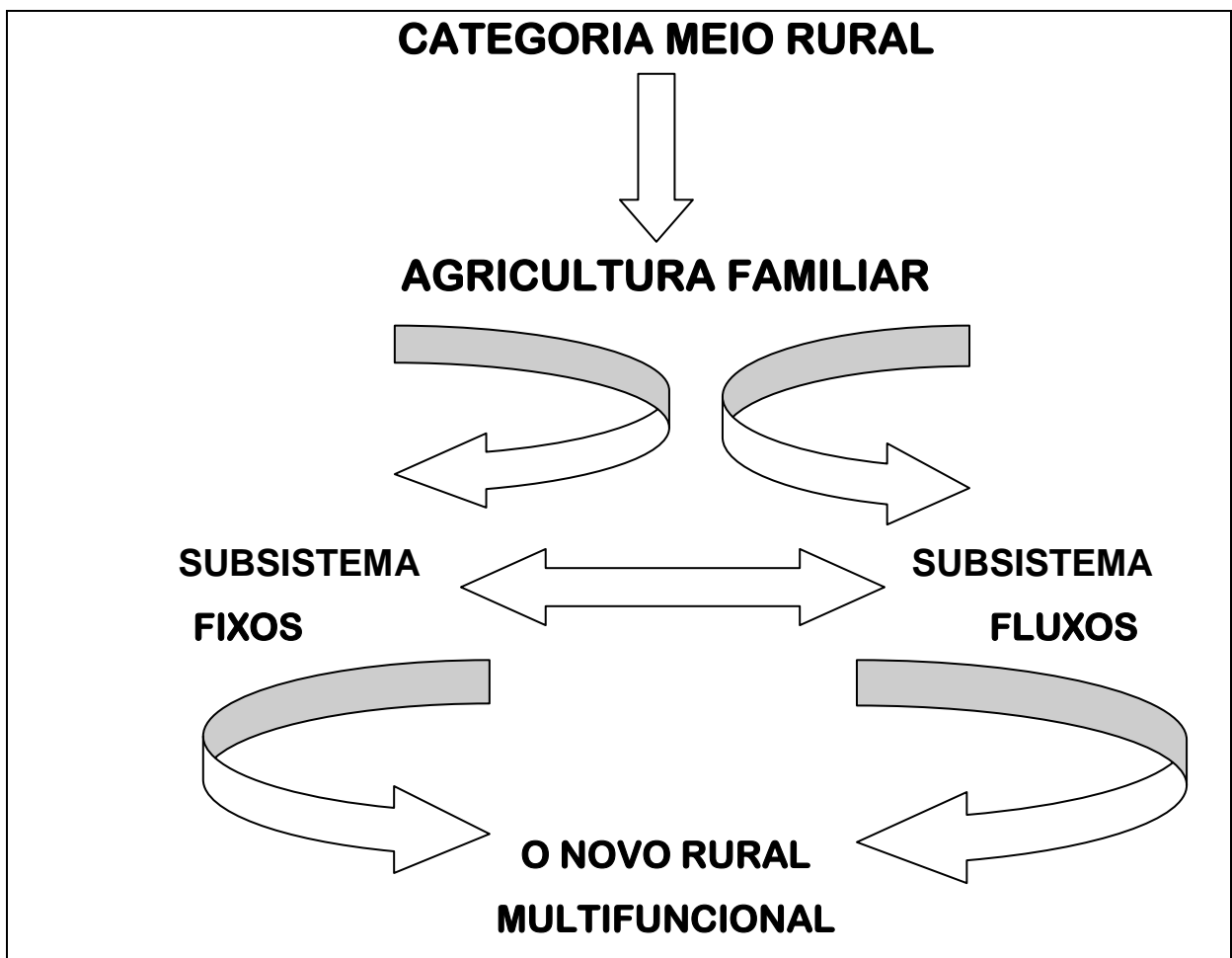


Figura 5: Modelo sistêmico de análise espacial.
Fonte: Adaptado de Teichmann (2012).

Esses subsistemas expressam a realidade do espaço e se apresentam como uma possibilidade de estudo dos fenômenos geográficos. Ainda para o autor, isto sempre ocorreu, porém atualmente os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, amplos, numerosos e rápidos (Ibid., p.62). Neste contexto, os fixos seriam aqueles elementos “fixados” no lugar,

enquanto os fluxos seriam as ações que se instalam naqueles ou mesmo circulam atravessando-os. Assim, possibilitam modificações de valor e acrescentam significado aos fixos.

Os fluxos, na presente investigação, possibilitam a compreensão da realidade sócio-espacial. No entanto, se faz necessário o entendimento dos fixos, uma vez que são estes que possibilitam os “nós” que amarram e dão sentido aos fluxos. Conforme Santos (2008), o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá, entendendo que os fluxos e os fixos devam ser considerados para a compreensão do sistema produtivo presente nas relações sócio espaciais. A própria produção em si apresenta-se como um fluxo, pois percorre distintos fixos e esta observação pode ser ampliada se levada em consideração a dinâmica dos fluxos de informação: tecnologia e capital.

Conforme reforça Anjos (2004), o subsistema fixos é dinâmico e se baseia em técnicas de produção e inter-relações, mantendo assim sua essência e alterando de forma gradual o sistema. No sistema em estudo, os fixos são entendidos como os elementos naturais, cujas dinâmicas são resultantes de processos ecológicos integrantes da natureza, e pelos elementos construídos pelo homem que fazem parte da paisagem.

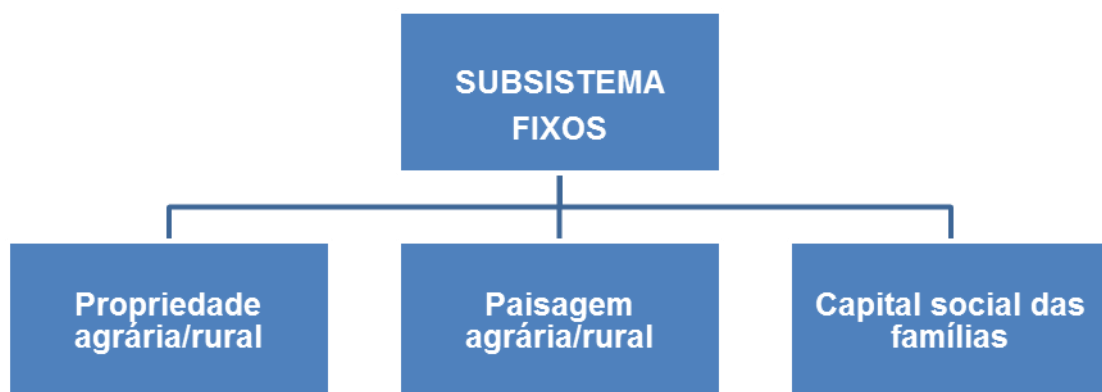


Figura 6: Diagrama com as categorias priorizadas nos Subsistemas Fixos
Fonte: Adaptado de Teischman (2012)

O subsistema Fixos (Figura 6) é composto por um conjunto de elementos relacionados à infraestrutura, ao meio ambiente e aos conhecimentos dos habitantes locais. O constante processo de mudanças e as inter-relações dos elementos possibilitam a interdependência do subsistema. Os elementos que formam este diagrama serão tratados no capítulo da análise e interpretação dos resultados.

O subsistema Fluxos (Figura 7) manifesta-se nos mais diversos processos de produção, estando relacionado, geralmente, com a produção, distribuição, consumo e acumulação do capital, porém, cabe ressaltar que sua composição é dinâmica, pouco previsível e complexa, pois nele cabem as novas explorações não agrícolas desenvolvidas pela unidade de produção familiar que passa a prestar serviços e a transformar seus bens inerentes à atividade agrícola. Tal subsistema é formado por um conjunto de organizações que atuam de acordo com a demanda do meio urbano atuando no meio rural.

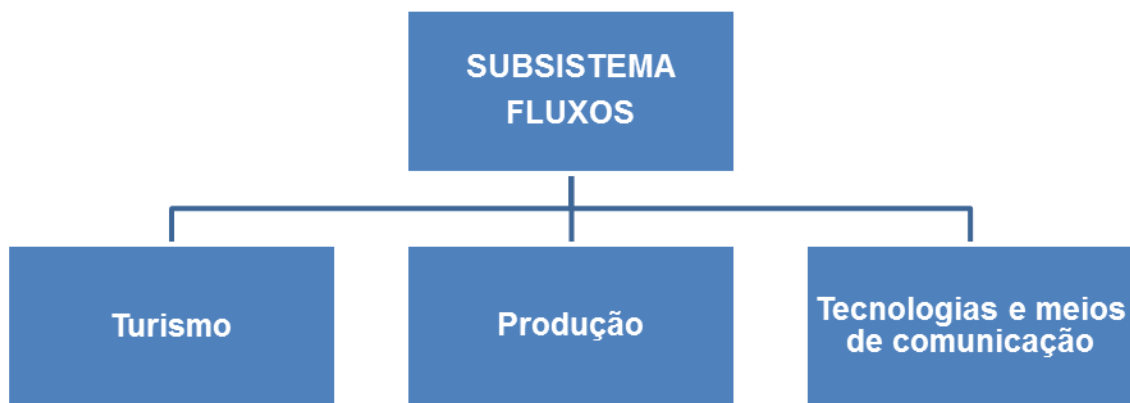


Figura 7: Diagrama com as categorias priorizadas nos Subsistemas Fluxos
Fonte: Adaptado de Teischman (2012)

O subsistema Fluxos está presente em qualquer sistema de produção, manifestando-se nas relações de comercialização, circulação da produção e consumo. Conforme a produção, o produto ou o espaço passa por diferentes estágios ou fases e o subsistema Fluxos torna-se amplo, atrativo e amplia seu mercado consumidor. Mendes et all. (2007) colocam que o nível de complexidade dos Fluxos constitui uma teia de circuitos espaciais de produção e de cooperação

que se estendem no espaço e se afastam das relações de competição devido a sua diferenciação.

A presença dos elementos que compõem esta figura será tratada no capítulo da análise e interpretação dos resultados.

1.2 Abordagem dos procedimentos da investigação

A ciência se apresenta verificável e falível, quando testada apresenta possibilidade de demonstrar a veracidade de suas informações porque cada método, como cada técnica aplicada, sem o devido conhecimento de seus limites pode apresentar resultados distintos conforme o objeto investigado.

Para atender aos anseios da pesquisa foram investigados métodos que melhor permitissem a compreensão da espacialidade em estudo, optando-se pela utilização de dois métodos, quantitativo e qualitativo, ou seja, utilizando-se uma abordagem de métodos mistos. Entende-se que o uso de mais de um método possibilita melhorias no desenvolvimento da pesquisa, no que se refere ao levantamento e tratamento das informações obtidas, permitindo alcançar a relação complexa e dinâmica existente no nexa homem/natureza. Para tanto, recorreu-se às adaptações metodológicas necessárias permitindo o aprofundamento das análises e de suas possíveis correlações no afã de alcançar amplos resultados contendo precisão.

Conforme Creswell (2010), a utilização de métodos mistos permite coletar os dados simultaneamente ou de forma distinta, conforme a necessidade das informações. As conexões dos dados ocorrem em diferentes fases da pesquisa podendo ser realizadas durante a coleta, na análise ou na interpretação. Optou-se pela estratégia de triangulação concomitante, na qual o levantamento dos dados quantitativos e qualitativos ocorre simultaneamente, após realiza-se a comparação dos dados, a fim de determinar se existe convergências, diferenças ou alguma combinação dos resultados.

Atendendo às colocações de Becker (1994), para realizar uma investigação científica pressupõe-se a necessidade de conhecimentos prévios e uma metodologia

adequada ao problema a ser investigado. Por mais simples que as pretensões pareçam, o estudo deve ser norteado por um arcabouço teórico.

Aplica-se o método quantitativo nesta pesquisa, pois como afirma Richardson (2008), ele é amplamente utilizado na condução dos trabalhos procurando garantir a precisão dos resultados e explicar a realidade de uma determinada área. As informações quantitativas podem ser aferidas, determinando assim sua legitimidade e dando relevância aos resultados apresentados.

Conforme Luna (1999), a pesquisa bibliográfica refere-se a um apanhado sobre os trabalhos científicos que já foram realizados sobre o tema de interesse e que oferecem informações relevantes. O levantamento bibliográfico torna-se importante quando os estudos são baseados no uso de informações quali-quantitativas adquiridas em pesquisa de campo, bem como aquelas inteiramente baseadas em documentos oficiais.

As estatísticas apresentadas pelos órgãos oficiais, segundo a Organização das Nações Unidas, representam um elemento indispensável para o sistema de informação da sociedade, oferecendo dados sobre a situação econômica, demográfica, social e ambiental. Os órgãos oficiais de estatística reúnem e disponibilizam de forma imparcial, estatísticas de utilidade prática comprovada, permitindo, desta forma, o acesso à informação pública.

A observação em campo e o reconhecimento da área de estudo é uma forma de coleta de informações, como reconhece Lakatos et all. (1996). No primeiro contato é possível identificar e obter provas a respeito dos objetivos, que em muitos casos, mesmo inconscientemente, refletem a orientação do comportamento espacial. Neste momento há o contato direto do pesquisador com a realidade estudada, onde é possível registrar fatos da realidade sem a necessidade de meios técnicos especiais.

Por outro lado, a utilização do método qualitativo contribui para a aquisição de informações peculiares. Richardson (2008) coloca que a utilização deste método é adequada por explicar fenômenos relacionados ao social, econômico, histórico e cultural, os quais possuem situações dinâmicas e complexas. Minayo (1996) diz que o método qualitativo refere-se à compreensão interpretativa da ação social, ou seja, possibilita a obtenção das características e visualização dos limites de cada ator social envolvido. Deste modo, o método é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma pesquisa, conforme Nogueira (1968, p.73):

a) formular questões ou propor problemas; b) efetuar observações; c) registrar tão cuidadosamente quanto possível as observações feitas com o fim de responder as perguntas formuladas ou resolver os problemas propostos e de rever conclusões, ideias e opiniões anteriores que estejam em desacordo com as observações e as respostas resultantes.

A utilização de métodos mistos faz com que possa ser compreendida a atual organização espacial, fruto de etapas anteriores. Conforme Santos (1997b), é do conhecimento a ocorrência de cinco Paradigmas Tecnoeconômicos, a saber: o de mecanização incipiente 1770 a 1840; o da máquina a vapor e da estrada de ferro - 1830 a 1890; o da energia elétrica e da engenharia pesada - 1880 a 1940; o da produção fordista de massa - 1930 a 1990; e o da informação e comunicação - iniciado em 1980.

De acordo com o autor, atualmente pode-se afirmar a vivência de um período, iniciado na década de 1980 e denominado de técnico-científico-informacional. Sua característica é reconhecida pelo alinhamento da ciência à técnica. Deste período resulta o processo de globalização que tem apresentado os espaços requalificados e que atendem, sobretudo, aos interesses dos atores hegemônicos da economia, da cultura e da política incorporados, plenamente, às novas correntes dos complexos hegemônicos detentores da tecnologia, do capital e da informação, em nível mundial. O processo de globalização reconhecido neste início de século é a face material do meio técnico-científico-informacional observado nas espacialidades geográficas (SANTOS, 1997).

De acordo com o autor (*idem*) o papel da ciência, da tecnologia e da informação é a base da modernização socioeconômica de uma região, área ou local exigindo a busca, por meio da metodologia sistêmica, da compreensão e da explicação do presente. Por outro lado, a geografia rural estuda a interação dos elementos do complexo rural como um conjunto do qual não se pode analisar um só aspecto separadamente (Rochefort, 1960). Portanto, os fenômenos que compreendem os estudos em geografia rural podem ser analisados através de uma abordagem sistêmica que orienta o desenvolvimento da pesquisa sem exclusão, mas servindo-se da abordagem quali-quantitativa. Por meio da análise comparativa (quali-quantitativa) é possível compreender os condicionantes das transformações

organizacionais das espacialidades explicando o comportamento de suas unidades constituintes.

Na realização de pesquisas científicas não há um modelo peculiar de trabalho a ser desenvolvido, o que existe é uma diversidade de métodos possíveis de serem aplicados. Neste sentido, além das metodologias quantitativas, as qualitativas também são utilizadas especialmente em estudos das ações sociais.

A utilização de métodos qualitativos possibilita a flexibilidade nas coletas de informações, podendo ser realizadas de acordo com as necessidades. Eles também permitem a reformulação do problema de pesquisa, alterações das questões norteadoras dos métodos, das técnicas de coleta e das análises dos dados durante o processo.

Goldenberg (1999), ao se referir às pesquisas sociais na contemporaneidade, ressalta a existência de três correntes de pensamento com variados enfoques, são elas: o positivismo, o marxismo e a fenomenologia. Deste modo entende-se que:

(i) – A abordagem positivista permite o isolamento do fenômeno em estudo, identifica, mede e quantifica as informações independentemente de uma significação teórica. Conforme Triviños (1992), o positivismo teve predomínio até a década de 1970, porém perdeu importância devido à transformação da prática investigativa em uma atividade mecânica, em que a busca por resultados estatísticos atrelou a investigação aos dados, estabelecendo relações estatísticas entre os fenômenos. Este método se define pela objetividade (ser ou não ser).

(ii) – O marxismo permite tecer amplas reflexões sobre as relações existentes, através da observação e da análise dos elementos constituintes. Deste modo, os resultados das reflexões se apresentam mais completos e capazes de permitir o alcance dos entendimentos em comparação ao método anterior. Neste método, a sua complexidade deve-se à presença tanto da objetividade como da subjetividade (é o ser e o de vir a ser).

Entretanto, deve-se considerar que a tradição no emprego da análise marxista, segundo a realidade fundada na filosofia do materialismo histórico e na luta de classes em nosso meio, juntamente com a complexidade que o método dialético apresenta, levantam sólidas barreiras diante dos pesquisadores.

(iii) – Na abordagem fenomenológica que trata da realidade imediata, busca-se o significado e os pressupostos dos fenômenos. Para Triviños (1992), o enfoque fenomenológico na pesquisa em ciências sociais teve início no final da década de

1970, aumentando sua importância à medida que diminuía a tradição imperativa do positivismo. Entende-se que este método se defina pela subjetividade (o de vir a ser).

Por sua vez, Flick, Von Kardorff e Steinke (2000) apresentam quatro bases teóricas para a pesquisa qualitativa: a) a realidade social é vista como construção e atribuição social de significados; b) a ênfase no caráter processual e na reflexão; c) as condições objetivas de vida tornam-se relevantes por meio de significados subjetivos; d) o caráter comunicativo da realidade social permite que o refazer do processo de construção das realidades sociais torne-se ponto de partida da pesquisa.

Alguns autores como Mayring (2002) apresentam seis delineamentos da pesquisa qualitativa: estudo de caso, análise de documentos, pesquisa-ação, pesquisa de campo, experimento qualitativo e avaliação qualitativa. Estes delineamentos se explicam na pesquisa qualitativa quando ela se caracteriza por um espectro de métodos e técnicas, adaptados às suas especificidades, ao invés de um método padronizado único. Ressalta-se que houve adequação do método ao objetivo desta pesquisa.

Ainda analisando o uso do método qualitativo deve-se fazer referência à Minayo (1996) que recomenda sua utilização para atender objetivos voltados a determinados significados, motivações, valores e crenças. Informações estas que não são possíveis de serem obtidas somente com questões quantitativas, pois respondem a elementos particulares permitindo ocorrer complementaridade de dados qualitativos aos quantitativos na pesquisa.

É possível afirmar, portanto, que as informações qualitativas objetivam, acima de tudo, compreender o espaço em estudo. Este entendimento ocorre por meio da identificação de detalhes, particularidades, símbolos e, também, na percepção expressa de diversas formas resultando em configurações singulares que marcam as espacialidades. Enfatiza-se que ao empregar dois métodos dificilmente haverá uma equivalência em sua utilização, geralmente ocorre o predomínio de um deles, porém é na análise comparativa dos dados obtidos que se esclarecem as transformações espaciais.

Portanto, a pesquisa se completa por meio de informações coletadas em dados oficiais e em entrevistas realizadas em campo. De acordo com Haguette (1997) a entrevista é, também, uma forma de interação social entre o entrevistador e

o indivíduo entrevistado gerando a interação entre eles. Esta interação é importante ao possibilitar a aquisição de dados subjetivos relacionados a valores, atitudes e opiniões dos sujeitos entrevistados.

A elaboração da entrevista requer cuidados, pois ela deve ser planejada em vista dos objetivos a serem alcançados. Lakatos et all. (1996) ressaltam que o entrevistado deve ter intimidade com o tema pesquisado, garantindo assim a qualidade das informações. As perguntas devem seguir o pensamento do entrevistado, com sentido lógico e sem questionamentos absurdos ou constrangedores. Existem diversas formas de entrevistas, sendo as mais empregadas: a entrevista estruturada, semiestruturada, aberta, entrevistas com grupos focais, história de vida e, também, a entrevista projetiva.

Optou-se por entrevistas semiestruturadas, que combinam perguntas abertas e fechadas, dando possibilidade ao entrevistado falar sobre o tema proposto e assim obterem-se informações relevantes. Este tipo de entrevista segue como uma conversa informal, porém no momento que o assunto for de grande valia a conversa é explorada por meio de perguntas adicionais que seriam as entrevistas fechadas. As intervenções podem também ser realizadas caso haja fuga do tema, retomando assim a entrevista formalmente até ser redirecionada para um tema importante e, sempre que necessário, intervindo para alcançar os objetivos.

A partir das argumentações expostas para o desenvolvimento desta investigação científica houve, em um primeiro momento, a realização da pesquisa bibliográfica e na sequência realizou-se o levantamento de dados quantitativos, fornecidos por órgão oficiais, como por exemplo, IBGE; com a obtenção destas informações, se passou para as observações de campo buscando reconhecer e desenvolver reflexões a respeito das informações inerentes aos fenômenos e seus dados coletados.

As observações de campo referem-se a visitas nos pontos de venda dos produtos provenientes do meio rural como feiras, quiosques e pontos de venda do Coopesperança, além da visita nas propriedades familiares dos distritos selecionados.

Os contatos realizados nos pontos de venda permitiram identificar as famílias mais atuantes no sistema de multifuncionalidade, estabelecendo a partir desta identificação as propriedades cujos estabelecimentos deveriam ser alvos principais de contatos e entrevistas. As visitas em campo, no meio rural, contataram as pessoas residentes e/ou com conhecimento da área de estudo para que os dados

fossem calibrados em sua dimensão de ocorrência. Em continuidade, foram realizadas as entrevistas com os agricultores familiares procurando completar determinados conhecimentos adquiridos nas feiras e pontos de venda dos produtos a respeito de significados, motivações, valores e crenças, tratando, portanto, do comportamento subjetivo de cada família de agricultor.

O modo de operação das entrevistas obedeceu ao dispositivo da distribuição das vias (faixas) de penetração no meio rural a partir da sede distrital, tendo como ponto de referência a igreja. Quando as informações eram repetitivas, indagava-se ao agricultor familiar, o último entrevistado, sobre a produção de seus vizinhos na sequência desta via, quando em geral, recebia-se a informação de que os demais se ocupavam com o mesmo tipo de produção, tratando-se geralmente de não mais que cinco estabelecimentos. Devido à repetição de atividades na via percorrida anotava-se a presença do número das demais propriedades/estabelecimentos e dava-se prosseguimento à investigação, optando-se por outra via. A coleta de informações realizada no distrito de Arroio Grande, considerou as sete vias que partem da sede do distrito para o interior. Foram percorridas quatro vias onde se desenvolvem atividades de produção familiar agrícola e não agrícola. As demais, em número de três, percorrem uma área com produção de arroz em larga escala e voltadas para o comércio.

No distrito de São Valentim a coleta deu-se em suas três vias de penetração no meio rural, obedecendo ao mesmo procedimento aplicado ao distrito anterior quando as respostas às entrevistas tornavam-se redundantes.

Obedecendo a este procedimento, considera-se que as entrevistas qualitativas efetuadas referem-se a uma amostragem das propriedades familiares multifuncionais.

3.3 Processo de desenvolvimento da pesquisa

O processo de desenvolvimento da pesquisa ocorreu conforme o planejamento de obtenção das informações. A coleta de dados quantitativos teve como objetivo identificar a produção e o tamanho das propriedades de Santa Maria,

dando, assim, a primeira noção inerente aos fixos e fluxos que poderiam ou não ser confirmados. Tais informações foram obtidas junto às instituições públicas – prefeitura Municipal e subprefeituras distritais, órgãos governamentais como FEE e IBGE.

Os dados qualitativos foram coletados em trabalho de campo realizado nos distritos do Município com predominância da agricultura familiar, sendo eles, portanto, agricultores familiares. Por meio de entrevistas semiestruturadas obtiveram-se informações qualitativas, em campo através da aplicação de um questionário para avaliação e interpretação das atividades e das transformações da categoria sócio espacial meio rural (apêndice A), que serviram de apoio às análises juntamente com os dados do censo agropecuário, IBGE (2006), para o município de Santa Maria. Deste modo foi possível determinar os fixos e fluxos existentes nas espacialidades analisadas, bem como conhecer as dinâmicas que envolvem a agricultura familiar e que possibilitam o seu desenvolvimento no alcance da multifuncionalidade de suas ações.

O questionário para avaliação e interpretação das atividades e das transformações, constante do apêndice A, compreende o bloco de variáveis que, por meio de seus atributos, prestam as informações necessárias à mensuração da presença e quantidade de fixos e de fluxos existentes nas unidades de produção, obedecendo aos objetivos propostos na pesquisa, a saber (Figura 8):

Variáveis	Atributos analisados
Variável 1	Identificação do estabelecimento
Variável 2	Infraestrutura da propriedade
Variável 3	Estrutura da propriedade
Variável 4	Produção e operacionalização das atividades
Variável 5	Tipos de relações cidade/campo

Figura 8: Quadro síntese dos atributos analisados em cada variável.

Variável 1 – Identificação do estabelecimento. Esta variável procura, por meio dos atributos, identificar a localização do estabelecimento no seu respectivo distrito e a distância média em relação à sede do município; o número de pessoas

componentes da família, bem como daqueles que formam a força de trabalho. Os atributos referentes: ao tempo de residência no local, procurando averiguar se é um estabelecimento recente ou não; à descendência de seus moradores, pois se trata de uma formação multicultural que configura o conjunto demográfico do município de Santa Maria; por fim, destacou-se o atributo sobre a presença de aposentados entre os membros da família.

Variável 2 – Infraestrutura da propriedade. Nesta variável os atributos selecionados para o questionário indagavam sobre: as condições dos fixos que determinam a infraestrutura da propriedade; a presença da casa; tipo de construção e número de cômodos; condições de conforto e comunicação, como luz elétrica, água encanada, telefonia e internet; presença de visitantes, tempo de duração e período das visitas; existência de rodovias e acessibilidade com relação à moradia; serviço de transporte coletivo e acesso a ele; existência de meio de transporte particular da família.

Variável 3 – Estrutura da propriedade. Esta variável teve como atributos atender à situação da propriedade no que diz respeito: se a propriedade é própria, arrendada ou outra forma de uso; dimensão e se houve aumento ou diminuição de sua área, nos últimos anos. Deste modo, buscou-se esclarecimentos sobre a presença ou não de transformações ocorridas e referentes à estrutura fundiária.

Variável 4 – Produção e operacionalização das atividades nos estabelecimentos. Os atributos para esta variável envolvem inúmeras indagações que respondem diretamente à presença da multifuncionalidade, iniciando com o uso da propriedade e o número de estabelecimentos que ela possui e diferenciando as atividades agrícolas daquelas não agrícolas. Após, investigou-se a data em que tiveram início tais atividades, como estabelecimentos da propriedade; origem da renda principal; atividades que compõem o montante mais significativo da renda; razão da presença de atividades agrícolas e as motivações que determinam sua continuidade. Indagações semelhantes foram realizadas sobre as atividades não agrícolas. Em continuidade, indagaram-se os motivos que levam a propriedade a manter estabelecimentos com atividades não agrícolas; perspectivas futuras destas atividades; presença ou não da transformação artesanal de produtos e quais seriam eles; perspectivas de futuro, desenvolvimento de novas atividades e a existência de artesanatos, independente de ser agrícola, ou seja, outro tipo de artesanato. Também compõem esta variável os atributos referentes às possibilidades de

comercialização dos produtos; aceitação dos produtos e como o preço final é avaliado. Por fim, foram questionados os atributos referentes à presença ou não de atividades prestadoras de serviços como: lazer e turismo, e seu funcionamento.

Variável 5 – Tipos de relações cidade/campo. Nesta variável procurou-se conhecer os atributos referentes à: frequência de pessoas e o fluxo que promovem entre cidade/campo e/ou campo/cidade; finalidade destes fluxos, indagando-se em cada propriedade e em cada um de seus estabelecimentos a presença e intensidade de tais fluxos. Além disso, também, procurou-se conhecer os atributos referentes à frequência com que os membros da família vão à cidade e o que fazem nela.

Como ferramentas auxiliares da pesquisa foram utilizados: cartogramas, diagramas, esquemas de análise, máquina fotográfica digital, GPS, computador e softwares especializados. O material coletado e trabalhado foi selecionado e consta nos apêndices do trabalho.

Destaca-se que todas as informações foram significativamente relevantes e contribuíram para análise, avaliação, interpretação, bem como, para identificação da ocorrência de transformações das atividades que compõem a agricultura familiar no meio rural dos distritos objeto de estudo nesta pesquisa sobre multifuncionalidade. Cada etapa da pesquisa teve fundamental importância para o alcance dos objetivos. No entanto, cabe destacar que o conjunto de dados que foram analisados nesta pesquisa não permite generalizações isoladas e não se aplica em outros municípios com características semelhantes por serem únicos a cada espacialidade em questão.

Procurando-se destacar os elementos teórico-conceituais e terminologias necessárias ao desenvolvimento do estudo, recorreu-se a literatura buscando o entendimento conceitual a partir da evolução histórica das categorias de propriedade da terra no Brasil.

CAPÍTULO 2 - EVOLUÇÃO DAS CATEGORIAS DE PROPRIEDADE DA TERRA NO BRASIL

Para entender os processos de desenvolvimento do setor agrícola brasileiro faz-se necessário retomar estudos históricos sobre o surgimento e desenvolvimento da exploração agrícola, bem como da formação das propriedades rurais. A exploração agrícola tem sua conformação nas origens coloniais, com base em três categorias de propriedade da terra:

- a grande exploração agrícola monocultora de exportação, que mantinha a antiga e prolongada relação do tipo senhor/escravo que provocou fragilidades e dependências sociais;
- a pequena propriedade, originária do processo de colonização ocorrido por volta do século XIX, que deu origem aos pequenos produtores;
- a média propriedade que surgiu com o criatório de gado junto às áreas de plantio de cana-de-açúcar.

As pequenas propriedades coloniais surgidas no processo de imigração europeia originaram o que hoje denominamos de agricultura familiar, como coloca Lamarche (1993). As pequenas explorações policultoras desenvolvidas no entorno da grande exploração monocultora apoiando sua manutenção por meio de uma produção diversificada, em um primeiro momento, foram chamadas de agricultura de subsistência. Mais tarde, como elas passaram a atender as necessidades alimentares dos aglomerados, que vieram a constituir as pequenas cidades, a exemplo da pequena propriedade colonial também receberam a denominação de agricultura familiar camponesa. Este pensamento é adotado pela comunidade acadêmica que estuda a categoria de propriedade da terra e sua produção.

A terra, como um meio de sobrevivência e vida, por um longo período foi entendida como um bem comum, contudo na evolução dos processos de produção e com a necessidade de resguardar as terras plantadas ou de criação, em um período remoto (por volta do século XIII), cogitou-se de fechar os campos e instituir a propriedade privada. Na história brasileira, a propriedade privada surge de forma natural por meio da apropriação voluntária da terra de quem dela se apropriava, considerando a posse, pois desde o século XVI a terra possuía sua conotação de privada e de poder a quem a possuía. Deste modo, Portugal, “descobridor” do Brasil,

foi responsável por transmitir este entendimento sobre a terra. Os povos nativos que viviam na América não tinham nenhum conceito de domínio da terra, mas ela representava o lugar de seus antepassados e as possibilidades de sua sobrevivência, cujos conhecimentos eram transmitidos de geração em geração.

O Reino português, colonizador na América, buscava atingir um nível de mercado diversificado e acumular riquezas. Vivia-se o período das navegações e do estreitamento dos laços de comércio entre o mundo ocidental e oriental. A Europa, representando o ocidente, sabia da existência de um mundo oriental mais antigo, organizado e conhecedor de diversas técnicas, como a de utilizar especiarias que possibilitavam a cura de doenças (conhecimento sobre plantas medicinais); temperos que permitiam uma culinária variada (cravo e pimenta); a técnica de coloração de tecidos empregada na confecção dos fios que estava em pleno desenvolvimento na Europa (corantes e seda); aparelhos que orientavam a navegação (astrolábio e bússola) e aqueles que possibilitavam a guerra (pólvora). Deste modo, incrementava-se o comércio marítimo promovendo altos preços das mercadorias consideradas artigos de luxo.

Este período constituía, no mundo ocidental, a fase da acumulação mercantilista, ou seja, momento de um intenso comércio mundial por terra e por mar que permitiu a acumulação de moeda. Nesta época, os comerciantes ou mascates, como eram conhecidos no mundo oriental, realizavam intercâmbio entre as áreas detentoras dos conhecimentos, dos inventos e de outras mercadorias exóticas, com os mercados ávidos por estas matérias e conhecimentos. Os comerciantes que promoviam estes comércios eram chamados de mercantilistas, dando nome a esta fase que antecedeu o período capitalista no mundo ocidental. Os países ocidentais que possuíam tradição de navegadores por deterem o conhecimento foram beneficiados, permitindo que cidades beira mar como Antuérpia, Veneza, Trípoli, Lisboa (Belém), Cartagena, entre outras, se tornassem centros comerciais do mundo antigo.

Portugal, nesta época, foi beneficiado no processo de navegação marítima por sua localização estratégica na costa atlântica da Península Ibérica. A construção de rotas para as Índias permitiu sua soberania no mercado europeu e, posteriormente, houve a partida para o Novo Continente: a América, como é referida por Paiva et all. (1976).

Para alguns autores, como Guimarães (1968), o desenvolvimento da economia e a ocupação exploratória do espaço brasileiro podem ser entendidos como uma consequência da pressão política exercida sobre Portugal e Espanha, principalmente pela França, Holanda e Inglaterra que, inclusive, promoveram invasões nas terras portuguesas.

As invasões em terras da América permitiram entender que se iniciava entre os países europeus a disputa pela terra, devido à sua importância em termos de exploração e enriquecimento. Deve-se considerar, igualmente, que o contato entre os povos do velho e do novo mundo teve como consequência a transformação da terra, antes vista como um bem de vida para os povos autóctones, em bem de consumo, de disputas e de exploração por parte dos povos estrangeiros, principalmente os portugueses, desejosos de riquezas e de exploração.

O espírito mercantil português, não encontrando ouro e nem especiarias, em um primeiro momento, buscou algo que lhe fosse exploratoriamente útil e esta escolha recaiu sobre o Pau-Brasil, do qual era extraído o corante vermelho com significativa apreciação na Europa por ser utilizado no tingimento dos tecidos. Os nativos foram designados como índios, acreditando-se terem chegado às Índias. A utilização da madeira para tingimento precisou da mão de obra dos nativos para sua exploração. Esta extração representou a primeira fase econômica do território que posteriormente veio a ser a Colônia. Este período é considerado, na evolução histórica da ocupação do espaço brasileiro, como o seu primeiro ciclo de desenvolvimento econômico entre os demais Ciclos Econômicos³ que ocorreram sucessivamente até 1930, caracterizando mais de quatro séculos de economia baseada ora na exploração e ora na produção.

De acordo com Paiva et al (1976), a continuidade da exploração madeireira passou a se tornar inviável devido à indisponibilidade e inacessibilidade a determinados lugares. Além desses impedimentos ocorreu o imperativo da defesa e domínio das terras portuguesas, bem como as condições de extração de um único produto inviabilizando os gastos de defesa do espaço português na América.

³ Cabe esclarecer que os ciclos econômicos são próprios dos mercados capitalistas, mas alguns autores marxistas e mesmo os liberais os enquadram como economias planejadas. A sua definição conceitual deu-se a partir da Revolução Industrial, devido às alterações (oscilações) e instabilidades financeiras dos países capitalistas e industrializados, que refletiam na economia, de acordo com Estey em sua obra: Tratado sobre los Ciclos Económicos.

O Reino português, em um segundo momento de sua ocupação, procurou alternativas econômicas e defensivas para resguardar a sua colônia, da qual já detinha maior conhecimento de suas riquezas dando início à exploração agrícola das terras. A presença de uma economia baseada na produção de um determinado produto em grande extensão de terra (*plantation*) deu ao Reino português grande importância frente às economias europeias. Por outro lado, a aplicação de capital e de técnicas resultou no fluxo de bens ao mercado europeu como entende Furtado (2005). Entretanto, os franceses cogitavam a possibilidade de ganhar espaço em solos americanos fazendo com que os portugueses modificassem sua estrutura política administrativa promovendo a defesa e a manutenção do poder sobre as terras conquistadas. A estratégia utilizada facilitou o desenvolvimento do povoamento e da agricultura na Colônia. Tais medidas permitiram que as terras fossem ocupadas pela grande produção voltada para exportação e, sob a administração política do chamado Governo-Geral, a produção era direcionada para atender ao mercado europeu. Nesta fase da Colônia, estrutura-se a política econômica que irá defini-la para os próximos séculos.

A nova estrutura administrativa da política econômica determinou a doação de grandes extensões de terra na forma de capitânicas hereditárias, uma vez que o problema da grande extensão do espaço Colonial português exigia o controle direto dos guarda-costas, sem sucesso em sua defesa. Deste modo, explicam-se as doações em formas de capitânicas a portugueses que viessem a ocupar estas terras e produzir nelas, permitindo a manutenção do domínio português na América.

As capitânicas eram determinadas por faixas de terra no sentido dos paralelos que iam do litoral e se adentravam no continente, cujo limite oeste era desconhecido até então, ultrapassando o Tratado de Tordesilhas. Devido a esta disposição os proprietários das capitânicas passaram a produzir partindo do litoral para o interior e, com isto, introduzindo as lavouras e o criatório na Colônia.

O produto escolhido por ter possibilidade de ganhar mercado na Europa, segundo Furtado (2005), foi o açúcar. A produção era limitada, no continente europeu, pelas condições climáticas e pelo baixo volume de produção, considerando que sua extração era obtida a partir da beterraba-açucareira elevando o preço no mercado devido à produção insuficiente. Dado estas circunstâncias, o desenvolvimento da agricultura canavieira, voltada para o mercado europeu,

assumiu destaque na política econômica da Colônia a exemplo do que produziam os holandeses.

No decorrer do período açucareiro também foram formadas as fazendas, caracterizadas como um novo tipo de domínio territorial, que constituem até o presente, a grande propriedade. No centro sul brasileiro, a formação de fazendas está vinculada ao criatório. Inicialmente a fazenda estava ligada unicamente à pecuária, porém outras atividades foram agregadas à sua economia, por exemplo, o agronegócio como é conhecido atualmente.

Destaca-se que os problemas políticos enfrentados pela economia açucareira tiveram sérias consequências do ponto de vista econômico, como pode ser observado na Tabela 1. A produção açucareira da Colônia portuguesa havia despertado o interesse de outros países pela agricultura em áreas tropicais, tendo como resultado a diminuição substancial do comércio mundial realizado pelos portugueses que durante cerca de 150 anos, entre 1600 a 1796, detiveram a hegemonia do comércio, Decretava-se, assim, o fim do Ciclo da Cana-de-açúcar. Sua importância foi notável, pois permitiu o desenvolvimento da economia Colonial agrícola de exportação, sendo responsável, em valores, por mais da metade das exportações mundiais, como salienta Singer (1968) ao analisar o preço do açúcar comparado ao preço do ouro (Tabela 1).

Tabela 1: Cana-de-açúcar: Valor pago/produção

Ano	Preço (em gramas de ouro/arroba)	Quantidade (mil arrobas)	Valor total (Kg de ouro)
1560-1570	11,00	180	1.980
1600	13,78	1.200	16.536
1640	14,65	1.800	26.352
1680	8,23	2.000	16.460
1710	7,90	1.600	12.640
1796	5,00	1.540	7.700
1806	3,25	1.500	4.875

Fonte: Singer (1968).

De acordo com Simonsen (1969), embora a política mercantilista adotada pela Coroa tenha trazido resultados positivos, como a manutenção da ocupação das terras no Brasil garantindo o domínio português, e gerado lucros para a Europa por meio do mercado estabelecido revelando a presença do sistema capitalista, a experiência portuguesa propiciou a implantação de lavouras de cana-de-açúcar e colaborou com o desenvolvimento da técnica de produção, além da capacitação comercial, contribuindo para o surgimento de um poder financeiro iniciado pelos holandeses, quando da sua invasão e dominação de boa parte das terras portuguesas, na busca pelo lucro. Entretanto, faltava-lhes a mão de obra, problema este solucionado com a utilização dos escravos negros de origem africana. Devido a problemas políticos na Europa, houve sérios empecilhos na distribuição do açúcar produzido. O monopólio do açúcar da Colônia Portuguesa só foi quebrado com a produção de açúcar⁴ pelos Holandeses nas ilhas do Caribe.

O empobrecimento da colônia e o aumento dos gastos com a manutenção de seus guarda-costas representaram um retrocesso no projeto português de culturas tropicais e abastecimento ao mercado europeu. A Coroa tinha conhecimento de que outro milagre como da produção de açúcar não era mais possível. A única alternativa que tornaria viável manter a ocupação dessas terras seria a descoberta dos tão sonhados metais preciosos. A necessidade de descobrir as riquezas constituídas pelos metais de valor como ouro, prata e as pedras preciosas fez com que a Coroa portuguesa usufrísse do conhecimento dos habitantes locais.

As entradas e bandeiras, resultado da política administrativa portuguesa, permitiram, no decorrer do desenvolvimento da agricultura e da pecuária, a formação de excursões dirigidas para o oeste das terras portuguesas, facilitadas pela presença das capitânicas hereditárias, como coloca Furtado (2005). Estas excursões iam além da Serra do Mar e da Mantiqueira ocupando os estados mais centrais, constituindo a base geográfica da economia mineira que se implantou sobre uma vasta região que abrangeu os atuais estados de Minas Gerais, a região de Cuiabá no Mato Grosso e passando pelo estado de Goiás. Esta fase foi

⁴ Conforme Singer (1968), o preço pago pelo açúcar caiu gradativamente com o aumento da concorrência internacional. Em 1640, época do auge da produção, o Brasil chegou a mais de 14 gramas de ouro por arroba de açúcar. Menos de dois séculos após essa prosperidade produtiva e financeira observa-se a pior fase da rentabilidade açucareira, conseqüentemente, é o marco do fim de um dos ciclos exploratórios mais importantes de nosso País.

conhecida como Ciclo do Ouro, período do século XVII ao século XIX. A nova exploração contribuiu para a manutenção da política colonial que enfrentava dificuldades com a derrocada do comércio açucareiro, da crise na grande propriedade monocultora e da presença da população localizada no litoral junto a grande propriedade e trouxe a desarticulação econômica e política da Colônia em termos de assentamento territorial da economia que estava articulada com o litoral e voltada para o comércio exterior, como foi o Ciclo da Cana-de-açúcar.

Até o século XVIII os descobrimentos de novas riquezas foram aumentando, atingindo seu ápice de produção neste período, bem como o auge das migrações. Segundo Simonsen (1969), o ouro do Brasil representava a maior massa aurífera explorada e produzida após a queda de Roma. Entre 1700 e 1770, a produção do Brasil igualou-se a toda a produção de ouro do restante da América.

Em 1763, com a transferência da capital de Salvador para o Rio de Janeiro, alterou-se o centro de gravidade da economia colonial. A estratégia política era a de aproximar as decisões da política administrativa e econômica das áreas de produção aurífera, possibilitando o controle sobre a extração, garantindo os impostos para a Coroa portuguesa. Pouco tempo após a transferência da capital, o Ciclo do Ouro entra em decadência devido à escassez das jazidas, porém não significaria problemas econômicos da magnitude como ocorreu com o fim do Ciclo do Pau-Brasil. A interiorização da população fez com que surgisse um singelo desenvolvimento de pequenas plantações para suprir a alimentação e consumo da população local. Estas atividades consideradas de pouca importância, como se refere Guimarães (1968), mantiveram, de certo modo, o equilíbrio da economia de consumo interno frente à decadência do Ciclo do Ouro.

O desenvolvimento do criatório acompanhou a expansão açucareira das capitanias e colaborou nos resultados positivos da agricultura que consolidou o processo de colonização, ampliando por meio das atividades agrícolas, pecuária e extração aurífera, a fronteira territorial e econômica do domínio português no interior do continente. O sistema de criatório, assim como os engenhos de açúcar tiveram formas semelhantes, ou seja, tiveram a mesma origem, extensas doações de sesmarias, porém, imprevistos ocorreram e a política colonizadora desenvolvida pela Coroa portuguesa não foi suficiente para manter a homogeneidade desses dois setores.

A pecuária teve seu desenvolvimento de forma mais lenta, desenvolvendo gradativamente suas atividades na medida em que avançava sobre o território e se mantinha ligada à exportação e às necessidades de alimentação. De acordo com Paiva et all. (1976), a grande importância dessa atividade refere-se à contribuição exercida na colonização das áreas mais interioranas e distantes do litoral brasileiro, que servia como área de produção e porta de saída para o mercado internacional, como foi o caso da colonização do sul da Colônia portuguesa. O gado era utilizado em várias atividades como, por exemplo, para mover os engenhos de açúcar, para o transporte dos minérios e alimentação da população local.

As economias de desenvolvimento secundário, como a produção de fumo e a pecuária, tiveram menor importância, por atender basicamente o consumo interno com margem de exportação reduzida, em virtude do aumento das áreas produtoras mundiais localizadas em outras regiões da América Central e em colônias do litoral africano.

Evidencia-se que as fazendas eram uma das formas de acesso a terra, a qual podia ser garantida por meio do arrendamento, da aquisição por compra ou pelas doações de sesmarias. Mais tarde, com o fim da doação de sesmarias, iniciou a fase liberal de ocupação das terras chamadas devolutas. Deste modo, surgiu uma nova forma de ocupação passando a ser considerada como forma legítima de acesso a terra. Por outro lado, não se pode desconsiderar que o avanço da sociedade colonial, da época, exigia a ampliação da fronteira agrícola que se fazia de forma lenta, por ser impulsionada pela necessidade do aumento da produção de gêneros de subsistência, suprimindo a demanda ocasionada pelo surgimento de novos ciclos da economia como, por exemplo, a mineração e o crescimento de núcleos de cidades que vinham surgindo na medida em que eram incentivados pelas áreas agrícolas e as feiras de venda e troca de produtos. Não se pode, também, desconsiderar o crescimento demográfico em curso na época colonial.

Como resultado do quadro sócio-econômico, ocorrido no século XVIII é possível entender de acordo com Guimarães (1968), em sua obra: Quatro séculos de latifúndio ao defender as heranças medievais da propriedade da terra no Brasil, que:

- As fazendas originaram à primeira mudança perceptível no comportamento da economia administrada pela Coroa, pois ao romper parcialmente com as heranças medievais e escravistas, deu origem à classe dos arrendatários e

também à divisão social do trabalho, permitindo o acesso à exploração e a propriedade a homens de poucas posses, pois as grandes extensões das fazendas as tornavam impossíveis de ser controladas pelos senhores proprietários. No centro e no sul do Brasil as fazendas possuíam menores proporções, permitindo que os proprietários tivessem autonomia de exploração originando a forma primitiva da grande propriedade de produção extensiva, como se faz entender Guimarães (1968).

Por sua vez, Prado Jr (2006) ao defender o caráter capitalista da economia rural, em desenvolvimento desde o Brasil colonial, argumenta que o aumento da ocupação agrária deve-se:

- A multiplicação das fazendas só ocorreu quando surgiu o pagamento dos que nela trabalhavam. No nordeste brasileiro, por exemplo, os vaqueiros recebiam 25% da produção da fazenda e, esse pagamento realizava-se a cada cinco anos, permitindo que ao receber o valor acumulado pudessem se estabelecer por conta própria. Esta fase de desenvolvimento das fazendas inaugurou a remuneração do trabalho, e sinalizou a presença de relações de venda da força de trabalho e de produção da mercadoria.

No decorrer da evolução demográfica e econômica da Colônia portuguesa, a grande exploração, nas suas distintas formas, se mostrava incapaz de atender em variedade e quantidade de produção a demanda requerida nos agrupamentos populacionais existentes e em desenvolvimento. Exigia-se a presença de áreas capazes de ofertar os produtos necessários ao consumo familiar, tanto nas cidades como no mercado local e ou regional. A presença de um processo de colonização com a constituição de unidades de produção agrícola com exploração familiar (processo colonial) teve início com a vinda de portugueses trazidos das ilhas de Cabo Verde e Açores, constituído por famílias de origem portuguesa com o objetivo de formarem os primeiros núcleos de produção agrícola, com base no trabalho familiar e atendendo as determinações da Coroa portuguesa de ocupação das terras previstas no Tratado de Madrid de 1750. A formação destes núcleos deveria determinar a presença portuguesa e sua disposição de ocupar terras na porção meridional (centro sul do Brasil Colonial).

Caracteriza-se desse modo que as colônias constituídas, principalmente nos estados mais sulinos, como: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, (após assinatura do Tratado de Madrid, entre Espanha e Portugal), deveriam

efetivar o domínio português sobre as terras conquistadas do domínio espanhol na América do Sul, bem como garantir, através do aumento da produção de gêneros alimentícios, os mercados existentes nos núcleos de cidades que se constituíam, oferecendo-lhes, em quantidade e diversidade, os gêneros alimentícios necessários. Assim, entende-se que o projeto colonial português era expansionista e procurava através da exploração agrícola e da pecuária consolidar o crescimento da economia de mercado, à presença de cidades e ao desenvolvimento do mercado de abastecimento externo e interno.

Com o aumento da demanda de produtos variados no mercado e com a concorrência do açúcar no mercado externo aliado ao distanciamento das áreas de produção em relação aos portos de embarque, além do aumento da população em países europeus e a consequente Revolução Industrial teve início a desconcentração da hegemonia agrícola açucareira em favor de outros produtos que passaram a ocupar área no território Brasil Colônia, levando sua produção ao mercado externo.

De acordo com a lógica econômica colonial, o algodão destacou-se como alternativa nessa fase técnica econômica, utilizando-se das mesmas bases de produção e de mão de obra escrava que a cana-de-açúcar estava utilizando. As extensões das lavouras se ampliaram objetivando atender às necessidades do mercado externo no qual era matéria prima industrial. De acordo com Prado Jr (2006), o início da exportação de algodão ocorreu em 1760, com a venda de 650 arrobas para a Inglaterra atendendo as necessidades dos mais importantes teares da indústria têxtil europeia. Ainda de acordo com o autor (op. cit.), nos séculos XVIII e início do século XIX este produto se constituiu na principal mercadoria de exportação ao se destinar a então indústria têxtil em desenvolvimento.

Outras culturas ganharam destaque de forma crescente na medida em que aumentava o número de propriedades com diversos tamanhos dedicados ao atendimento da economia local e regional identificando-se, nesta fase, uma embrionária diversificação do desenvolvimento econômico, agora não mais alicerçado em um único produto, mas permitindo a presença de outras culturas destinadas ao consumo interno e, na medida do possível, atender também ao mercado externo.

Nasce, nesta fase, o embrião do que se poderia denominar de policultura do Brasil Colônia. O surgimento das “ilhas econômicas” foi possível devido à presença

de pequenas propriedades cuja produção era desenvolvida pelas famílias e localizadas próximas aos centros de aglomerados que vieram a constituir cidades. Também se deve acrescentar a este dinâmico processo de ocupação e de atividade econômica, a presença de correntes migratórias do sudeste para o nordeste, centro-oeste e norte promovendo o extrativismo vegetal e mineral. As correntes que se dirigiram para o sul brasileiro promoveram o extrativismo animal (pecuária) e deram início a policultura, com a formação de pequenos núcleos coloniais no extremo-sul do País. Do nordeste para as áreas de floresta situadas no norte e noroeste do País as correntes migratórias foram em busca do látex, matéria prima da borracha. (Figura 9).

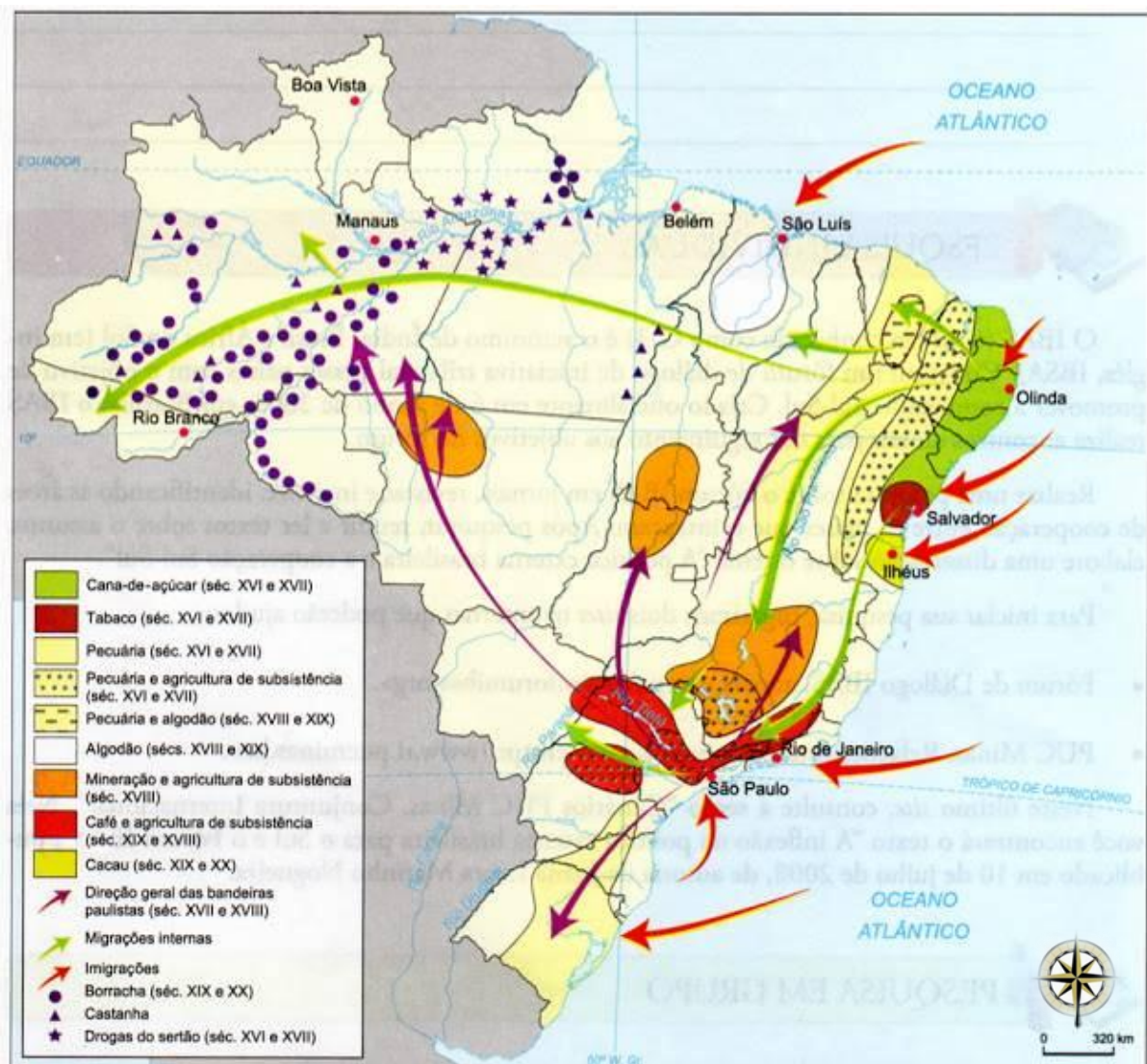


Figura 9: Brasil: produção do espaço geográfico em “ilhas econômicas” (século XVI até 1930).
Fonte: THÉRY, H; MELLO, N. A. (2005).

Seguindo a lógica de crescimento tecnológico da Revolução Industrial, o Brasil apresentou ao mercado externo uma produção extrativista, a exemplo do Ciclo do Pau-brasil e Ciclo do Ouro. O advento do processo de vulcanização, ocorrido em 1839, priorizava a necessidade da matéria borracha da qual o Brasil detinha seu habitat natural, a floresta tropical-equatorial. A *Hevea brasiliensis* teve sua extração intensificada para a exportação e decorrente produção de pneus, atendendo à nascente indústria automobilística, localizada na Europa e América do Norte. Segundo Paiva, et al (1976), neste período, o Brasil foi responsável pela produção de 84.328 toneladas de borracha, representando 90% do consumo mundial e inaugurando um novo e efêmero ciclo econômico, permitindo a ocorrência do aumento populacional, resultando no povoamento de áreas distantes dos centros hegemônicos da economia e consentindo novos impulsos econômicos para o Brasil Colônia, bem como promovendo o surgimento de cidades, como Manaus e Belém.

Considerando a diversidade de culturas que passaram a ocupar espaço no Brasil Colônia, no século XVIII, destaca-se o café que permitiu o surgimento de um dos maiores ciclos econômicos ocupando grandes extensões de terras, a exemplo da cana-de-açúcar, promovendo o ressurgimento dos grandes *plantations*, ou seja, o domínio da grande propriedade. Este ciclo surge na fase que antecedeu a desarticulação da política escravocrata, promovendo a insuficiência de mão de obra necessária ao atendimento das lavouras e de sua expansão ainda que os preços elevados das sacas deste produto incentivassem a reorganização da população e seu deslocamento para as áreas mais próximas do trópico de Capricórnio.

Da parte do Governo houve uma série de estímulos para atrair imigrantes, porém, após 1886, com a intensificação da corrente imigratória, a ação governamental tornou-se desnecessária. Os primeiros imigrantes chegados ao Brasil para a lavoura do café foram os italianos, cujas sucessivas correntes migratórias também passaram a ocupar os Estados mais meridionais e promoveram o progresso da pequena propriedade que teve grande estímulo pela formação de aglomerações urbanas e necessidade de produção de gêneros para o abastecimento alimentício da população, como é colocado por Prado Jr (1994).

A presença de novos povoamentos em terras consideradas férteis para lavoura do café (terra roxa), período de 1879 e 1899, localizadas nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com extensão no norte paranaense, promoveu a evolução da produção e, conseqüentemente, da exportação do café passando de

2.734 sacas, entre 1851 a 1860, para 12.979 sacas no período de 1900 a 1909 (Figura 10).

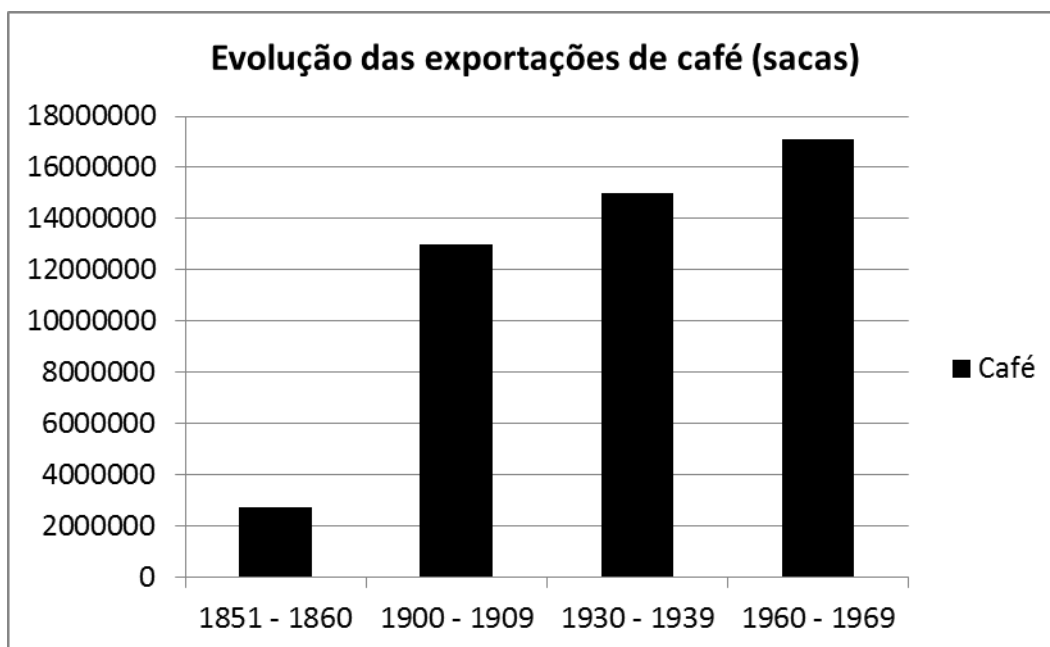


Figura 10: Gráfico da evolução das exportações de café.
Fonte dos dados: PAIVA, et all. (1976).

O aumento constante da produção cafeeira enfrentou sua primeira crise após a produção alcançar as 15 milhões de sacas gerando uma superprodução que diminuiu o valor do produto e, conseqüentemente, a economia do país foi afetada. Sem ter o que fazer com o excesso de produção, os cafeeiros uniram-se para obrigar o governo a intervir na situação, porém, os resultados da intervenção estatal apenas amenizou o problema temporariamente.

O fim do ciclo do café fez com que a economia brasileira se reorganizasse e pela primeira vez na história, ocorreu a valorização do mercado interno. A produção para atender o mercado externo, não se constituía mais na única forma de renda. Entre os mais importantes fatos ocorridos a partir dessa nova fase da economia tem-se o surgimento das pequenas propriedades.

Considerando os vários ciclos econômicos que determinaram a ocupação do espaço desde o Brasil Colônia até 1930, em plena fase republicana, é possível visualizar a ocorrência destes ciclos, suas diversas áreas de ocupação e concluir

que eles desempenharam importante papel na ocupação do espaço, no alargamento das fronteiras (Figura 11), e na formação da propriedade da terra, quer da grande propriedade, como é o caso das fazendas de criação que se adentraram no interior buscando espaços e definindo novas fronteiras, como também da formação da pequena propriedade próxima das cidades que lhes garantiam o abastecimento diário proveniente da terra e do trabalho.

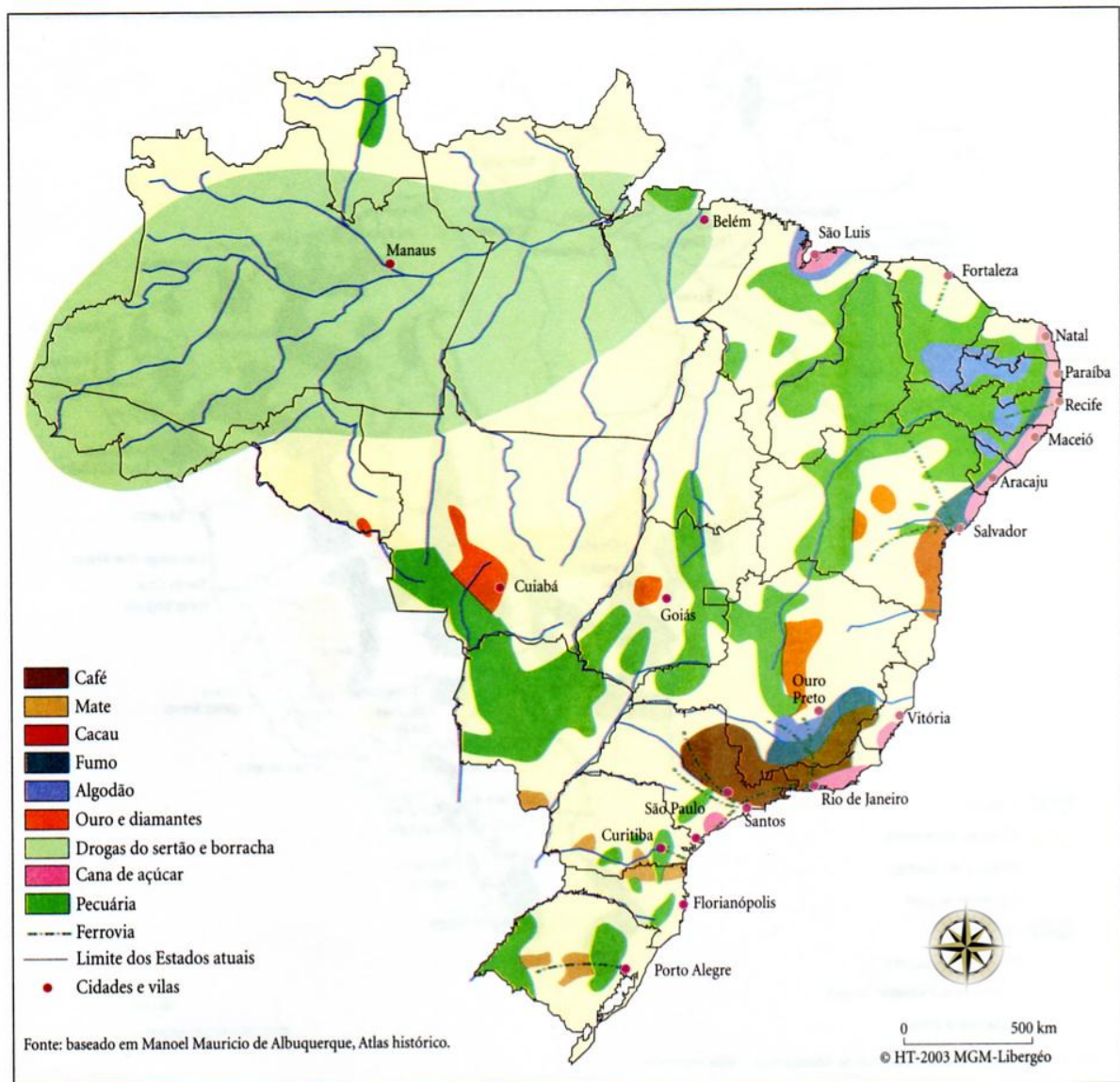


Figura 11: Brasil, século XIX: espacialização dos ciclos econômicos.
Fonte: THÉRY, H; MELLO, N. A. (2005).

Destaca-se que esta forma de propriedade da terra não era comum em áreas de predomínio da exploração exclusivamente em larga escala e junto a produtos de alto valor comercial. Para Prado Jr (1994), o crescimento e adensamento populacional, a partilha hereditária, o fim da escravidão, a crise e a falência da grande exploração, por meio da ocupação de terras, entre outros fatores, contribuíram para a formação, na espacialidade brasileira, de uma nova economia calcada na ocupação e exploração de pequenas parcelas de produção, sob a forma de parceria e meação entre outras formas similares.

Considerando os acontecimentos da política econômica desde o Brasil Colônia, passando pelo Período Imperial e atingindo o Período Republicano, destaca-se que a formação das pequenas parcelas de produção exigem uma retrospectiva da contribuição social, econômica e política. Uma vez que novas relações de poder-terra-produção foram constituindo e reestruturando a divisão da terra ocupada pela grande exploração permitindo a formação da grande propriedade no decorrer de sua posse.

O progresso econômico que levou o Brasil Colônia à sua Independência e mais adiante, na constituição do Império, permitiu, também, a consolidação de sua organização agrária por meio de diferentes dimensões de propriedade e de exploração da terra de produção. Tais mudanças contaram com a presença de imigrantes europeus que promoveram o desenvolvimento da economia brasileira (agropecuária). Esta liberdade encontrada tornou o País atrativo aos europeus por oferecer acesso a terra, oportunidade essa que não lhes era dada em sua pátria. Muitos dos imigrantes serviram como mão de obra nas grandes propriedades, porém, com o passar do tempo, adquiriram condições financeiras para comprar sua propriedade, influenciando fortemente a evolução dos acontecimentos que levaram à multiplicação das pequenas propriedades, rompendo os quadros econômicos e sociais do País e condicionando o seu desenvolvimento (PRADO JR, 1994).

Decorrentes da presença dos imigrantes formaram-se e multiplicaram-se núcleos de pequenas propriedades, principalmente no extremo sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Nas demais regiões houve a concorrência com a grande lavoura de café que inicialmente absorveu a mão de obra dos imigrantes.

No sudeste brasileiro, o processo de desintegração das grandes propriedades, devido a sucessivas crises do setor cafeeiro, permitiu a venda dos

espaços ociosos economicamente possíveis de serem, quando trabalhados, produtivos. Destaca-se que a venda das fazendas representava, em geral, a única alternativa para sanar os problemas financeiros dos proprietários. Deste modo, foi possível o estabelecimento e desenvolvimento de uma estrutura agrária baseada na pequena propriedade a partir das colônias de imigrantes.

A reestruturação fundiária que ocorreu de forma gradual e quase imperceptível, porém, permitiu aos trabalhadores rurais produzirem alimentos com novas perspectivas atendendo às necessidades alimentares de subsistência para si e para as populações vizinhas. A presença da pequena propriedade produtiva e produtora de alimentos adquiriu importante papel na economia do País, pois substituiu grande parte das importações, antes necessárias para o consumo do mercado interno.

Mesmo tendo expressividade econômica no abastecimento nacional, a pequena propriedade estava longe de ser comparada quantitativamente à grande propriedade. A concentração da propriedade fundiária continuava caracterizando a organização agrária brasileira, influenciando nas questões econômicas, sociais e políticas. Portanto, a utilização da maior parte das terras é predominantemente em favor de uma minoria. Em 1950, as informações dadas pelo IBGE (recenseamento realizado pela Comissão Nacional de Política Agrária, com a colaboração do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apresentavam dados sobre os estabelecimentos produtivos de agropecuária do País (Tabela 2).

Tabela 2: Estabelecimentos agropecuários (1950)

Estabelecimentos Agropecuários	% do número total de estabelecimentos	% da área total ocupada por estabelecimento
Menos de 100 ha (pequenos)	85	17
De 100 a 200 ha (médios)	06	08
Mais de 200 ha (grandes)	09	75

Fonte dos dados: Prado Jr (1979, p.16).

Os grandes estabelecimentos ocupavam 75% da área total e possuíam as melhores terras para produção no que se refere às qualidades naturais incluindo a localização. A área das pequenas propriedades eram em média, 20 ha, evidenciando uma estrutura agrária produtiva no País, caracterizada pela acentuada concentração de estabelecimentos de grande produção evidenciando, a disparidade de dimensão da terra produtiva no País, permitindo a concentração fundiária nas mãos de poucos e inúmeros produtores rurais vivendo e produzindo em terras alheias.

É preciso considerar, antes de tudo, que o modelo original de produção rural brasileira reflete as particularidades dos processos sociais mais gerais, da própria história da agricultura brasileira, especialmente o seu quadro colonial, que se perpetuou como uma herança após a independência nacional. A dominação econômica, social e política da grande propriedade constituíram-se no marco de produção utilizando o trabalho escravo. A presença da escravidão e a existência de terras livres ou possíveis de serem ocupadas pela simples posse para produção garantiram a sua propagação pelo território e, conseqüentemente, a sua continuidade.

Deste modo, no Brasil, a grande propriedade se impôs como modelo socialmente reconhecido. Foi ela que recebeu o estímulo social expresso na política agrícola, procurando modernizá-la e assegurar sua reprodução. A agricultura familiar, que ocupava os interstícios desta grande produção, sempre foi considerada uma atividade secundária, embora tenha sido responsável pela garantia do mercado de gêneros alimentícios nas cidades. Quando comparada a outros países, esta forma de produção, responsável pela garantia do mercado de gêneros alimentícios, foi historicamente bloqueada ao não lhe ser permitido o seu desenvolvimento como forma de produção específica, como entende Wanderley (1995).

A formação de colônias de imigrantes que ocuparam, preferencialmente, o sul do Brasil, provenientes da Europa, ocorreu em um momento de expansão demográfica da economia destinada ao consumo interno, permitindo que novas áreas fossem anexadas ao processo produtivo até então inexistente. Assim, as terras devolutas localizadas próximas às áreas coloniais foram sendo anexadas e ou serviram de espaços para o estabelecimento de novas colônias e, desse modo, sucessivamente (GEORGE, 1982).

Ressalta-se que esta forma de unidade de produção familiar contribuiu para o desenvolvimento da economia regional, para o cultivo e abastecimento de grãos, produção de leite e derivados, bem como de carnes, legumes e frutas, entre outras tantas formas de geração de renda e, conseqüentemente de abastecimento. Portanto, pode-se definir que, de modo geral, as propriedades familiares sempre tiveram a responsabilidade, ainda que velada, do abastecimento interno do País, enquanto que as propriedades com produção voltada para o mercado interno e externo, hoje definidas pela agricultura patronal de dimensão média e grande, com uso de alta tecnologia produzem, basicamente, para a exportação, garantindo o equilíbrio da balança externa nacional, como é o caso do agronegócio.

Essa agricultura familiar, que abastece o mercado interno brasileiro, se apresenta diversificada no que diz respeito à força de trabalho, ao modo de produção e tipos de produtos. Salienta-se a valorização do chefe da família que exerce e comanda o processo produtivo auxiliado pelos demais membros familiares e, eventualmente, assistido por trabalhador contratado por tarefas como colheita e plantio. Muitas famílias de produtores familiares utilizam o sistema de mutirão ou troca-troca como um trabalho de parceria e auxílio mútuo, comum em áreas onde o processo colonial ainda é mantido por relações de comunidade. Deve-se também considerar a realização de serviços com pagamento simbólico, o que é corriqueiro nestas sociedades comunitárias.

Do ponto de vista da política econômica e do desenvolvimento local e regional, as unidades de produção familiar assumem importantes papéis como os de: permitir a sustentabilidade da unidade familiar; garantir a oferta diversificada capaz de ir além dos seus limites produtivos; atender ao abastecimento alcançando mercados regionais por meio de feiras, quitandas e outras formas de comercialização. Por tudo isso, ela carece de políticas dirigidas ao produtor, bem como de infraestrutura no que diz respeito às condições de estrada, mercados de finalização dos produtos, condições de armazenamento e atendimento aos fluxos das mercadorias que poderiam ser intensificados.

De acordo com Linhares e Silva (1981) a agricultura familiar, também chamada agricultura produtora de alimentos, escondia o modo de produção que estava por se desenvolver, uma vez que a organização da produção colonial estava destinada ao comércio das metrópoles, ou seja, as maiores cidades existentes na época da expansão do processo urbano brasileiro, e contrapunha-se ao relativo

espontaneísmo das atividades agrícolas que se destinava ao consumo local. Este comércio de curta distância, do campo para cidade, gerava preocupações às políticas da época por não renderem economicamente como era esperado de uma transação comercial e, por isso, a administração local não o denominava, pois o comércio de porta em porta contrariava tudo aquilo que se pensava capaz de gerar benefícios mantendo os órgãos administrativos.

De qualquer modo, o desenvolvimento de cidades foi incentivado e possível de ocorrer porque as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar que vieram a favorecer o mercado interno possibilitando a formação de um excedente. Esta condição impulsionou os núcleos urbanos garantindo-lhes o abastecimento de seus mercados na forma de uma economia policultora. Ressalta-se que a importância desta forma de agricultura se evidencia em momentos de crise do agro brasileiro determinado pelas economias de exportação. Assim foi desde o seu processo original, quando um dos ciclos da economia entrava em crise, a agricultura familiar policultora sustentava a estrutura econômica e mantinha a harmonia socioeconômica do espaço (MIORIN, 1989).

Considerando os dois modelos de produção dominantes no setor agroeconômico brasileiro, Abramovay (1999) apresenta os dois segmentos destes modelos, que também foram utilizados pela FAO/PNUD (1992). Eles se referem ao modelo patronal, a grande propriedade de exploração e o modelo familiar constituído pela pequena propriedade ou estabelecimento. Deste modo, se estabelecem dois segmentos distintos de produção apresentados a seguir (Figura 12).

Modelo Patronal (grande propriedade)	Modelo Familiar (pequena propriedade)
Completa separação entre gestão e trabalho	Trabalho e gestão intimamente relacionados
Organização centralizada	Direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
Ênfase na especialização	Ênfase na diversificação
Ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	Ênfase na durabilidade dos recursos e na qualidade de vida
Trabalho assalariado predominante	Trabalho assalariado complementar
Tecnologias dirigidas à eliminação das decisões "de terreno" e "de momento"	Decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo.

Figura 12: Quadro comparativo entre os modelos patronal e familiar de agricultura
 Fonte: FAO/PNUD (1992).

A agricultura familiar, caracterizada por pequenos estabelecimentos podendo constituir ou não pequenas propriedades produtivas, é hoje responsável pelo abastecimento de grande parte da produção agrícola destinada ao consumo interno no Brasil. Ela procura se adaptar às exigências do mercado de consumo da agricultura moderna, ainda que guarde muito de seus traços de produção familiar projetados na figura do pai, como produtor, e enfrentar os velhos problemas nunca resolvidos, como da fragilidade dos mercados, da infraestrutura, das tecnologias, das práticas agrícolas e da própria gestão da produção e do trabalho, procurando sempre se adaptar às condições da modernização brasileira e contando com sua própria capacidade e força.

O processo de modernização adotado na estrutura agrária brasileira pela política econômica nacional se constituiu na aceleração da produção, a partir do substancial acréscimo da base técnica de produção e das formas de plantio utilizando-se de tecnologias avançadas, tanto na produção como no comércio e armazenamento. A presença dessas modernidades permitiu o avanço do capitalismo no campo tanto no que diz respeito à produtividade, ao aumento de área e à ampliação dos mercados em nível mundial. Considera-se que a passagem de uma

agricultura chamada de “natural” por alguns e de “arcaica” por outros, diz respeito às formas de agricultura industrial e de amplo comércio, também chamada de “moderna agricultura”. Isto significa a presença de uma produção agrícola em larga escala, contendo alto emprego de capital, de tecnologia e de aceleração do tempo entre os estágios de produção, conforme coloca Silva (1998).

A produção agrícola em larga escala voltou-se para o mercado interno e externo. A base técnica estava cada vez mais atrelada ao mercado externo, pois o capital para gerar um novo processo de produção dependia da exportação do produto, a preços de moeda forte, permitindo a aquisição de implementos agrícolas produzidos no exterior. Enquanto isso, o parque industrial brasileiro se encontrava em processo de formação para absorção da matéria prima gerada no setor agrícola. (PINAZZA e ARAÚJO, 1993).

A pequena propriedade, como o pequeno estabelecimento, contam com uma produção insuficiente em quantidade para permitir sua colocação no mercado externo e, até mesmo, garantir a matéria prima no mercado interno. Na tentativa de resolver estes impedimentos, as indústrias passaram a organizar a produção da matéria prima, necessária no processo industrial, orientando grupos de pequenos proprietários produtores à sua volta e com eles estabelecendo contratos de fornecimento, produção e apoio técnico, para garantir quantidade e qualidade da matéria prima a ser processada pela indústria. Deste modo surgem e se desenvolvem nas décadas de 1980 e 1990 os Complexos Agroindustriais (CAIs) que até hoje organizam à sua volta inúmeras pequenas propriedades produtoras (estabelecimentos) fornecedoras das matérias primas. Por isso, entende-se que a pequena propriedade fornecedora de matéria prima é, na verdade, um setor terceirizado de uma determinada agroindústria.

As pequenas propriedades de exploração produtiva e de trabalho familiar estão constituídas por produtores independentes, ou seja, não vinculados aos CAIs, encontraram, em um primeiro momento, dificuldades de colocação de seus produtos e formação de renda. A alternativa buscada foi a de aumentar as formas de produção e de exploração da terra e do trabalho. A maioria dessas propriedades adotou a policultura diversificada procurando atender a um amplo mercado ofertando inúmeros produtos. Por outro lado, encontrando também limites de exploração da terra passaram a executar tarefas não agrícolas explorando deste modo, o trabalho da família no sentido de utilizar as horas do ócio na produção de gêneros derivados

dos processos agrícolas, ou seja, doces, pães, embutidos, artesanatos, enfim, executando tarefas de transformação e criando novas tarefas, visando o aumento da renda familiar.

A respeito das tarefas não agrícolas explorando o trabalho familiar, Schneider e Navarro (2000, p. 25) escrevem:

[...] o ramo da 'prestação de serviços', que aumentou sua capacidade ocupacional em mais de 20 mil postos entre 1981 e 1997, chegando a crescer a uma taxa de 3%^{aa} entre 1992 e 1997, o que indica, talvez, a maior diversidade de atividades nos ambientes rurais, não necessariamente relacionadas ao setor agrícola propriamente dito. Juntos, os ramos da indústria de transformação e da prestação de serviços representavam, em 1997, quase 15% da PEA ocupada em atividades não agrícolas. (SCHNEIDER; NAVARRO, 2000, p.25)

No período em curso, a partir de 1992⁵, inúmeras ações têm ocupado o trabalho das famílias em suas pequenas unidades de produção com atividades não agrícolas, ao consentir a presença de inúmeras outras atividades, as quais vêm ganhando espaço no setor agrário de muitos países e aceitando que hoje se reconheça um novo rural em curso ou, até mesmo, a presença de um "novo rural" ou "outro rural", como determina Silva (1998) e Veiga (2004), respectivamente.

⁵ Período pós Eco 92.

CAPÍTULO 3 - O DESEMPENHO DA PRODUÇÃO DE PEQUENO PORTE E TRABALHO FAMILIAR NO BRASIL

Destaca-se neste capítulo a análise do atual desempenho da produção de pequeno porte e trabalho familiar no Brasil, considerando-se que a ocupação colonial assumiu o caráter exploratório da terra segundo o modo capitalista de produção e, que este modo foi determinante na formação do setor agrícola, como também das relações sociais de produção, do mercado e do modo de vida.

No princípio da exploração do espaço brasileiro, as técnicas e ferramentas utilizadas não causaram significativas agressões ao meio ambiente, porém o mesmo não se pode dizer a respeito da cobertura florestal, como as Mata Atlântica e Floresta das Araucárias, as quais foram paulatinamente eliminadas. A cada nova expansão da ocupação, sobre novas áreas objetivava a explorar da madeira, a formação/expansão de lavouras e do criatório estabelecimento de novas colônias ou avanços de frentes de ocupação sobre as áreas do Planalto Brasileiro, principalmente do Planalto Meridional Brasileiro., necessárias à produção agrícola e a permanência do homem no campo.

A partir de 1960, com o fim dos ciclos econômicos, o Brasil conheceu momentos conturbados no campo, resultantes da sua política econômica agrícola instável que só foi estabilizada com o início do processo de Modernização da Agricultura que compreendeu todas as atividades agropastoris. O período marcou significativas transformações espaciais iniciadas com o advento da Revolução Verde, como coloca Brum (1988). O autor destaca alterações sociais promovidas pela incorporação de tecnologias no campo, resultando na saída de significativo número de pessoas do campo que passaram a ocupar os centros urbanos e suas periferias.

A exclusão do homem do campo, trabalhador rural e/ou proprietário rural, ocorreu devido à descapitalização existente que impossibilitou uma significativa parcela de produtores de adquirirem e implantarem tecnologias, aquelas recomendadas pelo pacote da Revolução Verde. Ao lado do processo de descapitalização deve-se destacar a tensão social e o surgimento da especulação imobiliária, tanto no campo como na cidade. A valorização das terras agrícolas,

aptas a uma agricultura mecanizada, não só acrescentou valor à terra como substituiu o trabalhador rural, agora preterido às máquinas disponíveis no mercado que não só o substituíam no trabalho como aumentava as horas de trabalho. Por outro lado, o tamanho das propriedades, especialmente a dos pequenos proprietários, além de serem constituídas de pouca extensão, não permitiam o processo de capitalização, nem a forma rentável de uso das máquinas.

De acordo com essas condições, o modelo agrícola produtivista instalou-se de forma definitiva, adequando-se ao modo de produção conforme os interesses do capital⁶. O acesso limitado e as consequências da modernização agrícola originaram diversos questionamentos, contestações e críticas sobre esta nova forma de desenvolvimento, dentre as quais, Almeida (1999) destaca três consequências, a saber:

- As consequências socioeconômicas no que se refere à destruição das práticas tradicionais como a policultura e rotação de cultura, além da perda da autonomia financeira e de subsistência dos agricultores ao eliminar hábitos sadios e as tradições populares de alimentação, lazer e organização da propriedade e da vida;
- A concentração da terra, da renda e do acesso ao crédito, causando o êxodo rural e o surgimento de famílias que perderam a terra ou as condições de se manter nela;
- A degradação ambiental e seus efeitos sobre a natureza e o homem.

Essas questões foram discutidas e analisadas em décadas posteriores por José Graziano da Silva em sua obra *A modernização dolorosa*, 1982. As preocupações surgidas devido à utilização destes processos criaram o pensamento de preservação do indivíduo “agricultor familiar”, como categoria social dotada de conhecimentos e saberes, que mais tarde resgatou as formas de vida saudáveis e sustentáveis. O conhecimento de determinados grupos sociais, no meio rural, permitiu o alcance de uma construção social do espaço se diferenciando, em suas ações, daquela estrutura atuante nas áreas, determinadas pelo modelo de modernização da agricultura. A disseminação das ideias de vida saudável e

⁶ Especialmente o capital estrangeiro que via o solo produtivo brasileiro como um mercado de grande potencial para o comércio de suas tecnologias.

sustentável se difundiu por meio da troca de informações entre os grupos sociais de agricultores. Conforme coloca Sabourin (2001), nos locais de produção agrícola, caracterizados pela pequena propriedade, ocorre a construção de espaços sociais dotados de nível técnico, nos quais há troca de informações, bem como de práticas da produção agrícola relacionadas ao cotidiano produtivo, comércio ou mesmo de cunho sociocultural.

Os saberes locais da população se destacam pelas ações que envolvem os seus elementos constituintes, tendo sua importância relacionada à influência nas decisões referentes ao sistema produtivo local, onde há uma constante interação dos saberes técnicos destes agricultores resultando em uma caracterização própria do espaço. Acrescentam-se as ideias, à necessidade de preservação ambiental por meio do desenvolvimento de uma agricultura denominada sustentável que contraria as práticas agrícolas baseadas no paradigma da Revolução Verde, onde o agricultor apenas executava as atividades, não sendo o gestor do processo de trabalho. Em decorrência desta linha de entendimento, pressupõe-se a externalização dotada de aprimoramento científico de seus saberes referentes à produção, conforme coloca Van Der Ploeg (1992).

Desse modo novos caminhos se desenvolvem com perspectivas de evolução social e econômica do meio rural destituindo a oposição formada sobre a descontinuidade entre o rural e o urbano (campo - cidade). Os estudos, em seu avanço, mostram que, assim como o urbano, o rural tem características próprias e marcantes, mas em nenhum momento ligam-no a um cenário de atraso ou de escassez, pois estas especificidades atribuem valor ao meio rural ao mesmo tempo em que o distinguem do urbano. O modo de ser dos habitantes do meio rural passa a ser entendido, a partir do final do século XX, como parte definidora deste espaço onde a agricultura influencia na organização social marcando esta espacialidade por uma desconcentrada densidade demográfica, guardando uma forte e específica relação com a natureza, como é referido em Carneiro et al. (2012).

Portanto, em referência as especificidades das espacialidades rurais se relacionarem mais intensamente com a natureza deve-se a presença de alguns elementos fundamentais que favorecem estes contatos dos habitantes locais com o meio natural de maneira mais intensa e imediata, quando se comparando com as relações dos habitantes dos centros urbanos. Contribui para estas relações outros elementos importantes como a presença de áreas não densamente povoadas, onde

não há a influência direta das cidades, mas apenas a representação junto a produção rural, de alguma das economias urbanas, como, por exemplo, cooperativas, laticínio ou frigorífico e, até mesmo, agências bancárias.

As dinâmicas atuantes no meio rural exibem um novo rumo no qual as tendências previstas do desaparecimento das áreas rurais devido a expansão do urbano, não se confirmam bem como o seu enfraquecimento social, econômico e cultural. Conseqüentemente, a revitalização social e econômica observada no meio rural não significa o abandono das práticas agrícolas e nem se trata de urbanizar o rural, mas sim de permitir uma aproximação dos padrões de vida do rural com o urbano. De acordo com Kayser (1990), ao tratar do caso da França, o “renascimento do rural” não está constituído na modernização, comparada aos padrões da cidade, mas sim na constituição de novas relações por meio da influência dos atores sociais. Na Europa, a corrente migratória, do campo para cidade, se estagnou e se previa uma inversão de papéis, onde o campo voltaria a ser atrativo criando um movimento de retorno da população da cidade para o campo.

No Brasil, mais de 2/3 da população vive em áreas urbanas, conforme coloca Carneiro et all. (2012), porém esta não é a realidade dos pequenos municípios, onde se evidencia um maior número de habitantes na área rural em relação ao urbano. Segundo a autora, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), realizada pelo IBGE⁷, expôs que a população rural brasileira retomou seu crescimento a partir da segunda metade da década de 90, com uma taxa anual de 1,1%, sendo que o crescimento total da população foi de 1,3% ao ano, podendo se evidenciar o marco inicial do processo de retorno da população ao campo, mesmo que de forma singela.

Para Carneiro et all (2012), o crescimento populacional nas áreas agrária/rurais pode estar ligado ao aumento da capacidade produtiva das indústrias urbanas que utilizam menos mão de obra, devido ao emprego de tecnologias que melhoraram a eficiência e diminuíram os custos com a produção, obrigando a população, que esteve direta ou indiretamente ligada ao êxodo rural, com menos preparação técnica a atender as necessidades do mercado, a voltar ao campo. Por outro lado, diferente de Carneiro et all (2012), acredita-se que a volta ao campo se deve às novas perspectivas de produção baseadas não apenas nas atividades

⁷ Se deduz que a autora referiu-se aos dados do IBGE (2000), conforme consta na página 28 de sua obra intitulada *Ruralidades Contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira* (2012), porém, não há referência, ao final do livro, que evidencie tal afirmação.

agrícolas, mas no incremento de atividades não agrícolas, capazes de aumentar a renda familiar e de oferecer um modo de vida saudável que a cidade perdeu.

O meio rural, em sua dinâmica, tende a conhecer processos de transformação e estes processos atuam de maneiras distintas em cada área, não sendo possível a unificação destas espacialidades, pois nelas há diferentes modos de vida culturais, sociais e econômicos. As peculiaridades são decisivas para os estudos sobre um novo rural, pois nestas heterogeneidades residem os saberes tradicionais que são retomados como forma de diversificação e agregação de valor às atividades desenvolvidas no meio rural. A valorização destas áreas revela a presença de uma ruralidade na qual se observa a existência de um saber diferenciado que compõe a cultura local estabelecendo a diferenciação entre as espacialidades. Como entende Moreira (2005), as ruralidades são compostas por objetos, ações e representações peculiares do meio rural, com destaque para as representações e identidades dos indivíduos e grupos sociais.

No denominado Novo Rural, o agricultor e sua família assumem papéis diferenciados, modificando a estrutura produtiva que antes estava calcada apenas em atividades agropastoris, no que concerne à produção. Silva (1997) concorda que a presença característica do homem no meio rural se deve às novas formas de trabalho. Ele não é mais apenas um agricultor ou um pecuarista, agora há uma combinação de atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, que se desenvolvem não somente na propriedade, mas também fora dela, seja nos ramos tradicionais da indústria ou em novas atividades que vêm ganhando espaço no meio rural como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais, entre outras. Com isto, deduz-se que o perfil do setor rural deve ser analisado segundo a produção, circulação e consumo.

Nesse Novo Rural brasileiro, como defende o autor, o produtor assume papéis diversos, mas sempre relacionados à capacidade produtiva de sua unidade de produção e obedecendo à disponibilidade da força de trabalho familiar. De acordo com este modelo de produção, o agricultor, além de suas antigas tarefas, passa a exercer também a função de empreendedor, destinando apenas uma parcela de seu tempo de trabalho às atividades produtivas agrícolas, o chamado *part-time farmer*, que se pode traduzir como “agricultor em tempo parcial”. A combinação de atividades agrícolas e não agrícolas retrata uma nova realidade no campo, ainda

que algumas destas tenham sido desenvolvidas em períodos anteriores, até mesmo por camponeses.

Em Schneider (1999) observa-se que o uso da terminologia pluriatividade, como um conceito que procura analisar a unidade de produção e reprodução, nem sempre estaria baseada apenas nas atividades agrícolas e pastoris, mas na incorporação de outras atividades envolvendo os membros da família, porém voltados ao aumento de renda. Esta conceituação também induz que o termo pluriatividade contém o entendimento de aumento de renda devido à diversidade de atividades que ocupam, muitas vezes, as horas de ócio. Buscando harmonizar esta terminologia com as atividades existentes no meio rural, observa-se que elas remetem à presença de um fenômeno no qual os componentes de uma unidade produtiva familiar executam diversas atividades no objetivo de obter renda.

Estas atividades tanto podem ser desenvolvidas no interior como no exterior da própria exploração agrícola. Podendo ser inserido neste entendimento tanto a prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração, industrialização em nível da propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva, que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade ou em seu entorno. Estes termos também são reforçados por Anjos (2003). Para este autor a pluriatividade não é um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de agregação de outras atividades àquelas agropastoris, já existentes.

Deve-se considerar que, no entendimento dessa terminologia, está implícita a correspondência, bem como sua sincronia, com a dinâmica da economia, em geral contida no marco da profunda diversificação e da reestruturação inerente ao modo de produção capitalista. Por outro lado, as pequenas unidades de produção familiar desenvolvendo, geralmente, uma produção agrícola e/ou criatório, utilizando-se da força de trabalho familiar acrescentou e/ou modificou suas atividades exercendo mais funções, ao vislumbrar os interesses da população urbana, saturada por atividades corriqueiras e procurando novas formas de usufruir da espacialidade geográfica abrangida pelo meio rural que lhe é imediato.

Na sequência do raciocínio acima desenvolvido, pode-se dizer que a pluriatividade no meio rural também decorre do resgate daqueles valores histórico-culturais, no momento em que se buscava uma produção mais sustentável aos produtores familiares, proprietários de pequenas áreas e carentes de renda para o

sustento e manutenção familiar. Estas novas atividades contavam com o auxílio dos membros da família, mas, inicialmente, eles não acreditavam no interesse que o mercado urbano teria por este tipo de produtos que o rural lhes oferecia. Ao se aliar o social ao econômico na tentativa de diversificar, houve a conquista de mercados alcançando qualidade de vida, preservando os recursos naturais e obtendo renda suficiente às famílias que vivem neste rural. Destaca-se que as novas atividades e o resgate das antigas tradições potencializam o rural permitindo que ele alcance evidência na reconstrução de novos espaços de vida social.

Na visão de Abramovay (2000), o rural não pode mais ser confundido como a base geográfica do setor econômico, nem como o resíduo daquilo que não pertence às cidades, mas sim como algo que guarda suas especificidades e que é capaz de contribuir de forma infinita para uma proposta mais ampla de desenvolvimento sustentável. Deste modo, destaca-se a importante contribuição de Silva (1999) ao enfatizar que o rural tende, cada vez mais, a se distanciar da concepção de local ou lugar de desenvolvimento unicamente de atividades agrícolas ou de criatório, pois não se pode mais caracterizar o meio rural brasileiro por atividades simplificadas.

Nesse novo espaço, a dinâmica de suas transformações é determinada pela presença do capital social, entendido como reserva de saberes culturais do lugar, que contribui com o aperfeiçoamento da sociedade e serve de alicerce às ideias de busca da qualidade de vida. Ferreira (2002) coloca que o bem estar, antes tão pouco valorizado, agora serve como fonte principal de renda ou como renda adicional ao produtor rural e sua família.

Desse modo, entende-se que não existe mais aquele olhar que era lançado sobre o meio rural, que o visualizava como um local somente de produção agropecuária. De acordo com Veiga (2004), ele se tornou fonte de desenvolvimento, associado não só à manutenção da integridade ambiental e paisagística das regiões interioranas, mas também, como elemento capaz de se organizar criando bases produtivas na geração de renda.

Comparando-se as atividades da agricultura, da indústria e do comércio observa-se que elas se constituem em setores econômicos capazes de sugerir a criação de terminologias que definem sua própria espacialidade de desenvolvimento. Neste caso, as atividades da agricultura, bem como seu conjunto composto pela agropecuária, silvicultura e extrativismo, envolvendo o trabalho humano e definindo

o modo de vida da sociedade local, constitui no que pode ser denominado de ruralidade.

O termo ruralidade é um valor que recebe crescente importância no mundo atual pelo seu significado, pois ele se refere às manifestações culturais variadas, aos estilos de vida de uma comunidade e, também, à preservação da biodiversidade, como é pensado neste início de século XXI e que têm sido cada vez mais procurados pelas sociedades urbanas (RABAIOLLI; MIORIN, 2012).

Entende-se que as ruralidades são compostas por objetos, ações e representações peculiares do rural, com destaque para as representações e identidades dos indivíduos e grupos sociais, conforme coloca Candiotta et al. (2008). Para o autor, a formação de ruralidades é um fenômeno mundial, resultante da presença de arranjos caracterizadores do capital social e identificadores do desenvolvimento rural. A partir das ideias do autor entende-se que a presença de ruralidades pode identificar uma escala variável de funcionalidades, como, por exemplo, artesanatos provenientes de saberes tradicionais. Estas, por sua vez, podem ser identificadas como as novas funções que surgem no meio rural alterando suas estruturas.

É do entendimento geral que além da população rural, a urbana também apresenta suas ruralidades, as quais são idealizadas pela mídia que mostra o rural como sinônimo de natureza e vida saudável e, a cidade, com seus pomares e hortas quebram a rigidez urbana. Deste modo, também se observam características tidas como eminentes do rural sendo percebidas em pequenas cidades ou vilarejos. Nestes locais existe uma carga cultural, que pode ser traduzida através do apego às tradições, podendo também ser evidenciada nas relações sociais da população, em suas festividades, na gastronomia e, igualmente, na economia. Este conjunto de fatores representa a identidade cultural da comunidade, a qual reproduz o modo de vida do campo na cidade, identificando a presença das ruralidades no contexto do espaço urbano (RABAIOLLI; MIORIN, 2012).

Por outro lado, torna-se difícil a identificação das ruralidades em pequenas espacialidades municipais a partir da leitura da paisagem. Para isto, seu entendimento se faz recorrendo à noção de espaço geográfico. Portanto, o entendimento de uma ruralidade tem início na compreensão de seus elementos culturais contidos na espacialidade geográfica, mas pertencentes à sociedade que é sua possuidora. Igualmente, os valores contidos nas ruralidades, como, por

exemplo, os saberes tradicionais dos habitantes e as heranças do conhecimento e modo de vida, marcados pelas suas histórias familiares, do mesmo modo entende-se a existência de traços históricos e hereditários contidos nas urbanidades, podem ser observados no deslocamento da fronteira agrícola do sul para o centro-norte do País cujos migrantes mantêm o modo de vida.

Esses deslocamentos contribuem para um novo dinamismo em áreas em processo de formação regional, as quais recebem alterações resultantes da nova ordem, social, ambiental e econômica. Portanto, as novas fronteiras da agricultura brasileira tendem a receber um rural e um urbano dinâmicos ao incorporarem as novas tecnologias e disporem de novos modelos de comportamento de vida cotidiana, que chegam à região em formação.

Os novos equipamentos consolidam novas espacialidades e ao mesmo tempo mantêm os vestígios dos traços oriundos dos grupos deslocados. Assim, as frentes pioneiras assumem, em pouco tempo, os equipamentos tecnológicos disponíveis, em comparações às suas antigas áreas rurais. As novas ruralidades são rapidamente construídas nas novas áreas rurais.

Assim, pode-se considerar que o desenvolvimento no meio rural não consiste apenas, e nem se fundamenta, na conquista da competitividade dos segmentos produtivos e em sua variedade, mas sim na dinâmica determinada pela velocidade do tempo de adoção da tecnologia pelo grupo social em sua espacialidade de vida. O desenvolvimento no meio rural tem suas bases na difusão tecnológica e informacional auxiliada pela capacidade de comunicação do produtor familiar. Este, por sua vez, quando motivado, tende a buscar o acesso a equipamentos capazes de aproximá-lo a um contexto social mais amplo, ou seja, regional, nacional ou internacional. Deste modo, as urbanidades que lhes são próximas permitem-lhe incorporar tecnologias urbanas como: televisão, computador e telefonia celular para si e seus familiares.

Em análise a respeito deste comportamento, permitido pelas aproximações e vontades do produtor rural, é possível entender que o rural ganha qualidade ao trazer para si conhecimentos por meio das tecnologias e da informação que lhe possibilita aproximações com o urbano e acaba por caracteriza-lo como um “Outro Rural”, de acordo com as definições de Veiga (2004). Este termo é entendido como símbolo de qualidade de vida, cuja interpretação apoia-se em duas correntes:

- Ruralidade como um processo de valorização do rural;

- Ruralidade como realidade empírica, de certo modo autônoma, resultante de processos de transformação endógenos assumidos pelas espacialidades rurais.

Desse modo, o que nos permite falar em ruralidades são as articulações que se estabelecem entre as noções de rural e de identidade social, ambiental e econômica como, por exemplo, as relações específicas dos habitantes do campo com a natureza em sua comunicação direta, conforme coloca Moreira (2005). Podem-se acrescentar as condições de produção e de reprodução do grupo sócio-econômico, ou seja, a harmonia entre sociedade – natureza - produção econômica.

Atualmente, os estudos sobre as ruralidades surgem como forma de compreender e explicar novas funções assumidas pelas espacialidades rurais, as quais alteram suas paisagens ao acrescentar-lhes novas funções, principalmente nas áreas de domínio da pequena propriedade de agricultura familiar. Neste entendimento, considera-se a ligação da terminologia rural a outros temas relevantes como, por exemplo, segurança alimentar, qualidade dos alimentos, proteção do meio ambiente, valorização dos diferentes tipos de espacialidades e a geração de oportunidades de emprego, de renda e lazer. Cazella et all. (1999), entendem que o conjunto destas ações chama-se multifuncionalidade do meio rural.

Partindo da análise da constituição das ruralidades e do desenvolvimento rural, procura-se alcançar o entendimento da multifuncionalidade. Para tanto, deve-se firmar os entendimentos sobre desenvolvimento rural como base para que se alcance o melhor conceito de multifuncionalidade. Dentre as discussões sobre desenvolvimento rural pode-se destacar algumas contribuições dadas por autores que têm se dedicado ao seu estudo, como é o caso de Veiga (2001) que entende desenvolvimento rural como um processo sistêmico, a partir do qual a economia tem a possibilidade de, ao mesmo tempo, crescer, reduzir desigualdades e ainda preservar o meio ambiente.

Esse autor, de acordo com a visão econômica, indica como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e fortalecimento das atividades e da própria unidade de produção familiar, a diversificação das economias espaciais, o estímulo ao empreendedorismo local e o apoio estatal, principalmente, para a formação de arranjos institucionais.

Por sua vez, Silva (2001) compreende que o desenvolvimento rural não pode ocorrer por meio de uma noção reducionista, pois o verdadeiro desenvolvimento só

se efetiva através da criação de novas oportunidades, com ampla abrangência. Portanto, sua concepção está relacionada a diversos fatores, os quais possuem desdobramentos e requerem distintas análises, sem generalizações que possam intervir na tradicional abordagem dicotômica de rural-urbano ou campo-cidade.

Os autores, em seus entendimentos, chamam a atenção para alguns elementos que servem como base para a compreensão do desenvolvimento rural, por exemplo, Veiga (2001) relaciona o desenvolvimento rural à diversificação produtiva e a pluriatividade, pelo aumento da produtividade. Conforme Silva (2001), o termo desenvolvimento rural não pode, simplesmente, ser associado à diversificação produtiva como forma de inclusão do agricultor familiar. Contudo, Veiga e Silva concordam que o essencial para uma estratégia de desenvolvimento para as áreas rurais (e também para as urbanas) deve estar relacionado ao combate à pobreza por meio da criação de novas oportunidades e não simplesmente por meio das políticas compensatórias.

De acordo com a compreensão dos autores, é possível entender que a transformação social se constitui na essência do desenvolvimento e estratégia necessária para permitir aos pobres deste país a condição de cidadãos, independente de viverem no urbano ou no rural. Ao se tratar de desenvolvimento rural se enfatiza os excluídos, social e economicamente, objetivando, no planejamento e nas políticas públicas, a sua inclusão.

Por sua vez Mior (2000) chama a atenção para o entendimento de Veiga e de Abramovay que percebem como estratégias de desenvolvimento do meio rural, no Brasil, o fortalecimento das unidades de produção familiar, constituídas na sua grande maioria por agricultores familiares de baixa renda ou daqueles que a produção permite apenas a reprodução de sua existência. Os autores são unânimes quanto à questão de buscar experiências bem sucedidas em outros países.

Para Veiga (2001), os pobres são identificados como alguns segmentos da agricultura familiar, os quais têm pouca terra, devido à primeira etapa da modernização; não tiveram acesso à educação formal ou não formal e estão desamparados de assistência técnica. Para Silva (2001), não se incluem neste grupo somente agricultores familiares, que sofrem com o desamparo e abandono das políticas públicas, pois se tratando do meio rural, cerca de metade dos pobres são famílias de empregados que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas,

portanto, toda e qualquer forma de buscar o desenvolvimento rural deve abranger a questão da geração de empregos, renda e manutenção do poder aquisitivo.

Segundo Silva e Del Grossi (2000), analisando, no final do século XX, a situação dos agricultores familiares e suas condições de permanência no campo, foi a queda da rentabilidade agrícola que os levou a dependerem, cada vez mais, de rendas não agrícolas e das transferências sociais (pensões e aposentadorias) para sobreviverem. Este fenômeno de queda da rentabilidade ocorreu devido à diminuição dos preços dos produtos agropecuários, bem como a elevação dos custos do trabalho, do crédito rural e da redução do ritmo de inovação no setor agropecuário. Consideram ainda que, este fenômeno também provocou impactos na riqueza do setor, sendo percebido na diminuição do preço da terra, a qual, até então, era tradicional objeto de reserva de valor dos proprietários rurais.

Silva (2001) reforça a questão da pobreza como grande problema para o processo de desenvolvimento por drenar os recursos com gastos em bens de consumo, pois estes possuem pouca influência na geração de emprego e renda local, além de limitar os mercados locais em função do baixo nível *per capita* da maioria da população. Portanto, a ideia de desenvolvimento rural é que os habitantes do meio rural sejam considerados cidadãos sem precisar ir morar na cidade. São necessários infraestruturas e serviços que assegurem à população residente as mesmas condições de vida que poderiam ser encontradas nas cidades.

A baixa densidade populacional de algumas áreas, aos olhos governamentais, não permite que se justifique a disponibilização de serviços fundamentais de educação e saúde, entre outros. Estas áreas não podem ser vistas com discriminação e preconceito, não se trata de um espaço separado e sem importância, mas sim de uma continuidade espacial do urbano e do próprio rural desenvolvido. O fato de haver maior concentração populacional em algumas espacialidades não é sinônimo de desenvolvimento, geralmente é o resultado da formação histórica do processo de colonização aliado às condições de uso agropecuário do solo na região.

No espaço rural se desenvolvem funções produtivas, de preservação do meio ambiente, da cultura, de espaço de moradia, de lazer, de localização de unidades fabris ou de serviços, gerando empregos não agrícolas. A estas mudanças de funções decorrem, nos últimos tempos, análises e reflexões que procuram entender,

para então explicar, as alterações do meio rural no que concerne à perspectiva de sua multifuncionalidade.

Bianchini (2001) procura mostrar a importância das pessoas poderem participar plenamente das decisões e processos que afetem suas vidas, por meio de estruturas apropriadas, entendendo assim o valor que a multifuncionalidade pode exercer para o desenvolvimento das famílias locais no rural.

Entende-se que o desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura faz parte dele. Contudo, esse conceito repousa sobre três grandes funções indissociáveis: a função de produzir bens e serviços (econômica), a função de gestão do meio ambiente (função ecológica) e a função de ator do mundo rural (função social). Essa multifuncionalidade da agricultura provém do fato de que os sistemas agrícolas estão em interação permanente com os ecossistemas contíguos e com a sociedade humana pelo mercado e pelas relações de proximidade.

Na história do desenvolvimento da agricultura se reconhece a presença do seu processo de especialização, ao longo de inúmeras cadeias produtivas, que proporcionaram o aparecimento de diversos serviços nas áreas rurais (mecanização, produção de mudas, beneficiamento e comercialização: da produção, de bens e serviço). No campo, o desmatamento, a mecanização e o uso indiscriminado de agrotóxicos, além da prática de uma agricultura tradicional contínua e exaustiva no uso do solo, provocou degradação no meio ambiente. Nas cidades, a urbanização intensiva e a industrialização, sem cuidados com a questão ambiental, provocaram a queda de qualidade de vida e o crescente debate sobre preservação ambiental e qualidade de vida.

Cresce no mundo a discussão e a necessidade da revalorização de um rural multifuncional, exigindo um novo olhar sobre as populações rurais e as funções destas espacialidades. Abramovay (2000) já afirmava, no início do presente século, que é necessário buscar um equilíbrio entre as funções produtivas clássicas do campo em sua lógica de oferta, bem como, das novas funções (residenciais, recreativas, ambientais, e outras) que contribuem para transformá-lo em espaço de consumo.

As preocupações ambientais deram um novo enfoque para o desenvolvimento, permitindo pensar na sustentabilidade como superação das dicotomias ultrapassadas de urbano/rural e agrícola/não agrícola. Sabe-se que o

rural não é somente um espaço diferenciado pela relação com a terra – natureza - meio ambiente, ocorre, também, a intensa relação com o urbano que lhe é adjacente. Silva (2001) coloca que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político, pois há uma necessidade de melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais. Nota-se, em várias regiões do País, um processo de organização da população na luta por esta forma de desenvolvimento, entendido como sustentável do ponto de vista ambiental, econômico, social e político.

Conseqüentemente, elencam-se questões a serem analisadas como as apontadas por Von Der Weid (2001) ao discutir o desenvolvimento da agricultura familiar sendo prejudicado por fatores como: difícil acesso à terra, má qualidade dos solos, condições climáticas, deficiência de direitos sociais mínimos, ausência de infraestrutura produtiva, dificuldades de acesso aos mercados, tecnologias inapropriadas e concorrência desigual com os grandes produtores ou importações.

Diante de tais dificuldades, deve-se pensar em opções viáveis e coerentes com a realidade dos pequenos produtores familiares, os quais são mais susceptíveis aos fatores citados anteriormente devido à diversidade de sua escala de produção que não os mantém atrelados a uma única fonte de obtenção de renda. Assim, é possível propiciar as condições necessárias de sobrevivência aos agricultores familiares e demais atores sociais que se fazem presentes no campo e não desenvolvem atividades ligadas a agricultura.

As múltiplas funções desenvolvidas pelos agricultores familiares, bem como dos demais atores sociais que atuam no meio rural, passam a ter relevância e a serem percebidas como algo moderno e adequado aos novos tempos da valorização do rural. Conforme Hervieu (1997), a agricultura deve ser entendida como uma profissão, assim como as demais, e os agricultores devem buscar alternativas capazes de assegurar seu espaço, restabelecendo os vínculos com uma produção sustentável que preserva a biodiversidade. Portanto, destaca-se o importante papel da produção de caráter multifuncional, a ser desenvolvido no meio rural, que é capaz de influenciar positivamente a sociedade por meio de suas funções que vão além do binômio agropecuário.

O termo multifuncionalidade surgiu na França para explicar a busca de valorização das inúmeras atividades, desempenhadas no meio rural, relacionadas à

manutenção dos recursos naturais e caracterizadas como atividades não agrícolas. Esta nova forma de renda, para os agricultores e demais atores sociais, com baixo uso dos recursos naturais e significativa aplicação dos “saberes locais” e tecnologias, valoriza os recursos disponíveis e, ao mesmo tempo, poupa-os, qualificando as condições de vida e permitindo aumentar a renda pela oferta de produtos manufaturados.

A França é conhecida como pioneira na aplicação da multifuncionalidade como uma noção de valorização do meio rural, orientando as práticas agrícolas que são denominadas por eles de Lei de Orientação Agrícola (LOA), criada em 1999. A partir de então, o debate se expandiu mundialmente servindo de base e referência aos estudos que se iniciaram no Brasil logo após a expansão do processo de modernização, quando as reflexões se faziam em duas direções: multifuncionalidade e/ou pluriatividade.

Essas noções têm sido frequentemente mencionadas nos debates sobre as transformações recentes no meio rural e em novas abordagens que levam em conta o debate técnico e político dos termos. Nas ciências sociais, por exemplo, estes termos satisfazem as necessidades econômicas, como também as culturais e sociais.

Para Carneiro e Maluf (2003) a noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia as funções sociais conferidas à agricultura, deixando de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas para se tornar responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos.

Trabalhar a multifuncionalidade supõe a reprodução sociocultural definida. Para a pluriatividade é reservado o entendimento de que o produtor agricultor é apenas um *homo economicus* movido exclusivamente pela sobrevivência e pela produção. Porém, ao se considerar o agricultor como um ser social de múltipla inserção e sendo ele um sujeito com desejos orientados por valores, que não são apenas os da lógica econômica, incorre a observação de que a produção familiar ou agricultura familiar não é somente vista pela perspectiva da produção (CARNEIRO, 1996).

De acordo com a lógica do contexto desenvolvido por Carneiro (1996), não se pode negar a visão economicista do produtor familiar ou de suas atividades familiares desenvolvidas, pois ao poupar seus recursos naturais ele está

conservando seus bens de produção que não perdem o seu valor econômico de mercado, pelo contrário, ele estará valorizando os recursos da sua paisagem natural cujo valor é inestimável.

Por outro lado, quanto às análises desenvolvidas pela autora entendendo que multifuncionalidade da agricultura ocorreu no contexto da busca de soluções para as “disfunções” do modelo produtivista, pode-se acrescentar a isto a noção surgida no último quartel do século XX a respeito da conservação dos recursos naturais e da manutenção da biodiversidade. Deste modo, considera-se que a inovação de funções conduz à direção de uma visão integradora das esferas sociais, econômicas e, principalmente, ambientais (considerando a biodiversidade das paisagens rurais) ao se analisar os papéis das atividades da agricultura, bem como da participação das famílias na espacialidade rural.

Nessa linha de pensamento é possível alcançar a ideia de que a terminologia multifuncionalidade guarda em si o modelo da intensidade produtiva tanto no agro como no pastoril e que a unidade de agricultura familiar poderá se caracterizar como de produção intensiva. Assim, ela estaria cumprindo as funções requeridas pelo modo de produção voltado para a diversidade e sustentação no mercado, bem como de conservação dos recursos naturais.

Essas questões sobre produção para o mercado e conservação dos recursos naturais a respeito da agricultura familiar são tratadas por Wanderley (2003). A autora coloca que a dissolução da denominada hegemonia funcional econômica significou o avanço conquistado pelo agricultor que incluiu novas atividades, após adquirir uma nova visão sobre sua propriedade, onde mais importante que focalizar as atividades agrícolas, entendidas pura e simplesmente como parte do setor econômico é privilegiada a própria família de agricultores por meio das complexas ligações de harmonia na relação homem/natureza que moldam as formas particulares de produção e de vida social.

A autora entende que a legitimidade da concepção da multifuncionalidade nas unidades de produção familiar no Brasil poderá auxiliar na formação da consciência social e econômica. Desta forma, eles assumiriam responsabilidades sociais, as quais devem merecer o reconhecimento da sociedade, contemplando estas funções através de políticas públicas e articulando-as a projetos de desenvolvimento local e regional. O uso de determinados termos para indicar o desenvolvimento pode

desvendar potencialidades que o rural e, em particular, as ações de produção agropastoris desenvolvidas, não conseguem apresentar de forma clara à sociedade.

Pode-se afirmar que a multifuncionalidade procura retomar a importância das contribuições funcionais, econômicas e de permanência do modo de vida da agricultura familiar nas dinâmicas econômicas, sociais e culturais, contribuições essas que, aliás, já faziam parte da prática camponesa e que foram inibidas pelo modelo produtivista, no pensamento de Carneiro, (2002).

Como exemplo de múltiplas funções executadas nas propriedades se tem o desenvolvimento de atividades turísticas, como agroturismo e ecoturismo que são formas de turismo organizado pelos habitantes e é compreendido como maneira de visitar e conhecer o ambiente rural, enquanto se resgata e valoriza a cultura regional (MENDONÇA et al., 2002).

Deve-se levar em conta que a conceituação de agricultura multifuncional deixa a desejar em quantidade e qualidade, porém, inúmeros estudos estão surgindo a respeito. A multifuncionalidade determina características funcionais e cria diversas atividades no meio rural relacionando múltiplas formas de oferta de mercadorias destinadas a atender aos mais variados mercados. Suas discussões visam a regulação e à produção nesses mercados. Por outro lado, possibilita a abertura de novos nichos de mercado, influenciando nas funções da agropecuária no que se refere à questão profissional e nas relações das populações com seus espaços agrário/rurais. Estas novas funções contam com um futuro promissor, pois há interesse público e privado da multiplicidade de funções, atividades, produtos, serviços e bens públicos rurais proporcionados pela sociedade agrária/rural (COVAS et al., 2006).

As novas funções determinadas pela multifuncionalidade anunciam transformações, caracterizando-se como uma nova fase de desenvolvimento das espacialidades produtivas do meio rural. É preciso reformular as políticas públicas de desenvolvimento pleno, com objetivos específicos voltados para o bem estar das comunidades rurais, tão esquecidas em muitos espaços geográficos, até então. Mesmo com um futuro promissor, a multifuncionalidade não é um acontecimento frequente e muito visto, justamente pela falta dos elementos necessários ao seu desenvolvimento. O elemento central para sua implantação é a qualidade de liderança do ser social e sua visão holística para a exploração de seu meio de produção e de vivência de acordo com os mercados constituídos ao seu entorno, ou

seja, o desenvolvimento depende da capacidade do empreendedorismo dos agentes: o ser social.

Como exemplo de ações de políticas públicas destacam-se os países da União Europeia que desfrutam de um Plano de Política Agrícola Comum (PAC) que possuem objetivos claros, como coloca Segrelles (2007). Esta política procura combinar a produção de alimentos; a conservação do meio ambiente; a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e da população rural para, assim, manter os produtores no campo. O PAC tem sido reformulado, deixando de ser somente uma política agrícola para se tornar um desenvolvimento rural integrado, apoiando e financiando políticas heterogêneas com base no desenvolvimento sustentável. Isto permite compreender o significativo avanço no pensamento europeu ao buscar alternativas mais adequadas ao meio rural.

Na Europa, o pensamento da multifuncionalidade teve início na década de 1950 enquanto que no Brasil isso só começou a ser discutido cerca de quatro décadas depois, ou seja, em 1990, devido à necessidade de novos rumos para a economia rural. Ocorreu, então, a busca pela refuncionalização do rural, disseminando atividades, ditas como sustentáveis e práticas agrícolas extrativistas não agressivas ao meio ambiente considerando, assim, outras funções das atividades agrícolas e dos agricultores além da dimensão agropastoril voltada para produção de alimentos.

O entendimento do rural como área de lazer, descanso e encantamento com a natureza foi percebido anteriormente. Em meados de 1980, o francês, Chamboredon (1985), ao escrever sobre *Percepções Rurais*, analisou as consequências do debate ecológico e as mudanças dos usos sociais nos territórios. O rural era apontado como lugar de produção não de bens econômicos e sim de bens simbólicos e o turismo era o alimentador de “encenações” devido à coexistência de diferenciados sistemas de valores.

Recentemente, percebeu-se que as relações humanas estão mais fugazes e superficiais e a natureza cada vez mais distante da realidade dos centros urbanos. Em direção dialética, o homem contemporâneo, ao mesmo tempo em que se distancia, busca o reencontro com a natureza e com as origens, de modo que há um “reencantamento” e uma “ressignificação” do espaço natural (BOTELHO, REZENDE e PINTO, 2006).

Carneiro (2002) aponta para uma nova configuração das espacialidades rurais, onde se registram transformações do campo em espaço de lazer ou mesmo de residência principal para integrantes de camadas médias da população urbana. Esta busca, por parte dos habitantes das cidades, de um contato mais frequente e próximo com a natureza introduz mudanças nos hábitos e práticas de vida das pequenas localidades.

Essas novas visões, colocadas como funções diferenciadas, que o rural desempenha e ou venha a desempenhar depende, significativamente, da importância dada à paisagem. Quanto mais valores ambientais, sociais e infraestrutura acumular, maior grau de ressignificações ocorrerão neste meio, de modo a permitir o uso da terminologia ruralidades como sendo uma nova representação do rural.

A análise do meio rural e da presença do trabalho social permite identificar espacialidades geradoras e criadoras de uma economia permeada pela cultura humana. Esta dinâmica acelerada pelo tempo e pela tecnologia permite não apenas perpetuar facetas culturais de uma sociedade, mas também modificar realidades, aplicando-se o novo que resgata valores culturais históricos e os torna tão modernos e presentes pelo trabalho humano aliado ao conhecimento, à tecnologia e à força de vontade.

Da mesma maneira como se analisam as formas no movimento da sociedade, as suas funções, além de seus processos geradores, também é possível analisar as ruralidades e observar nelas o movimento do ser social e suas ações na natureza alterando a espacialidade.

Normalmente a pluriatividade e a multifuncionalidade destacam-se como atividades que caracterizam os espaços de vida “pacatos” das populações em novos movimentos dinâmicos e acrescentando a eles desenvolvimentos reveladores do empreendedorismo. As mudanças de espaços pouco dinâmicos para mais dinâmicos no meio rural é o que chama atenção e desafia a compreensão do que realmente está acontecendo nestes ambientes de vida social.

Tudo isso traz importantes significados para esta categoria de análise geográfica, uma vez que o meio rural passou a ser observado, analisado, interpretado e questionado como nunca teria sido. Hoje, os estudos a respeito desta categoria da geografia perseguem muitos caminhos, ora valorizando uma ou outra

temática, determinadoras de importantes revelações a respeito do comportamento humano, da produção, da história, da paisagem e da cultura de um lugar.

Os lugares que guardam sua originalidade ganham valor frente à degradação presente no meio urbano. Deste modo, surgem possibilidades de bem estar e qualidade de vida no meio rural, contrariando o caminho seguido pelo urbano. Isto teria contribuído para chamar a atenção sobre a formação e existência de capital social que o rural possui e serve como base valorativa para o desenvolvimento rural, antes pouco compreendido pelo meio urbano.

Não há uma definição precisa e consensual sobre o que denotaria a palavra “desenvolvimento” e, da mesma forma, a expressão “desenvolvimento rural”. Portanto, esta terminologia tem promovido debates de opiniões diversas de modo a não se ter alcançado ainda o adequado entendimento de seu significado. O que se pode entender até o momento é que o desenvolvimento rural tem como base a manutenção da biodiversidade que o lugar apresenta ao empregar tecnologias e conhecimentos adequados à produção com equilíbrio e manutenção dos recursos naturais existentes. As unidades familiares detentoras de atividades agrícolas e não agrícolas, principalmente da atividade do turismo, espontaneamente procuram preservar sua riqueza natural como garantia da continuidade desta atividade que lhes garante o sucesso na renda familiar, sobrevivência da família e de sua reprodução social e econômica.

CAPITULO 4 – ANÁLISE, INTERPRETAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

Considerando-se os objetivos da pesquisa, à luz do aporte teórico metodológico adotado e dos procedimentos efetuados na investigação, são tratadas as variáveis a partir de seus atributos, analisadas, discutidas e interpretadas procurando responder aos objetivos referidos na introdução deste trabalho.

4.1. Análise e interpretação das variáveis quantitativas a respeito do município de Santa Maria

Considerando-se os objetivos da pesquisa, à luz do aporte teórico metodológico adotado e dos procedimentos efetuados na investigação, são tratadas as variáveis a partir de seus atributos, analisadas, discutidas e interpretadas procurando responder aos objetivos referidos na introdução deste trabalho. Entende-se que o meio rural se caracteriza por ser um sistema complexo composto por subsistemas que podem ser identificados e se caracterizam pela existência da relação de complementaridade e dependência entre os sistemas que *per si* compõem o sistema único, como Morin (1990) defende. Santos (1988) argumenta que quanto maior for o grau de modernização da atividade agrícola mais amplas são as suas relações e mais longínquo o seu alcance. Desta maneira, ele entende que é ampla a abrangência das atividades agrícolas e várias são as suas funções, mas que estas podem ser identificadas a partir das análises, das interpretações e de reflexões que se possa desenvolver sobre os subsistemas de modo a identificar neles os seus fixos e fluxos (ver figura 5).

Dessa maneira, fixos e fluxos são entendidos como subsistemas que permitem olhar as atividades agrícolas e não agrícolas que compõem a multifuncionalidade do Novo Rural sob a óptica das relações e combinações possíveis de serem conhecidas.

Adverte-se que este trabalho foi realizado junto às pequenas propriedades de origem colonial italiana, o caso do Distrito de Arroio Grande, e de agregados a pequenas porções de terra que formaram as pequenas propriedades, em áreas de antigas fazendas de criação de gado bovino e ovino, o caso do Distrito de São Valentim. Assim, a terminologia conceitual de propriedade e de estabelecimento, corresponde a totalidade das áreas ocupadas pelas famílias de produtores rurais com atividades agrícola e não agrícola.

Como resultado da coleta das informações quantitativas, realizada junto à agência do IBGE de Santa Maria, elas são analisadas neste capítulo, permitindo observar a distribuição da área dos estabelecimentos com lavoura temporária. Destaca-se que 229 estabelecimentos possuem de 20 a menos de 50 ha, bem como 169 estabelecimentos ocupam o grupo de 10 a menos 20 ha e 152 estabelecimentos ocupam o grupo de 50 a menos de 100 ha, além de que 127 se colocam no grupo de cinco a menos de 10 ha. Deste modo, 677 estabelecimentos estão no grupo de cinco a menos de 100 ha, correspondendo a maior expressão numérica em estabelecimentos do município e que os estabelecimentos entre 20 a menos de 100 ha (381 estabelecimentos) são mais expressivos do que o grupo somado pelos estabelecimentos de cinco a menos de 20 ha (296 estabelecimentos).

Desse modo, considera-se a relevância das atividades econômicas da agricultura familiar, no que se refere à lavoura temporária, com ocupação de área significativamente expressiva referente ao tamanho dos estabelecimentos. Assim, comparando-se os tamanhos de áreas disponíveis no grupo de zero a menos de cinco ha pode-se considerar que poucos são os estabelecimentos apresentando dificuldade de área disponível, pois eles correspondem a 131 estabelecimentos que merecem atenção governamental (Tabela 3).

Por outro lado, observa-se que o tamanho das propriedades do período colonial variava entre uma colônia de terra (em média 50 ha) e meia colônia. Portanto o tamanho das propriedades coloniais exerce influência nas dimensões encontradas hoje para os estabelecimentos com lavoura temporária, que neste caso, é mais expressiva no município, pois data de um período em que a terra era usada, basicamente, para a produção dos alimentos de subsistência. Isto responde ao fato de que a lavoura permanente é inexpressiva.

Tabela 3: Estabelecimentos com lavoura temporária em Santa Maria, RS.

Área do estabelecimento	Nº de estabelecimentos
Mais de 0 a menos de 1 ha	7
De 1 a menos de 2 ha	32
De 2 a menos de 3 ha	36
De 3 a menos de 4 ha	32
De 4 a menos de 5 ha	24
De 5 a menos de 10 ha	127
De 10 a menos de 20 ha	169
De 20 a menos de 50 ha	229
De 50 a menos de 100 ha	152

Fonte dos dados: IBGE (2006)

Analisando-se a presença de horticultura e floricultura nos estabelecimentos de Santa Maria encontram-se dois tipos de agrupamentos com significativo número de estabelecimentos exercendo estas atividades, a saber: o primeiro grupo, com área de 0,5 a menos de quatro hectares, que corresponde a 83 estabelecimentos; o segundo grupo, de cinco a 50 ha, correspondendo a 74 estabelecimentos que exploram a horticultura e a floricultura como atividade econômica, diferentemente do que se pensava sobre a presença destas atividades serem mais desenvolvidas em estabelecimentos com pouca área disponível. Nota-se que a presença de horticultura e floricultura no município de Santa Maria tem sua maior concentração de estabelecimentos de pouca área, mas não nos grupos com menor área. A explicação que se pode dar para isto é a intensa comercialização e procura que estas atividades geram no município envolvendo seus distritos (Tabela 4).

Tabela 4: Estabelecimentos com horticultura e floricultura em Santa Maria, RS.

Área do estabelecimento	Nº de estabelecimentos
De 0 a menos de 0,1 ha	3
De 0,1 a menos de 0,2 ha	0
De 0,2 a menos de 0,5	7
De 0,5 a menos de 1 ha	12
De 1 a menos de 2 ha	27
De 2 a menos de 3 ha	28
De 3 a menos de 4 ha	16
De 4 a menos de 5 ha	8
De 5 a menos de 10 ha	27
De 10 a menos de 20 ha	30
De 20 a menos de 50 ha	17
De 50 a menos de 100 ha	8

Fonte dos dados: IBGE (2006)

O criatório, denominado de pecuária e criação de outros animais, revela a presença de dois significativos grupos de área em elevado número de estabelecimentos. O primeiro destes grupos é composto por estabelecimentos com área de 0,5 a menos de cinco hectares, correspondendo a um total de 231 estabelecimentos. O segundo grupo com área de cinco a menos de 100 ha corresponde a 730 estabelecimentos ocupados com estas atividades referentes ao criatório. Analisando a presença da pequena propriedade e dos pequenos estabelecimentos, novamente tem-se a repetição da situação da lavoura temporária que apresenta dois grupos dentro da própria atividade de agricultura familiar. Um grupo composto por produtores muito pequenos e outro, pequenos. Neste caso, os produtores muito pequenos possuem área de até cinco hectares (Tabela 5).

Tabela 5: Estabelecimentos com pecuária e criação de outros animais em Santa Maria, RS.

Área do estabelecimento	Nº de estabelecimentos
De 0 a menos de 0,1 ha	7
De 0,1 a menos de 0,2 ha	4
De 0,2 a menos de 0,5 ha	2
De 0,5 a menos de 1 ha	19
De 1 a menos de 2 ha	48
De 2 a menos de 3 ha	59
De 3 a menos de 4 ha	59
De 4 a menos de 5 ha	46
De 5 a menos de 10 ha	139
De 10 a menos de 20 ha	215
De 20 a menos de 50 ha	257
De 50 a menos de 100 ha	119

Fonte dos dados: IBGE (2006)

Os demais grupos de estabelecimentos com atividades econômicas ligadas a florestas plantadas, florestas nativas, produção de sementes e aquiculturas não têm representatividade no cenário municipal. Pode-se inferir que tais atividades não são desenvolvidas, pois necessitariam de extensa disponibilidade de área para serem economicamente rentáveis. Por outro lado, pode-se afirmar que são atividades não tradicionais no município de Santa Maria.

4.2. Análise e interpretação das variáveis qualitativas dos distritos estudados

Como resultado das visitas no campo para a coleta das informações consideradas de ordem qualitativas que serviram de apoio às análises, as medidas obtidas através das informações inerentes aos atributos das variáveis permitiram

identificar que: a variável 1, ao tratar da identificação do estabelecimento, conforme capítulo anterior, nos diz que a distância média dos estabelecimentos dos distritos (Arroio Grande e São Valentim) em relação à sede municipal varia de menos de cinco a 30 km de distância, sendo que a maior incidência de estabelecimentos está situada em menos de 10 até 20 km. Quanto ao número de pessoas que compõem os estabelecimentos há uma grande incidência de duas a quatro pessoas. Deste modo, a força de trabalho disponível nos estabelecimentos é pequena, permitindo identificar que ela varia entre duas a três pessoas.

Por outro lado, esta baixa ocupação dos estabelecimentos, quanto ao número de pessoas, permitiu identificar a existência de estabelecimentos sobre imóveis, de certo modo antigas, que datam do período da colonização no sul brasileiro, por descendência os atuais proprietários residem no lugar a um longo período e desenvolvem a mais de 25 anos seus estabelecimentos. Estes indivíduos são descendentes de imigrantes na sua significativa maioria de origem italiana e espanhola. Salienta-se que, normalmente, em cada casa de um dos estabelecimentos há a presença de aposentados, pelo menos uma pessoa ocupa esta condição.

A variável 2, ao tratar da infraestrutura da propriedade, foi possível identificar as características da moradia. Em sua grande maioria as residências são de alvenaria e possuem de seis a 14 cômodos, sendo que predominam as casas com sete cômodos. Há energia elétrica e água encanada em todas as propriedades, assim como o serviço de telefonia, porém algumas delas possuem apenas telefonia móvel, mas predomina a existência de ambos os serviços, móvel e fixo. O acesso à rede mundial de computadores está presente em grande parte das propriedades.

A respeito das visitas nas propriedades observou-se que elas existem, mas são de curta duração, apenas um dia. Por outro lado, as propriedades são bem assistidas por rodovias próximas que possibilitam o fluxo de pessoas. O acesso das propriedades até as rodovias é diverso, sendo mais desenvolvido no distrito de Arroio Grande. As propriedades são próximas à rodovia principal e, na maior parte dos casos analisados, não ultrapassa a distância de 200 metros, porém, algumas propriedades estão situadas a até dois km. Quando a distância é curta entre a propriedade e a estrada, não ocorrem aclives e declives, de modo a facilitar o acesso que se apresenta com calçamento. Nos casos de longa distância as

condições de acesso tornam-se difíceis, pois, além de conter aclives e declives, não há pavimentação no acesso e nem nas estradas.

Destaca-se a presença de serviço de transporte coletivo de forma regular. A distância de acesso das propriedades até os pontos de parada dos coletivos varia de 50 metros a dois km, mas, na maior parte dos casos, esta distância não ultrapassa 200 metros. Outra forma de deslocamento dos moradores do meio rural ocorre por meio de veículos particulares presentes em quase todas as propriedades.

A variável 3 refere-se à estrutura da propriedade, no que diz respeito a sua situação. Existem imóveis próprias, arrendadas e cedidas, mas o número de imóveis próprios atinge percentual acima de 75%, pois a ocupação das áreas destes distritos provém de mais de 100 anos. O produtor que arrenda ou tem terras cedidas é também proprietário de uma parte de terras e esta outra condição, arrendatário ou cedência, ocorre por necessidade de aumento de área produtiva, podendo-se entender que nos últimos dez anos a área das propriedades manteve-se inalterada, o que permite compreender as condições de vida e de renda favoráveis que estas localidades oferecem aos seus proprietários, arrendatários e ocupantes.

A variável 4, referente à produção e operacionalização das atividades nos estabelecimentos, permitiu verificar quais são estas atividades, quando surgiram e como são operacionalizadas as atividades agrícolas e não agrícolas. Também se procurou, em um primeiro momento, identificar os fluxos que derivam das ações produtivas.

Destaca-se que há significativa predominância de ambas as atividades (agrícola e não agrícola) e que elas ocorrem a longo tempo, contrariando o que se pensava anteriormente, que as atividades agrícolas tivessem dado início às atividades não agrícolas. Contudo, verificou-se que esta hipótese não se sustenta, uma vez que ocorrem atividades agrícolas iniciadas há mais de 50 anos, como também aquelas que tiveram início há 10 anos. O mesmo ocorre com as atividades não agrícolas, entre elas existem atividades que foram iniciadas a 50 anos como também outras iniciadas a cinco anos.

Diante dessa variação de tempo de início das atividades, indagou-se sobre a origem da renda constatando-se que a renda principal é proveniente das atividades agrícolas. Quando se buscou caracterizar as atividades geradoras da renda agrícola, foram identificados os produtos hortifrutigranjeiros, o arroz e o milho entre os demais, nos quais se insere o criatório de animais e aves. As atividades agrícolas

são desenvolvidas devido à herança familiar, o conhecimento passado de pai para filho e o pelo tamanho da propriedade que comporta diferentes atividades. As atividades agrícolas também são mencionadas por muitos agricultores familiares por se constituírem em elementos de subsistência direta da família. Embora muitos reconheçam que o retorno da produção agrícola é rápido e outros entendem que a experiência adquirida e a tecnologia disponível na propriedade, como tratores e demais maquinários, incentiva a continuidade da produção.

Quando indagados sobre a continuidade das atividades agrícolas foram unânimes em responder que desejam continuar com estas ações e, inclusive, muitos pensam em aumentar a área, investir em melhorias e construções que favoreçam a produtividade. A geração de renda proveniente das atividades não agrícolas é em parte oriunda do processamento da produção agrícola, vinagre e cachaça, e do criatório, queijo, bem como de outras atividades (Figura 13).



Figura 13: Produtos agrícolas processados
Fonte: Arquivo pessoal do autor

Existem outras atividades como prestação de serviços de costura (costureira), confecção de doces e de salgados (Figura 14). Os produtores entendem que estas atividades não agrícolas se destinam ao aumento da renda familiar constituindo, muitas vezes, a própria subsistência familiar e, também, por apreciarem a execução de outras atividades.



Figura 14: Costuras, salgados e doces.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Ao manter o diálogo com os agricultores sobre estas atividades não agrícolas observou-se que eles pretendem continuar a sua execução. Constatou-se que a presença da transformação artesanal de alguns produtos é comum a um nível de significância superior a 70% dos estabelecimentos, isto ocorre em relação à

mandioca, leite, frutas, mel, abóbora, cana-de-açúcar e ovos, entre outros (Figura 15).



Figura 15: Transformação artesanal de abóbora em doce.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Quando indagados sobre as pretensões de aumentar a produção artesanal, a maioria respondeu que não pretende, pois há falta mão de obra e a área da propriedade/estabelecimento é limitada. Quanto indagados sobre a diversificação da produção eles entendem na medida em que a produção agrícola diversifica também podem diversificar a produção artesanal e se for por necessidade da família ela ocorrerá. Por outro lado, não há interesse dos agricultores familiares em implementar outras atividades. As atividades de artesanato como crochês, bordados, costuras, macramê, imãs de geladeira, são, geralmente, realizadas pelas mulheres (Figura 16), sendo que os homens raramente se dedicam a esta atividade.



Figura 16: Artesanatos realizados por mulheres.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Contudo, constatou-se a existência de móveis artesanais, chapéus de palha, utensílios para pesca e trabalhos com couro realizados por homens (Figura 17).



Figura 17: Trabalhos artesanais desenvolvidos por homens.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A produção agrícola é comercializada no município de Santa Maria, dirigindo-se principalmente para feiras, engenhos, cooperativas, mercados e quitandas. Destaca-se, também, a destinação para merenda escolar. A produção não agrícola e o artesanato são colocados para venda nas feiras, mercados e quitandas, sendo que

uma significativa maioria atende às encomendas, que podem ser buscadas nas propriedades ou entregues diretamente ao consumidor. Os produtos transformados e o artesanato têm boa aceitação pelo público e muitos deles têm reconhecimento regional como, por exemplo, o artesanato em couro e em palha.

A avaliação do preço final do produto, seja ele oriundo das atividades agrícola, não agrícola e artesanal resulta de alguns elementos como: valor da matéria prima, trabalho, tempo de trabalho e valor de mercado, identificando-se assim que os agricultores familiares são bem informados e valorizam suas atividades.

Por ultimo, foi indagado se nas propriedades existem estabelecimentos de prestação de serviços como hotel/pousada, restaurante e espaços de lazer/esporte. Houve unanimidade na informação que estes tipos de prestação de serviços não existem nas propriedades familiares. Contudo, no distrito existem restaurantes, cujos proprietários são agricultores familiares, e que espaços para realização de esportes e lazer ocorrem nos balneários, nos centros comunitários, bem como nas proximidades do salão paroquial (Figura 18).



Figura 18: Locais de lazer.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

A variável 5, referente aos tipos de relações cidade/campo, procurou indagar aos entrevistados sobre a existência e a frequência com que eles recebem pessoas provenientes da cidade, podendo-se compreender que as relações são diárias na sua grande maioria, identificando a normalidade do fluxo de pessoas que saem do campo para cidade e da cidade para o campo. Os que saem do campo para cidade vão estudar nela, fazer compras no comércio, buscar serviços de saúde e bancários, além de levar produtos para venda e as encomendas feitas pelos mercados, quitandas, pontos de vendas, cooperativas e em feiras, predominando as compras que os agricultores familiares necessitam no meio rural, bem como a venda de sua produção na cidade. Caracteriza-se, desta maneira, a relação campo/cidade. Por outro lado, identificou-se que diariamente ocorre a presença de pessoas da cidade que vão até os distritos estudados buscar produtos encomendados, quer da produção agrícola ou da produção não agrícola, como: feijão, mandioca, mel, ovos, hortifrutigranjeiros, flores, compotas, queijo, pães, cucas, salgados diversos, artesanatos, confecção de roupas, facas, embutidos, cachaça, vinho e produtos da gastronomia como bolo de mandioca, agnolines, massas caseiras (Figura 19).



Figura 19: Um dos locais que recebem visitantes em busca de produtos.
Fonte: Arquivo pessoal do autor.

Por outro lado, o fluxo cidade/campo ocorre durante as festividades religiosas e as tradicionais, como festa da mandioca e jantar italiano, e em finais de semana, procurando lazer no campo e nos balneários, bem como a gastronomia diferenciada, as cantinas, os cafés coloniais que estes distritos oferecem aos moradores urbanos.

4.3. Resultados do comportamento da agricultura familiar: fixos e fluxos

As análises realizadas nos itens anteriores permitiram determinar a partir da categoria meio Rural, no que diz respeito à agricultura familiar, como subsistema fixos os elementos como; a terra, determinada pela área disponível para as atividades, como pode ser observado nas tabelas do IBGE; a mão de obra familiar e a infraestrutura disponível, de acordo com as informações coletadas junto às propriedades familiares (casa, energia elétrica, água encanada, estradas, rodovias); os produtos das atividades agrícolas, não agrícolas e artesanais.

Por subsistema fluxos considerou-se a presença de fluxos a partir da existência dos fixos identificados, por exemplo: telefonia, internet e rodovias que atuam como meios de comunicação entre o meio rural e meio urbano que lhe é próximo e a área geográfica onde está inserido. As boas condições como se apresentam os fixos refletem-se na qualidade dos fluxos e permite deduzir que a existência de transporte coletivo indica que as estradas apresentam boas condições de trafegabilidade e que as distâncias não são significativas entre as áreas produtivas, os centros de apoio comercial e prestação de serviços, entendidos pela frequência dos que vão do campo/cidade e cidade/campo.

Por outro lado, a intensa e diversificada circulação de mercadorias, igualmente, assegura que estas, na qualidade de fluxos, caracterizam o chamado meio rural como novo rural, pois ele se apresenta contendo uma diversificação de atividades e funções que permitem no momento reconhecê-lo como um “novo rural multifuncional”. Na figura 20 podem ser observados os componentes dos Fixos e Fluxos identificados na área de estudo.

Subsistema Fixos	Subsistema Fluxos
Presença de propriedades familiares Presença de estabelecimentos Famílias rurais Mão de obra rural Moradias Energia elétrica Água encanada Comunicações terrestres Telecomunicações Transportes Produção e produtos	Deslocamento de pessoas Comercialização da produção Distribuição de gêneros alimentícios Relações campo/cidade – cidade/campo Prestação de serviços diversos Circulação de informação

Figura 20: Quadro com a distribuição dos fixos e fluxos da agricultura familiar nos distritos de Arroio Grande e São Valentim na constituição do novo rural multifuncional.

Como resultado da presença da multifuncionalidade nos distritos analisados pode-se dizer que eles ainda não desenvolvem alguns elementos comuns, para serem considerados nesta condição, como o turismo rural e variadas atividades de lazer, mas se reconhece sua plena capacidade e suas ações desempenhadas nas transformações da produção de origem agrícola, da agroindústria e de outras atividades não rurais que se desenvolvem no meio rural e nele convivem gerando renda e, assim, conservando as famílias e a própria agricultura familiar, tão peculiar ao sistema socioeconômico do Rio Grande do Sul e dos estados que definem o rural Sul brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos estudos realizados, a partir da avaliação e interpretação das dinâmicas atuantes, considera-se que as relações entre os dois meios citados acima guardam em si complexidades próprias que se manifestam quando em correlação entre produção e mercado, bem como outros afazeres e consumo urbano. As relações percebidas nas investigações realizadas deram conta sobre a existência de transformações que ocorreram em uma e outra destas espacialidades geográficas como resultantes das novas funções que ocorrem hoje nas pequenas propriedades coloniais do passado e no próprio mercado urbano que se abre para receber uma produção que é ofertada à população utilizando espaços diferenciados, tanto do público quanto do privado.

Observando-se o interesse da população urbana em adquirir os produtos e seu comportamento, demonstrando interesses pelos produtos colocados nestes novos espaços (feiras, quiosques, mercados, entre outros), procurou-se entender por que a oferta de uma produção proveniente da agricultura familiar estimula tanto a população urbana a ponto de tal comportamento acelerar a produção e acompanhar a dinâmica de consumo do mercado urbano. Pode-se dizer que a produção e a procura por produtos naturais e/ou coloniais na verdade permite a existência de uma relação dinâmica entre produção e consumo direto.

Desse modo, acredita-se que o processo de aceleração da produção da agricultura familiar em áreas de contato com o urbano permite também acelerar as relações entre o urbano como mercado de consumo e o rural como produtor das mercadorias.

Essa constatação se torna relevante ao explicitar a necessidade em se diferenciar a realidade social, econômica e cultural do universo destas duas categorias sócio espaciais (rural e urbano) e, também, seus efeitos sobre as formas de alimentação da população local e das relações campo/cidade a partir de vínculos econômicos que, na maioria das vezes, se estendem ao plano cultural manifestado nas atividades artesanais. Por outro lado, não se pode excluir o fato das dinâmicas se apresentarem aceleradas devido à presença do processo de globalização que, através de seus fixos e fluxos, está relacionado a aceleração do tempo resultante da tecnologia e da informação. Assim, as dinâmicas potencializadas têm gerado

transformações nas relações da cidade de Santa Maria, no que se refere ao urbano e ao rural, dando a entender que além de sua aceleração elas apresentam alta complexidade devido à variedade e diversidade de produção. Deste modo, as múltiplas funções desempenhadas nos distritos estudados permitem reconhecer a existência da multifuncionalidade no meio rural.

As considerações realizadas no momento são fruto do registro e da identificação proveniente das visitas realizadas nos diversos pontos de mercado e nas propriedades cuja produção foi registrada e encontra-se documentada neste trabalho. Entretanto, a multifuncionalidade é mais intensiva na produção agrícola e na transformação da produção, agroindústria caseira, do que em atividades não agrícolas como o artesanato. O turismo, como atividade por mais de 24 horas, não tem representatividade nos distritos. A explicação disto, a partir dos diálogos estabelecidos com os agricultores familiares, é de que não há interesse devido à pouca mão de obra disponível e que preferem se dedicar a outras atividades de geração de renda.

Acredita-se que o turismo de curta duração existente, correspondendo a gastronomia e lazer, tem sua intensidade favorecida pelos meios de comunicação, conforme avaliação realizada no capítulo quatro.

Reflexões realizadas a respeito da permanência e do futuro destas ruralidades, levando em consideração o histórico da evolução da ocupação agrária do espaço brasileiro e a superfície continental deste País, bem como o entendimento de que a base econômica, desde o Brasil Colônia até a atualidade, se alicerça na exportação de produtos provenientes do setor primário, devido ao fato de garantirem o equilíbrio e o *superávit* da balança econômica nacional. As atividades existentes em pequenas dimensões de área vêm ocorrendo e se desenvolvendo desde o período do Brasil Colonial, iniciado no século XIX e desenvolvido no século XX, especialmente após 1930, próximo das cidades, garantindo-lhes o abastecimento diário e acelerado no advento do processo industrial quando a massa de assalariados localizados nas cidades promoveu a aceleração desta produção chegando no último quartel do século XX e início do século atual como responsável pelo provimento de gêneros alimentícios. A importância assumida pela produção proveniente de pequenas áreas agrícolas, convencionada pela denominação de agricultura familiar, estimulou a criação de políticas nacionais de estímulos, como créditos, aberturas de mercados e ampliação dos existentes, inclusive vinculando

inúmeros produtores rurais às atividades industriais, como é o caso dos complexos agroindustriais (CAIs).

Por outro lado, a presença do processo de globalização inserida no urbano industrial e no agrário nacional tem estimulado a chamada agricultura familiar a manter relações com as atividades urbanas servindo-as e usufruindo delas como mercado e, também, valorizando seus saberes explorando-os nas horas do ócio e, assim, atingindo não apenas mercados, mas propiciando também, aumento de renda. Contudo, estas relações com os processos da globalização do capitalismo mundial e da aproximação com o urbano tende a alterar no tempo e no espaço as formas do rural e permitir, o que já pode ser verificado em trabalhos de campo, a presença marcante de atividades até então consideradas essencialmente urbanas.

Com relação à área estudada, os dois distritos de Santa Maria apresentam atividades características do comportamento multifuncional, permite questionar até quando eles terão identidade própria ou não, uma vez que os diálogos estabelecidos com os agricultores revelaram um pequeno número de pessoas por propriedade/estabelecimento e uma significativa população de idosos, como verificado nas análises do capítulo quatro. Além disto, a população jovem não está no campo, não tem interesse em continuar as atividades e nem de permanecer como pequeno produtor, pois seu foco é o meio urbano e, para isto, está estudando para se profissionalizar.

Diante desse quadro relatado: políticas agrícolas, idade avançada da população no campo, ausência de mão de obra, outros interesses dos jovens e a proximidade com o meio urbano, considera-se que há a tendência de que em um futuro próximo estas áreas hoje consideradas rurais venham a constituir novos espaços de um urbano em expansão.

Desse modo, analisando as denominações dadas por estudiosos como Silva (1998) e Veiga (2004) percebe-se que são denominações consideradas válidas no presente, pois analisam um processo em marcha, assinalando um período de tempo de sedimentação que consolidará a globalização das economias e das sociedades em nível mundial.

Portanto, a validade deste estudo reside em poder registrar o momento de transformação de uma área rural colonial, hoje sob a ação de processos avançados do capitalismo mundial e que o amanhã é incerto e vai depender das ações que a sociedade ali residente pretende desenvolver para si e para sua espacialidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. “Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo”. In: **Interrelações entre as transformações demográficas e a agenda social**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Aplicadas - IPEA, USP, 1999.

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 1999.

ALVES-MAZZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

ANJOS, F. A. **Processo de Planejamento e Gestão de Territórios Turísticos: uma proposta sistêmica**. UFSC. Florianópolis, 2004, Tese.

ANJOS, F. S. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no sul do Brasil**. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. Tradução de Marco Estevão. 3ª edição. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

BELTRÃO, R. **Cronologia Histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**. Santa Maria: Ed. Pallotti, 1958.

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

BIANCHINI, V. Estratégias para o desenvolvimento rural. In: Silva, J. G; Von Der Weid, J. M; Bianchini, V. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD. Série textos para discussão nº 02, 2001.

BOTELHO, E. S; REZENDE. R. O; PINTO, V. P. S. **Reflexões Sobre o Turismo Rural e a Agricultura Familiar em Juiz de Fora**. IN: Anais ENGA (Encontro Nacional de Geografia Agrária), Rio de Janeiro, 2006.

BRUM, A. J. **Modernização da Agricultura – trigo e soja**. Petrópolis: Vozes, 1988.

CANDIOTTO, L. Z. P; CORRÊA, W. K. **Ruralidades, urbanidades e a tecnicização do rural no contexto do debate cidade-campo.** IN: campo território: Revista de Geografia Agrária. v.3, n. 5, p. 214-242, fev. 2008.

CARNEIRO, M. J. et all. **Ruralidades Contemporâneas:** modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: MUAD X. FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, M. J. **Multifuncionalidade da agricultura e ruralidade:** uma abordagem comparativa. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2002. (Textos para Discussão).

CARNEIRO, M. J. **Pluriactivité agricole:** l'hétérogénéité cachée. IN: Cahiers d'économie et sociologie rurales. Local e editora. , n°. 38, 1996.

CARNEIRO, M. J; MALUF, R. **Para além da produção:** Multifuncionalidade e Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CAZELLA, A. A; ROUX, B. **Agribusiness em questão: a emergência da agricultura multifuncional.** IN: Estudos Sociedade e Agricultura, n.º13, out., 1999.

CHAMBOREDON, J. C. **Nouvelles formes de l'opposition ville-campagne.** IN: Histoire de La France Urbaine. Tome V. Paris: Du Seuil, 1985.

COVAS, A; COVAS, M. M. **O espaço rural revisitado:** da convencional monofuncionalidade aos desafios da moderna multifuncionalidade. IN: Atas do Congresso internacional sobre os desafios sócio culturais para o século XXI. Póvoa de Varzim, Portugal, 2006.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa:** métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed/Bookman, 2010.

ESTEY, J. A. **Tratado sobre los Ciclos Económicos.** México, Fondo de Cultura Económica, 1948.

FAO/PNUD. **Principais Indicadores Socioeconômicos dos Assentamentos de Reforma Agrária.** Ministério da Agricultura e Reforma Agraria, Projeto BRA 87/022, 1992.

FEE. Fundação de Economia e Estatística. **Dados Estatísticos**. SEPLAG, 2010.

FERREIRA, A. D. D. **Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras**. IN: Estudos Sociedade e Agricultura, nº 18, abr. 2002.

FLICK, U; VON KARDORFF, E; STEINKE, I. (Orgs.). Was ist qualitative Forschung? Einleitung und Überblick. IN: Flick U; Von Kardorff E; Steinke, I. **Qualitative Forschung**: Ein Handbuch. Reinbek: Rowohlt, 2000.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 32 ed. São Paulo: Editora Nacional, 2005.

GEORGE, P. **Geografia Rural**. São Paulo: DIFEL, 1982.

GEORGE, P. **Questions de géographie de la population**. Paris: PUF, 1959.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro Séculos de Latifúndio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997.

HERVIEU, B. **Los campos del futuro**. Madrid: Ed. MAPA, 1997.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em 20 de julho de 2013

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**, 2006.

KAYSER, B. **La renaissance rurale: sociologie des campagnes du monde occidental**. Paris: Armand Colin, 1990.

LA BLACHE, P. V. **Princípios da Geografia Humana**. Lisboa, Edições Cosmos, 1921.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa**. 3a edição. São Paulo: Editora Atlas, 1996.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**. v.1. Tradução: Tijiwa A. M. N. Campinas: editora da UNICAMP, 1993.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar**. v.2. Tradução: Frédéric Bazin. Campinas: editora da UNICAMP, 1998.

LINHARES, M. Y; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. 2a edição. São Paulo: EDUC, 1999.

MAYRING, P. **Einführung in die qualitative**. Weinheim: Beltz, 2002.

MENDES, J. T. G.; JUNIOR, J. B. P. **Agronegócio uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MENDONÇA, M. C. A. **Turismo no espaço rural: debate e tendência**. 2002.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MIOR, L. C. **A agricultura familiar e o rural não agrícola como estratégias de desenvolvimento rural: as controvérsias do debate**. IN: Annals of World Congress of Rural Sociology, Rio de Janeiro, 2000.

MIORIN, V. M. F.. **Modo de produção e organização do espaço agrário: uma abordagem teórico-metodológica**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, I.G.C.E. /UNESP, Rio Claro, SP. 1989. 256p. (Tese)

MOREIRA, R. J. **Identidades sociais: ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 2ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social Introdução às suas Técnicas**. São Paulo, Ed. Nacional Ed. USP, 1968.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Princípios fundamentais das estatísticas oficiais**. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/site/principios_estatistica. Acesso em 31 julho de 2013

PAIVA, R. M.; SCHATTAN, S.; FREITAS, C. F. F. **Setor agrícola do Brasil; comportamento econômico, problemas e possibilidades**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

PINAZZA, L. A. ARAÚJO, N. B. **Agricultura na virada do século XX: visão de agribusiness**. São Paulo: Globo, 1993.

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo: colônia**. 23 ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PRADO JR, C. **História econômica do Brasil**. 41 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

RABAIOLLI, J. A; MIORIN, V. M. F. **Multifuncionalidade da Agricultura Familiar: saberes tradicionais**. In: FIGUEIRÓ, A. S; FIGUEIREDO, L. C. (org). **Fronteiras da pesquisa em geografia**, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROCHFERT, M. Interesse de um estudo de orçamento para Geografia Agrária. **Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Vol. XIII, 1959-1960, São Paulo.

SABOURIN, E. **Aprendizagem coletiva e construção social do saber local: o caso da inovação na agricultura familiar da Paraíba**. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 16, p. 37-61, 2001.

SANTOS, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997b

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SCHNEIDER, S; NAVARRO, Z. **Emprego agrícola e novas formas de ocupação do Rio Grande do Sul: uma análise a partir dos dados das PNADs de 1981 a 1997**. In: O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual – Sul, Sudeste e Centro-Oeste, 2000.

SEGRELLES, J. A. S. **La multifuncionalidad rural: realidade conflictiva em La Unión Europea, mito en América Latina**. Eria. Revista Cuatrimestral de Geografía, Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo, n°72, p.89-99; 2007.

SILVA, J. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e Trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2 ed. Campinas. Unicamp, 1998.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Belo Horizonte: Nova economia, 1997.

SILVA, J. G. **O novo rural brasileiro**. Campinas: IE/UNICAMP, 1999.

Silva, J. G. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: Silva, J. G; Von Der Weid, J. M; Bianchini, V. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD. Série textos para discussão nº 02, 2001.

SILVA, J. G; DEL GROSSI, M. E. **O novo rural brasileiro**. Debates Sócio Ambientais. São Paulo - SP, v. VI, n. 14, p. 16-18, 2000.

SIMONSEN, R. C. **História econômica do Brasil: 1500 – 1820**. Companhia Editora Nacional. 1969.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Companhia Editora Nacional. USP, São Paulo, 1968.

TEICHMANN, J. B. G. **Especialização da agricultura na região COREDE oeste do Rio Grande do Sul: uma análise geográfica da produção de arroz, soja, milho e trigo**. PPGGeo/UFSM, 2012.

THÉRY, H; MELLO, N. A. Brasil: a economia e território no século XIX. In: **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: Edusp, 2005.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas, 1992.

VAN DER PLOEG, J. D. **El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización**. p.153-195 In: GUZMAN, E. S. (Ed.). *Ecología, Campesinado y Historia*. Madrid: Las Ediciones de la Piqueta, 1992.

VEIGA, J. E. **Destinos da ruralidade no processo de globalização**. Estudos Avançados, S. Paulo, SP Brasil, v. 18, n. 51, p. 51-67, 2004.

VEIGA, J. E. **O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília: Convênio CNDRS, MDA, NEAD, 2ª reimpressão. Texto para Discussão nº 01, 2001.

Von Der Weid, J. M. Qual estratégia para o desenvolvimento rural? In: Silva, J. G; Von Der Weid, J. M; Bianchini, V. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD. Série textos para discussão nº 02, 2001.

WANDERLEY, M. N. B. “Prefácio”. In: MALUF, R. S; CARNEIRO, M. J. **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

WANDERLEY, M. N. B. A agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção. *In: Revista da ABRA*, nº 2/3, V. 25, mai-dez, 1995.

APÊNDICE A
INSTRUMENTO DE INVESTIGAÇÃO

**Questionário de avaliação e interpretação das transformações da categoria
sócio-espacial - meio rural.**

1. IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

1.1. Distrito do estabelecimento: _____

1.2. Qual é a distância média do estabelecimento até o distrito sede do município?
() 0 a 5 Km () 6 a 10 Km () 11 a 20 Km () 21 a 30 Km () acima de 30 Km

1.3. Quantas pessoas compõem o conjunto familiar do estabelecimento?
() 1 a 2 () 2 a 4 () 4 a 6 () 6 a 8 () 8 ou +

1.4. Quantas pessoas compõem a força de trabalho no estabelecimento?
() duas () três () quatro () cinco () seis () sete ou mais

1.5. A quanto tempo residem no local? (anos)
() 0 a 5 () 5 a 10 () 10 a 15 () 15 a 20 () 20 a 25 () 25 ou mais

1.6. São descendentes de imigrantes? () Sim () Não

1.6.1. Se sim, qual a origem? _____

1.7. O estabelecimento possui aposentados? () Sim () Não

1.7.1. Se sim, quantos? _____

2. INFRAESTRUTURA DA PROPRIEDADE

2.1. Casa () Alvenaria () Madeira () Mista Nº de cômodos: _____

2.1.2. Energia elétrica () Sim () Não

2.1.3. Água encanada () Sim () Não

2.1.4. Telefonia: () fixa () móvel () fixo/móvel

2.1.5. Internet: () Sim () Não

2.2. Recebe visitantes? () Sim () Não

2.2.1. Duração () 1 dia () 3 dias () finais de semana

2.3. Rodovias próximas: () Sim () Não

2.3.1. Se sim, quais? _____

2.4. Estradas de acesso à propriedade:

Fácil

plana com aclives e declives

Difícil

plana com aclives e declives

Condições da estrada: asfalto calçamento chão batido empedrada

2.5. É servida por transporte coletivo? Sim Não

2.5.1. Qual a maior distância de acesso do transporte coletivo em relação à propriedade?

2.6. A propriedade possui veículo particular? Sim Não

3. ESTRUTURA DA PROPRIEDADE

3.1. Situação da propriedade: Própria Arrendada outra

3.2. Dimensão da propriedade (ha): _____

3.2.1. A área da propriedade nos últimos dez anos:

Aumentou Diminuiu Permaneceu inalterada

4. PRODUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES NOS ESTABELECIMENTOS

4.1. Uso da propriedade quanto ao nº de estabelecimentos:

Agrícola Não agrícola Ambos

4.2. Quando iniciou a atividade agrícola:

4.3. Quando iniciou a atividade não agrícola:

4.4. Origem da renda principal? Agrícola Não agrícola

4.4.1. Quais as atividades geradoras de renda agrícola?

4.4.1.1. Por que desenvolve estas atividades agrícolas?

4.4.1.2. Quais as perspectivas futuras para estas atividades agrícolas?

4.5. Quais as atividades geradoras de renda não agrícola?

4.5.1. Por que desenvolve estas atividades não agrícolas?

4.5.2. Quais as perspectivas futuras para estas atividades não agrícolas?

4.6. O estabelecimento transforma artesanalmente algum produto: () Sim () Não

4.6.1. Se sim, que produtos?

4.6.2. Pretende aumentar a produção: _____

4.6.3. Diversificar a produção de: _____

4.6.4. Implementar outras atividades? Se sim, quais? _____

4.6.5. No estabelecimento existe a atividade de artesanato? Qual? _____

4.7. Como é realizada a comercialização dos produtos?

4.7.1. Agrícolas:

() feiras () mercados e quitandas () Cooesperança () restaurantes e hotéis

() quiosques na propriedade

4.7.2. Não agrícolas:

() feiras () mercados e quitandas () COOP/Esperança () restaurantes e hotéis
() quiosques na propriedade

4.7.3. Quanto à aceitação dos produtos, ela pode ser considerada:

() Boa () Regular () Ruim

4.7.4. Como é avaliado o preço final do produto? _____

4.8. Junto à propriedade existem estabelecimentos de prestação de serviços:

Hotel/pousada () Sim () Não

Funcionamento da atividade _____

Restaurante () Sim () Não

Funcionamento da atividade _____

Lazer e esportes () Sim () Não

Tipo de lazer _____

5. TIPOS DE RELAÇÕES CIDADE/CAMPO

5.1. Com que frequência recebe pessoas da cidade de Santa Maria?

5.1.1. Qual a finalidade da presença destas pessoas? _____

5.2. Com que frequência os membros da família vão a cidade de Santa Maria?

5.2.1. O que fazem na cidade? _____

APÊNDICE B

FOTOGRAFIAS DOS DISTRITOS DE ARROIO GRANDE E SÃO

VALENTIM

As figuras a seguir são fotografias registradas durante a realização dos trabalhos a campo.



Locais de comercialização da produção. Feiras nos bairros Camobi e Centro.



Agroindústrias no meio rural.



Comercialização nas propriedades.



Cantinas localizadas no distrito de Arroio Grande.



Residência de final de semana e restaurante.



Produção de hortigranjeiros.



Produção de hortifrutigranjeiros.



Atividades turísticas.